PRISCILLA LORENZINI FERNANDES OLIVEIRA

RASTROS DE EXISTÊNCIA: POSSIBILIDADES DE CONSTITUIÇÃO DE SI DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO – UCDB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM PSICOLOGIA
CAMPO GRANDE-MS
2018

PRISCILLA LORENZINI FERNANDES OLIVEIRA

RASTROS DE EXISTÊNCIA: POSSIBILIDADES DE CONSTITUIÇÃO DE SI DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Curso de Mestrado em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia, área de concentração: Psicologia da Saúde, sob a orientação da Professora Doutora Anita Guazzelli Bernardes.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO – UCDB

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

MESTRADO EM PSICOLOGIA

CAMPO GRANDE-MS

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, Campo Grande, MS, Brasil)

O48r Oliveira, Priscilla Lorenzini Fernandes
Rastros de existência: possibilidades de constituição de si da população em situação de rua / Priscilla Lorenzini Fernandes Oliveira; orientadora Anita Guazzelli Bernardes.-- 2018.
107 f.

Dissertação (mestrado em psicologia) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2018.

.

1.Pessoas desabrigadas – Aspectos sociais 2. Psicologia social 3. Subjetividade I. Bernardes, Anita Guazzelli Bernardes III.Título

CDD – 302

A dissertação apresentada por **PRISCILLA LORENZINI FERNANDES OLIVEIRA**, intitulada **"RASTROS DE EXISTÊNCIA: POSSIBILIDADE DE CONSTITUIÇÃO DE SI DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA"**, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em PSICOLOGIA à Banca Examinadora da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), foi.....

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Anita Guazzelli Bernardes - UCDB (orientadora)

Profa. Dra. Isabela Aparecida de Oliveira Lussi – UFSCAR

Profa. Dra. Luciane Pinho de Almeida - UCDB

Profa. Dra. Neuza Maria de Fátima Guareschi - UCDB

Campo Grande-MS, 27 de fevereiro de 2018.

Scanned by CamScanner

Àqueles que me compõem,

À avó Nadir, à Luci, ao William e à Laura...

Todo o meu amor

AGRADECIMENTOS

A vida é arte do encontro.

Vinicius de Moraes

Este trabalho é, no fim, o resultado de um esforço conjunto de cada um que, diretamente ou indiretamente, contribuiu para que eu pudesse escrevê-lo. Ele é constituído por um pedacinho de cada um de vocês. Pelo colo, pela paciência, conselhos e apoio que me foram dados não só nos últimos dois anos, mas em todos os outros. Tornei-me o que sou porque meu caminho encontrou com o de vocês!

Aos meus pais, sem eles eu não seria... Mãe obrigada por me dar suporte em todos os momentos, por ser meu esteio quando eu quis desistir, por me fazer continuar e, também, pelas renúncias... que eu sei que não foram poucas e nem fáceis. Ao meu pai, por toda a paciência e apoio, por acreditar que eu conseguiria. À minha irmã, por ser toda ouvidos nas inúmeras vezes em que precisei, por se fazer presente mesmo estando fisicamente distante. Ao Valter, meu segundo pai, por respeitar minhas escolhas e me incentivar. ÀKenyapelo olhar de compreensão, pelo entendimento e compaixão que eles expressavam. Pelas palavras de apoio o reconhecimento. À vó Nadir, porque minhas melhores lembranças de infância são os cheiros daquela casinha de madeira e som da sua voz! Porque me ensinou muito sobre o amor, dedicação e disciplina. Obrigada por me acolher na sua casa e por se tornar o meu lar. Eu nunca conseguiria colocar em palavras sua importância na minha vida!

Eu estava andando pelo corredor em direção a sala para mais uma aula e aquela professora, que eu tanto admirava, convidou-me para ser partede seu grupo; naquele momentoeu mal sabia o quanto esse convite me transformaria! Professora Anita, obrigada por apostar em mim, mesmo quando eu nem sonhava que era capaz. Há muito tempo você já transcendeu na minha vida o papel de orientadora e se tornou meu maior exemplo! Ao longo destes anos minha admiração e respeito por você só aumentaram e eu espero ter estado a altura da confiança que depositou em mim... Quando eu crescer quero ser como você!

À Giovana que é uma das pessoas mais doces que conheço (mesmo fingindo que não), por ter me ajudado com todas as burocracias que compõem a construção deste trabalho, se não

fosse por você eu teria me perdido em meio a prazos e papéis. Vou estar sempre aqui torcendo por você. Sinto-me honrada de ser sua amiga!

À Camilla que me socorreu infinitas vezes. Pela serenidade diante de cada áudio comigo em pânico, pelas dicas e conselhos, por me fazer acreditar que as coisas nunca estavam tão ruins quanto eu imaginava.

À Bruna, à Suyanne e à Giovana (sim, de novo), pelos puxões de orelha, pelas broncas, *memes*, jantares, pelas palavras de apoio, por me acolherem não só nas coisas que diziam respeito a este trabalho, mas, também, em todas as outras que me compõem. Eu admiro e respeito infinitamente vocês... Quero ter vocês ao meu lado para a vida inteira!

Ao Danillo, Michel e Ana Luiza por tudo!! Não vou escrever muito sobre vocês porque são tantas as coisas que sou grata que elas nem caberiam aqui. Vocês são como uma segunda família!

A todos do grupo "sempre tem", em especial o Alex, porque sem vocês não haveria dança e eu não seria tão feliz! Obrigada por cada ensaio, cantinho, risada, e todos os outros momentos de descontração, que me ajudaram a manter a saúde física e mental, que foram tão fundamentais na reta final da construção deste trabalho. Vocês me ajudaram a ser mais forte e preencheram um espaço muito importante na minha vida!

À Claudia que abraçou meu projeto e foi o elo pelo qual cheguei a esta praça e aos sujeitos que me ajudaram a construir esta pesquisa. Obrigada por permitir que eu te acompanhasse, por me emprestar sua segurança e por me apoiar nos momentos em que as coisas saíram do planejado.

Aos moradores da praça que me acolheram, protegeram-me, compartilharam suas experiências de dor e alegria, e me permitiram narrá-las. Dando-me o privilégio de poder trazê-las para a academia problematizando suas vivências cotidianas. Especialmente ao Noel, por me permitir ver através dos seus olhos, sempre acolhedores e honestos que desvendam o mundo com toda simplicidade.

À Luciana Fukuhara que em sua infinita paciência me auxiliou muitas vezes com toda a calma a organizar e conferir as coisas que precisavam ser entregues, enquanto eu já estava à beira do pânico. Ao Luis Henrique por me ouvir e aconselhar. À Janaína, Carlos e Renata porque a ajuda e compreensão de vocês foi fundamental para que eu conseguisse executar meu trabalho e construir esta pesquisa ao mesmo tempo.

Às professoras Luciane Pinho de Almeida, Izabela Lussi e Neuza Maria de Fátima Guareschi por aceitarem fazer parte de tudo isso, colaborando com seus conhecimentos e ponderações.

A cada um de vocês minha eterna gratidão...

Flor e a Náusea

Preso à minha classe e a algumas roupas, vou de branco pela rua cinzenta.
Melancolias, mercadorias, espreitam-me.
Devo seguir até o enjoo?
Posso, sem armas, revoltar-me?
Olhos sujos no relógio da torre:
Não, o tempo não chegou de completa justiça.
O tempo é ainda de fezes, maus poemas, alucinações e espera.

O tempo pobre, o poeta pobre
fundem-se no mesmo impasse.
Em vão me tento explicar, os muros são surdos.
Sob a pele das palavras há cifras e códigos.
O sol consola os doentes e não os renova.
As coisas. Que tristes são as coisas, consideradas sem ênfase.
Vomitar este tédio sobre a cidade.

Quarenta anos e nenhum problema
resolvido, sequer colocado.
Nenhuma carta escrita nem recebida.
Todos os homens voltam para casa.
Estão menos livres mas levam jornais
e soletram o mundo, sabendo que o perdem.
Crimes da terra, como perdoá-los?

Tomei parte em muitos, outros escondi.
Alguns achei belos, foram publicados.
Crimes suaves, que ajudam a viver.
Ração diária de erro, distribuída em casa.

Os ferozes padeiros do mal.
Os ferozes leiteiros do mal.
Pôr fogo em tudo, inclusive em mim.
Ao menino de 1918 chamavam anarquista.

Porém meu ódio é o melhor de mim.
Com ele me salvo
e dou a poucos uma esperança mínima.
Uma flor nasceu na rua!

Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço do tráfego.
Uma flor ainda desbotada
ilude a polícia, rompe o asfalto.

Façam completo silêncio, paralisem os negócios,
garanto que uma flor nasceu.
Sua cor não se percebe.
Suas pétalas não se abrem.
Seu nome não está nos livros.
É feia. Mas é realmente uma flor.

Sento-me no chão da capital do país às cinco horas da tarde
e lentamente passo a mão nessa forma insegura.
Do lado das montanhas, nuvens maciças avolumam-se.
Pequenos pontos brancos movem-se no mar, galinhas em pânico.
É feia. Mas é uma flor. Furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio.

Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

Oliveira, P. L. F. (2018). *Rastros de existência: possibilidades de constituição de si da população em situação de rua* (Dissertação de Mestrado em Psicologia). Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, MS.

Esta pesquisa se constrói como uma narrativa entre as formas de captura e negociação da população em situação de rua com os mecanismos e estratégias de poder, objetivando compreender de que modo a população de rua se subjetiva, a partir das relações de poder que se estabelecem no cotidiano. Fundamentado em uma perspectiva pós-estruturalista da Psicologia Social, este trabalho se constituiu a partir de uma cartografia dos processos que permitem os contatos da população de rua com o poder. Trata-se de uma cartografia dos processos que se organiza como um diário de campo e, portanto, não há uma linearidade na redação do texto. Utiliza como ferramenta alguns dos principais conceitos teóricos desenvolvidos por Michel Foucault, Giorgio Agamben, Gilles Deleuze, Félix Guattari e Boaventura de Souza Santos. A elaboração do diário de campo se deu através da pesquisa-intervenção e ocorreu em uma praça no município de Campo Grande - MS, quinzenalmente, com os sujeitos que ali estavam. Com a finalidade de nivelar o conhecimento construído nesta pesquisa, a população de rua não se configura enquanto os sujeitos da pesquisa, mas enquanto coautores que me ajudam a problematizar as relações de poder/saber que os atravessam. Assim, entendendo que quando se alteram os discursos sobre uma determinada população, modifica-se também o lugar ocupado por essa população na sociedade. Buscou-se ao longo deste trabalho construir, em conjunto com os moradores da praça, outras formas de pensar, compreender e negociar com as práticas e os discursos que os constituem. De modo que, ao fim, pode-se compreender como os dispositivos de segurança e saúde, investem e desinvestem na vida desses sujeitos, regulando o modo como circulam pela cidade e se relacionam com o território, este último deve ser entendido, aqui, como um espaço onde se produzem subjetividades.

Palavras-Chave: Subjetividade; Psicologia; População em situação de rua.

ABSTRACT

Oliveira, P. L. F. (2018). *Traces of existence: possibilities of the street population to constitute itself* (Master's Degree Dissertation in Psychology), Dom Bosco Catholic University (UCDB), Campo Grande, MS.

This research has been carried out as a narrative between the ways of capture and negotiation of people living in the street and power mechanisms and strategies, aiming to understand the way in which the street population is subjectivated by power relations established in daily life. Grounded on a post-structuralist perspective of Social Psychology, this work has stemmed from a cartography of the processes that enable contacts of the street population with power. It is a process cartography organized as a field journal; therefore, there is no linearity in the text. The study has used some of the main theoretical concepts designed by Michel Foucault, Giorgio Agamben, Gilles Deleuze, Félix Guattari and Boaventura de Souza Santos as tools. The field journal was elaborated through an intervention-research carried out fortnightly in a square in the city of Campo Grande (MS) with the subjects present there. With the purpose of levelling the knowledge constructed in this research, the street people have not been regarded as research subjects; rather, they have been seen as co-authors that have helped me problematize the power/knowledge relations that permeate them. Thus, by understanding that, when the discourses about a certain population change, the place this population occupies also changes, in this study, together with the square dwellers, I have attempted to construct other ways of thinking, understanding and negotiating with the practices and discourses that constitute them. As a result, it is possible to understand how security and health devices have invested and disinvested in those subjects' lives by regulating the way they move around the city and relate to the territory, which is here regarded as a setting where subjectivities are produced.

Keywords: Subjectivity; Psychology; Street population.

SUMÁRIO

1. ELES APAGAM SEUS RASTROS… EU REGISTRO! 12
1.1 Primeiras pistas cartográficas do diário de campo 15
1.2 Algumas orientações que serão percorridas 32

2. COMO NASCE O ANORMAL: JOGOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO 35
2.1 Ontologia de uma anormalidade 39
2.2 Anormalidade e seus alargamentos 45

3. A INVISIBILIDADE COMO ESTRATÉGIA DE EXISTÊNCIA E A IMPOSSIBILIDADE DE INCLUIR O QUE "NÃO EXISTE" 55
3.1 O morador de rua e a cidade 59
3.2 A cidade e seus dispositivos políticos 68
3.3 População de rua e modos de habitar 78
3.4 Rastros de insistências 85
3.5 Quem tem medo do escuro? 90

4. "O CONSULTÓRIO DE RUA É TUDO CASCÃO. NÃO DÁ NADA PRA NINGUÉM" 101

REFERÊNCIAS 106

1. ELES APAGAM SEUS RASTROS... EU REGISTRO!

“O restaurante que ajuda muito *nóis*, ali eles deixam marmita todo dia *pra* gente as duas horas”[*sic*]

Foto: Pablo Kalios

Registro: no canto direito da foto é possível ver o banco laranja onde os moradores ficam sentados na maior parte do tempo. Ele fica bem de frente para o supermercado *Comper*.

"...Meu fardo é o de não saber quase tudo;
Sobre o nada eu tenho profundidades;
Não tenho conexões com a realidade;
Poderoso para mim não é aquele que descobre ouro;
Poderoso para mim é aquele que descobre as insignificâncias (do mundo e as nossas);
Por essa pequena sentença me elogiaram de imbecil;
Fiquei emocionado;
Sou fraco para elogios".
(Barros, 2010, p. 397).

A temática desta pesquisa se refere aos modos como a população de rua é objetivada por relações de poder. O objetivo do estudo foi descrever diferentes formas de captura e negociação da população de rua com os mecanismos e estratégias de poder. A pesquisa se apoia em uma perspectiva pós-estruturalista da Psicologia Social e metodologicamente se constituiu a partir de uma cartografia dos processos que permitem os contatos da população de rua com o poder. O método cartográfico aqui utilizado faz um mapeamento das relações, enfrentamentos entre forças, das práticas de liberdade e resistência, jogos de poder, enunciações e "traça um esboço de relações capilares de poder, dando visibilidade à dinâmica micropolítica de um campo social" (Prado Filho & Teti Montavão, 2013, p. 48).Trata-se de uma cartografia dos processos que se organiza como um diário de campo, na medida em os elementos que compõem a trajetória de pesquisa foram se estabelecendo por meio de encontros, de afetos, de interrogações e de assombros. Portanto, não há uma linearidade na redação do texto. Há uma estratégia de montagem deste relatório de pesquisa que se faz por caminhos que se encontram, bifurcam-se, voltam a aparecer. Essa estratégia de montagem acompanha os rastros que foram sendo seguidos com a população de rua durante o processo de pesquisar. Desse modo, um mesmo assunto pode reaparecer em diferentes momentos do trabalho, assim como apareceu em nossos encontros, dando a impressão de que o trabalho se distancia e retorna ao mesmo ponto. De fato, esse movimento de texto/escrita acompanha o movimento das discussões estabelecidas com a população em situação de rua, uma vez que foi exatamente assim que se deram nossas discussões, já que voltávamos a um mesmo assunto diversas vezes em função de novos acontecimentos e

ponderações. Também em razão disso, o texto, às vezes, será escrito na primeira pessoa do singular, às vezes na primeira pessoa do plural, pois são as diferentes vozes que vão compondo o caminho e, muitas vezes, misturam-se, são amalgamadas.

1.1 Primeiras pistas cartográficas do diário de campo

Em razão do que fora dito anteriormente, iniciarei este texto falando sobre o método, pois é ele o elo pelo qual se torna possível nos relacionarmos com o problema de pesquisa. Ele determina, também, o modo como essa relação se estabelece, indicando por onde devemos ir e delimitando os pontos que não podemos ultrapassar. Assim, ele é ao mesmo tempo aquilo que limita e constitui o trabalho de pesquisa.

É também o método que conduz a leitura de um trabalho. Podemos pensá-lo como uma mão imaginária que une pesquisador e leitor, sendo o método o meio através do qual o autor pode levar o leitor pelos caminhos que foram percorridos ao longo da construção do problema de pesquisa, mostrando as coisas que são importantes de serem vistas na paisagem e explicando o porquê se escolheu ir em uma direção e não em outra. Ou seja, é o método que possibilita não apenas a relação do pesquisador com o problema de pesquisa, mas também que permite ao autor explicar como cada passo foi pensado e qual deve ser o olhar do leitor ao longo do trajeto.

O método escolhido para nortear a construção do problema desta pesquisa foi o cartográfico, que entende o problema de pesquisa como o próprio modo de condução da conduta do pesquisador. Assim, coube a mim, enquanto autora-pesquisadora, destacar os acontecimentos, notícias, discursos, etc., que funcionaram como fragmentos que me ajudaram a pensar a questão inicial do trabalho, conduzindo o meu pensamento em direção a uma pergunta de pesquisa que, aqui, ao contrário de outros campos, não opera como ponto de partida, mas sim de chegada.

Esta pesquisa se inicia em um espaço escuro do não saber e não objetiva encontrar uma verdade ou prová-la, mas se limita a ser uma experiência de devir que traça, em conjunto com a população de rua, linhas de fuga que fogem do esperado, do padrão, do regular. Deste modo, construí minha pesquisa como quem anda em uma trilha fechada, escura, desconhecida e precisa buscar pistas de qual deverá ser o próximo passo, a próxima direção e, para isso, apega-se a detalhes que se apresentam no cenário e que indicam para onde se deve ir.

Deparei-me neste percurso com elementos que não eram esperados e os incorporei ao trabalho, mesmo quando foi necessário mudar radicalmente de direção. Ou seja, quando criei minha problematização, não previ qual seria o seu resultado, o seu destino final, de modo que pude percorrer os caminhos, não que foram pré-estabelecidos, mas que se fizeram necessários. O importante, aqui, foi o trajeto, a forma como as coisas se construíram, sendo que o ponto de chegada se tornou apenas o resultado de ter realizado a pesquisa.

Os conceitos teóricos utilizados, entendidos como ferramentas, foram pensados como óculos que me permitiram enxergar melhor e mais longe o caminho, em meio à vegetação. Assim, coisas que inicialmente não seriam vistas ganharam destaque através das lentes dos conhecimentos emprestados dos autores que foram escolhidos para me ajudar na construção desta pesquisa. Os sujeitos em situação de rua com os quais conversei foram os meus parceiros no trajeto, foram eles que carregaram as lanternas que iluminaram as pistas utilizadas neste trabalho.

Em diversos momentos discutimos sobre o local para onde a luz deveria ser direcionada, aquilo que eu via com meus óculos era diferente do que eles viam com os deles, pois os meus eram constituídos por conhecimentos acadêmicos e os deles eram compostos pela experiência da rua e os discursos que os permeiam e os constituem no cotidiano. Resolvi transcrever para este trabalho algumas dessas discussões, de modo que o leitor possa julgar por si mesmo o que eram as formas sobre as quais não chegamos a um consenso. De fato, não foram muitas às vezes em que isso ocorreu, na maior parte das vezes concordamos, talvez porque, de início, eles estavam receosos de enunciar o que realmente pensavam.

Foram eles, também, os responsáveis pela minha segurança neste caminho; todas as vezes que desejei ir por atalhos que não eram seguros, eles me aconselharam e explicaram o funcionamento das ruas e as regras de convivência que regem suas condutas. Mostraram-me quando eu poderia ir, com quem poderia conversar, pedindo que eu evitasse este ou aquele sujeito.

> Muito *noiádo*! Só se preocupa com a droga, não tem interesse em mais nada não, ele rouba mesmo e mata também. Me respeita porque já *tô* aqui já muito tempo, todo mundo gosta de mim, aí em mim não chega. *Mais* você é uma menina novinha, bonita, não vai respeita não [sic].

Shiv Visvanathan (citado por Santos, 2014) afirma que algo só pode ser considerado experiência se for possível de ser comunicado. Assim, a experiência através da comunicabilidade se torna capaz de produzir possibilidades que falam e fazem pensar sobre o tempo em que vivemos. Baseado nisso, busquei assegurar aos sujeitos que compuseram comigo este trabalho que valia a pena fazer este trajeto, que haveriam resultados sólidos que iluminariam definitivamente o caminho que fizemos. Assegurei que as suas vivências seriam comunicadas não só a mim, mas também a muitas outras pessoas, de modo que se tornariam experiências transformadoras, contribuindo para a criação de novas possibilidades de relação poder-saber entre eles e as políticas públicas e, também, com o lado Norte da sociedade. Assim, com o consentimento desses moradores em situação de rua, suas experiências se tornaram uma luz que me permitiu distinguir entre as variadas formas que se apresentavam.

Buscar apenas autores europeus para pensar a população de rua seria um modo de dizer que eles não podem falar sobre eles por eles, como se não pudessem explicar a si mesmos, e, portanto, fosse preciso uma outra pessoa, de fora, para auxiliar essa análise. Automaticamente essa impossibilidade de falar, comunicar sobre si mesmos, culminaria em dizer que as vivências desses sujeitos não poderiam ser consideradas experiências, ou seja, não poderiam produzir outras possibilidades de existir. Seria, também, um modo de operar com uma ontologia da anormalidade[1], a partir de uma relação de tutela. A tutela aqui se faz pelo contato com o poder, com a norma que regula e traduz aquilo que se diz e a forma como se diz. Eu mesma, enquanto pesquisadora, sou regulada, minha escrita só ganha validade a partir de certas normatizações, mais especificamente a partir do contato com esses autores que fundamentam meu saber, tornando-o ou não válido. Em razão disso fiz a opção de escrever junto com eles e não sobre eles, de modo a embaçar diferenças de lugares sociais.

Este trabalho discute essas possibilidades, problematiza e em conjunto com a população participante constrói outras formas de pensar, compreender e negociar com as práticas e os discursos que os constituem. Com a finalidade de nivelar o conhecimento construído nesta pesquisa, buscou-se tornar invisível as supostas hierarquias do conhecimento, por meio da

[1] É importante pontuar que o conceito de anormalidade ao qual me refiro ao tratar da população em situação de rua não está ligado a patologia, mas, sim, à ideia de uma possibilidade de existência que se difere daquela colocada como norma (padrão) em nossa sociedade. Assim, a utilização do conceito de ontologia da anormalidade se apoia na ideia de uma ontologia do presente. A ontologia da anormalidade busca interrogar sobre a anormalidade identificando nela os modos de subjetivação que se diferem dos padrões sociais e que possibilitam a emergência de diferentes práticas de existência e modos de condução de suas condutas.

visibilidade a todos os que contribuíram com este trabalho. Assim, a população de rua não é o sujeito da pesquisa, mas o coautor que me ajuda a problematizar seu próprio espaço na sociedade.

Ao pensarmos a história do ocidente, podemos perceber que ela remonta a experiência dos vitoriosos, o que nos leva a compreender que devida à lógica da meritocracia, as vivências da população de rua são, invariavelmente, perpassadas pela ideia de fracasso e, portanto, não são registradas ou comunicadas, exceto quando essa população oferece algum tipo de risco para a população do lado Norte da linha abissal, cujas vidas são investidas. Como efeito desse modo de gerir a população em situação de rua temos um esvaziamento de sentido que faz com que a vida desses sujeitos passem a ser tidas como algo que pode ser apropriado e violado.

Santos (2007) propõe que a experiência social do mundo é muito maior e mais importante do que a ciência e a filosofia ocidentais consideram. O referido autor propõe que a racionalidade ocidental - que vem sendo dominante por pelo menos 200 anos - tem se ocupado de ocultar e desacreditar diversas formas de conhecimento que poderiam contribuir para outras possibilidades de existência, de relação com o corpo, com espaço e com a sociedade como um todo. Segundo Santos (2007) estes dois elementos, filosofia e ciência, formariam, somados à outras tecnologias como as leis e o ordenamento jurídico, uma linha. A essa linha o autor denomina de linha abissal. Essa linha divide a sociedade entre o lado Norte e o lado Sul. Sendo o primeiro um espaço de produção de conhecimento, de acessos e dos homens de direito. Já o lado Sul seria o espaço de desvalorização, apropriação e violência. Essa configuração torna viável que o lado Norte se aproprie dos saberes do lado Sul, submetendo-os a técnicas de veridicção da verdade que colocam à prova esses conhecimentos e podem desqualificá-los e/ou modificá-los, validando os resultados que passam a ser comunicados no lado Norte, criando, também, novas possibilidades de experiências.

Torna-se fundamental ressaltar que a fim de fugir da ideia de apropriação dos saberes e experiências das pessoas que contribuíram para este trabalho, toda a sua construção foi cuidadosamente amarrada de modo que os conhecimentos dos sujeitos em situação de rua não acabassem por se tornar o objeto da análise. Mas, ao contrário disso, que seus relatos, suas vivências e seus conhecimentos pudessem contribuir, juntamente com os conceitos dos autores citados, para a análise das relações sociais que possibilitam a existência dessa população, assim como as estratégias de investimento e desinvestimento aplicadas a ela.

Desse modo, neste trabalho minha conduta[2] se norteou pela ideia de analisar as relações entre a população em situação de rua com a sociedade e as políticas públicas dirigidas a ela, colocando em análise, inclusive, o modo como essas políticas se constroem e recaem tanto sobre os sujeitos que estão nas ruas, como aqueles que não estão.

Este trabalho utilizou, como ferramentas principais, conceitos teóricos desenvolvidos por Michel Foucault, Giorgio Agamben, Gilles Deleuze, Félix Guattari e Boaventura de Souza Santos. Esta pesquisa se empresta da lógica desenvolvida por esses autores para ajudar a problematizar as relações de poder-saber que permeiam a população em situação de rua. Ao mesmo busquei deliberadamente citar na integra a fala dos sujeitos em situação de rua com quem conversei, de modo a possibilitar que eles mesmos pudessem falar sobre eles, evitando que eu contaminasse seus discursos na hora de transcrevê-los. Também objetivei trazer o leitor para o mais próximo possível da experiência de campo, gostaria que, ao ler esta pesquisa, tivesse a sensação de estar ouvindo os próprios sujeitos que contaram suas histórias e tornaram este trabalho possível.

Quando comecei a escrever, pensei: Porque, afinal, escolhi a população em situação de rua? A resposta a qual cheguei diz respeito ao fato de que após duas pesquisas feitas durante o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC, relacionadas aos conceitos de normalidade, anormalidade e patologia, deparei-me com a questão da exclusão e da inclusão de forma irremediável, uma vez que, na nossa sociedade, as figuras ligadas à anormalidade estão sempre condicionadas a uma existência permeada pela exclusão social. Isso pode, de certo modo, ser explicado pelo efeito das relações de poder-saber que se exercem na sociedade.

Ao pensarmos a biopolítica, entendemos que é do interesse do Estado que as pessoas se subjetivem dos mesmos modos e sigam os mesmos padrões de conduta, pois, assim, poder-se-ia garantir a necessidade de um menor número de estratégias de investimento no fazer viver a população. Em consequência disso, os indivíduos que insistem em se subjetivar de diferentes formas, estabelecendo outras possibilidades de existência são tomados como anormais, ou seja, diferentes da norma. Esses sujeitos anormais ficam à mercê de práticas de exclusão social que são

[2] Trata-se de uma forma de condução de conduta porque essa ideia se apoia na noção de ética em Foucault. A ética diz respeito à relação do sujeito com a verdade e isso em termos de um *ethos*, de um modo de condução de si que não diz respeito só ao modo como a gente pensa, mas, ao modo como orientamos a nossa existência. Por isso, que é uma forma de condução de conduta e não só de condução do pensamento, por se tratar de uma investigação de uma pesquisa, envolve um modo de existência.

o resultado de um estranhamento por parte das tecnologias de Estado que pretendem capturar e docilizar os corpos, com objetivo de governá-los. Assim, os indivíduos que fogem do padrão tido como normal acabam por fazer surgir a necessidade de criação de novas estratégias de governo com investimentos mais específicos para o controle de suas condutas.

De acordo com Silva (2004) as instituições sociais surgem quando as relações informais já não conseguem suprir as necessidades de certos grupos da população. Foucault (2010) explica que a figura do louco, por exemplo, era mantida dentro das famílias, isoladas do convívio social, porém com as mudanças na racionalidade de uma sociedade, essas figuras começaram a ser vinculadas ao pecado de modo que se tornou necessário escondê-las. Para isso, os indivíduos loucos passaram a ser enviados para espaços onde perdiam suas identidades e ficavam trancafiados, garantindo, assim, seu isolamento do convívio social. Ou seja, houve um momento histórico em que não eram necessárias instituições que se ocupassem dos doentes mentais, mas quando as relações sociais informais não puderam mais absorver essas figuras, o Estado começou a se responsabilizar por elas.

Conforme aponta Silva (2004) o Estado não se responsabiliza de modo igual às categorias populacionais que estão desassistidas, mas utiliza dois critérios para separar os que receberão daqueles que não receberão:

> O fato de pertencer à comunidade e a incapacidade de trabalhar. Isso quer dizer que era preciso favorecer os membros do grupo (rejeitando, portanto, os estrangeiros) e acolher preferencialmente os que não poderiam prover suas próprias necessidades através do trabalho (Silva, 2004, p.15).

Essas questões recaem sobre a população em situação de rua em razão de que não existe uma homogeneidade entre os que podem ou não trabalhar, além de essa população se constituir enquanto uma população nômade que tende a não pertencer a um território específico. Podemos pensar que o Centro de Triagem e Encaminhamento do Migrante (CETREMI) surge com o objetivo de buscar o território dos indivíduos, de modo que eles possam receber auxílio nas comunidades as quais pertencem. No que diz respeito ao trabalho, temos o fato de que, pela lógica da meritocracia, o sujeito deve ter acessos de acordo com a quantidade de esforço que emite, ou seja, os direitos estão relacionados ao trabalho, de modo que supostamente quando mais

se trabalha mais direitos e privilégios se alcança e, quando não se trabalha, não se tem acessos. Essa lógica é muitas vezes utilizada para justificar o fim das Políticas de Assistência a essa população, principalmente as de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família.

Podemos compreender então que essas estratégias que visam investir na vida dos sujeitos anormais surgem visando regulá-los, tornando-os, assim, mais governáveis. Tais estratégias não têm o objetivo de investir em possibilidades de existências distintas do padrão proposto. Desse modo o surgimento de uma série de instituições, a partir do século XIX, como os manicômios, comunidades terapêuticas e de tecnologias como camisas de força, lobotomia, remédios psiquiátricos, pretendem suprir as necessidades de controle de segurança em relação aos sujeitos, para que estes possam ser reinseridos na sociedade por meio dessas diferentes estratégias de regulação e normalização das condutas. Como resultado, quando as instituições não alcançam o objetivo, o Estado deixa de investir nesses sujeitos, abandonando-os à própria sorte, o que ocasiona em um deixar morrer.

É para as praças, becos e viadutos que se direcionam aqueles indivíduos cujas vidas não foram capturadas e estão (des)investidas. Vale dizer que muitas populações se encontram nesse lugar de anormalidade, negociando com as estratégias de normalização de inúmeras outras formas. Mas, de todas essas populações forjadas como anormais pela insistência na negociação com a norma, aquela em situação de rua pode ser considerada, hoje, a mais desafiadora, visto que em uma rápida pesquisa no *google* por: "política pública, moradores em situação de rua" é possível encontrar inúmeras matérias que relacionam essa população a um desafio para o Estado. Constituída por grupos bastante heterogêneos, essa população está à mercê de todo tipo de violência e impossibilidades de acesso, fazem breves contatos com o poder através de instituições de acolhimento, tratamento ou de assistência e têm com a rua uma relação permeada por práticas de liberdade.

A resistência da população em situação de rua se estabelece através de linhas de fuga, que faz com que eles criem outras possibilidades de relação com o território. Por exemplo, preferem pedir que os comerciantes próximos à praça, com os quais estabelecem relações de amizade, guardem seus documentos e exames ao invés do consultório de rua. Encontram em obras abandonadas, e imóveis para alugar, as torneiras que possibilitam que lavem suas coisas e até tomem banho. Quando são expulsos das praças pela polícia, são esses imóveis que passam a ser seus novos endereços durante as noites.

Pablo, o rapaz que registou a praça para ilustrar este trabalho, relatou-me que tem uma casa: A Kalios, um imóvel que está para alugar ali perto onde moram ele e mais 7 pessoas. É ele mesmo quem decide quem pode ou não morar nessa casa, a comida ali é dividida e era lá que estava dormindo o Bonifácio antes de ser internado: "Moramos em uns 8 lá, na Kalios *house*, ali é tudo amigo, gente boa mesmo. A gente cuida um do outro e cuidava do Bonifácio também. *Nóis* leva comida *pra* ele e *tals*. Bonifácio é o pai *neh*?! Tá aqui desde que a gente chegou, se da bem com todo mundo ele" [*sic*].

Apesar de terem os vínculos familiares rompidos ou fragilizados, esses sujeitos encontram outros recursos para lidar com a solidão das ruas. Surgem então esses "abrigos" improvisados onde escolhem outros sujeitos para morar e formam uma outra família. Nesses lugares cuidam uns dos outros, garantindo acesso à alimentação, abrigo contra o frio e a chuva e se protegem das ameaças das ruas. Reconstituem, dessa forma, os laços perdidos e criam uma linha de fuga que permite que tenham relações estáveis de amizade e, também, de relacionamento, mesmo em condições tão precárias. Na casa Kalios, a amizade entre Peralta e Bonifácio é uma das inúmeras práticas de resistência que se estabelecem por linhas de fuga, ao não confrontar diretamente os padrões sociais, mas surgirem de modo a melhorar as suas existências. Como vemos no caso da prisão do Peralta, o Estado não é capaz de compreender ou reconhecer essas relações, mas, mesmo assim elas estão lá.

Em uma das últimas visitas que fiz a Bonifácio ele me contou que o pessoal da praça tinha ido visitá-lo: "chegaram aqui tudo bêbado, eu falei Cara! *Vocês não pode* vir aqui assim, tinha que toma um banho, vir sóbrio. Aí entraram tudo no quarto, mas coloquei regra. Mandei sair todo mundo e entrar dois de cada vez só e sem gritar" [*sic*], contou-me um Bonifácio indignado e ao mesmo tempo orgulhoso de suas visitas.

Em função da heterogeneidade da população que se encontra nas ruas, o Estado precisa constantemente elaborar novas estratégias de captura, regulação e investimentos específicas, e isso é um desafio para as instituições e profissionais que atuam na Política Nacional de Inclusão Social da População em Situação de Rua (Brasil, 2008). Isto somado a questões econômicas que estão relacionadas aos interesses de investimento do Estado para garantir sua manutenção e fortalecimento, culminam na invisibilidade desses sujeitos que permanecem em uma linha de indicernibilidade, de modo que não estão completamente excluídos da sociedade pelos breves contatos que fazem, mas, também, não estão inseridos uma vez que não têm seus acessos

garantidos. Um exemplo bastante claro dessa falta de interesse e investimento do Estado nessas vidas vem da própria política. Apesar da população de rua existir a muitas décadas, a política destinada a ela data de 2008e ainda não foi efetivada em muitos Estados. A própria política ainda define em sua apresentação que a pulação em situação de rua está: "historicamente à margem das prioridades dos poderes públicos" (Brasil, 2008, p. 2).

Outro fator importante que contribui para a minha escolha pela população em situação de rua está no fato de que, de todos os grupos que ocupam esse lugar de exclusão social, essa me pareceu a mais vulnerável. O documento que constitui a política nacional destinada à população em situação de rua nos diz que "a população em situação de rua encerra em si o trinômio exprimido pelo termo exclusão: expulsão, desenraizamento e privação" (Brasil, 2008, p.3).

A ausência de moradia e de locais seguros para se abrigar, faz com que esses sujeitos estejam expostos 24 horas por dia a todo tipo de violência, como roubo, espancamento, assassinato, estupro, etc. Além de permanecerem sujeitos às intempéries climáticas e condições sanitárias nos espaços que habitam que podem causar diferentes modos de adoecimento. Abro um adendo para contar sobre um rapaz que conheci na praça e que, em razão do frio a que era exposto, teve hipotermia que ocasionou segundo elena "perda de um pulmão" [*sic*]. Quando o conheci ele tossia muito e estava visivelmente muito doente, era inverno e ele relatou que tinha dificuldade para respirar, contou que havia conseguido reunir muitas cobertas, mas, mesmo assim, sentia falta de ar e dores intensas; ele me relatou que o médico alertou que, caso continuasse dormindo na rua, exposto ao frio, "perderia" o outro pulmão e iria depender de ventilação mecânica para o resto da vida. Mesmo assim ele se recusava a ir para os abrigos disponíveis alegando que neles era muito pior que a rua, pois tinha muito roubo, e ele não poderia beber.

Outro ponto importante diz respeito ao fato de que não existem muitos lugares que ofereçam a possibilidade de acesso a higiene para os indivíduos que vivem nas ruas, em consequência disso os indivíduos sofrem com a ausência de recursos muito básicos como água para banho e até mesmo para beber, lugar adequado para urinar e defecar e, também, realizar escovação dos dentes, assim como a própria falta de escova de dente e creme dental. Além disso, as instituições se organizam de modo a reforçar a exclusão e o abandono, já que a ausência de endereço fixos e torna mais um dos empecilhos que impossibilitam o acesso ao mercado de trabalho, tratamentos de saúde e serviços de assistência.

Afim de entender melhor como se tornam possíveis determinadas práticas na nossa sociedade, recorro à Michel Foucault (2010) que explica que a sociedade é permeada por saberes que, por sua vez, possibilitam determinadas relações de poder. Desse modo, podemos compreender que não há relação de poder que não seja acompanhada pela criação de um saber, de um conhecimento e vice-versa. Nesse processo o poder vai atualizando o saber e, os indivíduos, por sua vez, subjetivam-se através dessas relações de saber-poder que se dão por meio de enunciados e práticas micropolíticas. Podemos dizer, então, que a subjetividade se cria a partir de um conjunto de práticas.

Ainda segundo Foucault (2010), o ser do conhecimento, ou seja, o sujeito é uma invenção moderna, já que o próprio conhecimento foi inventado, assim como, consequentemente, a verdade. Dessa forma, entendo que o conhecimento gera uma aparência do objeto e nos permite pensar o modo como nos relacionamos com esse objeto, problematizando suas formas e seus usos. De modo que, o que importa não é necessariamente o fato, mas, sim, o relato que se faz sobre o fato. Em outras palavras, o que importa são os conhecimentos que se tem sobre os objetos, e não os objetos em si.

Por isso, Foucault (1999) propôs, ainda, que o conceito de homem como objeto foi fundamental para o surgimento e a manutenção da idade moderna. Em outras palavras, o homem enquanto objeto não é o foco, mas sim o que se conhece, se relata sobre este homem. Pois, somente assim, submetidos a ação externa, mentes e corpos humanos poderiam ser moldados por diversas instituições sociais.

Esse molde se dá por meio de uma série de jogos de saber-poder, ou seja, conhecimentos que se estabelecem na sociedade e recaem sobre o comportamento dos indivíduos, regulando a forma como devem agir, pensar e existir. Considerando que as relações de poder e saber são fruto de um determinado contexto histórico, entendemos que cada época e cada sociedade possui seus enunciados, suas regras, suas possibilidades de constituição de si, de modo que não se pode pensar o indivíduo fora da sociedade e do tempo em que vive. Somente a partir desses pontos e torna possível problematizar as práticas sociais a fim de compreender como se dá a noção de inclusão e exclusão em um determinado espaço-tempo.

Dentre os elementos aos quais se pretendeu problematizar neste trabalho estão as questões das possibilidades de constituição de si e os modos de existência da população em situação de rua. Ao longo deste trabalho fui levada a compreender de que modo a população em situação de

rua se relaciona com o território. Entendendo o conceito de território proposto por Deleuze e Guattari (2010), como espaço-temporais onde se produzem subjetividades. Ou seja, durante o trabalho tornou-se possível identificar certas ontologias do presente e modos de vida que se tornam possíveis através da relação entre os sujeitos no contato com o poder.

Ao colocar em análise as relações de poder-saber que se estabelecem entre a sociedade e a população em situação de rua se tornou possível analisar, juntamente com estes sujeitos, quais são as formas de resistência e de que modo se estabelecem linhas de fuga que permitem que eles vivam à margem da sociedade, fazendo apenas breves contatos com os mecanismos de poder que regulam e investem no fazer viver à população. Optei por utilizar o conceito de linhas de fuga (Deleuze, & Guattari, 1996) ao invés de resistência (Foucault, 1995) em razão de que, pensando a partir de Deleuze e Guattari (1996), entende-se que são os mecanismos de poder que oferecem resistência às formas de desterritorialização o que resulta no surgimento de fluxos que fazem surgir novas conexões. Assim, entendi que as práticas da população de rua surgem não no sentido de lutar (resistir) contra os mecanismos de poder, mas de criar outras conexões que escapam da resistência colocada pelos mecanismos de poder, na tentativa de impedir novos fluxos e capturar as vidas dos sujeitos anormais. A própria prática de reconstituir nas ruas os laços afetivos que foram perdidos com os familiares é um exemplo de linha de fuga, porque não ocorre como um contraponto ao poder, mas sim como uma possibilidade de sobreviver sem precisar do auxílio das instituições de acolhimento. Podemos, é claro, pensar que esses laços têm como efeito a produção de resistência, mas não ocorre com este intuito e com nenhum outro que não seja garantir a sobrevivência. Além disso, são os mecanismos de poder que farão resistência à criação desses laços, não os reconhecendo, desqualificando-os e, até mesmo, agindo para extingui-los. No CETREMI de Campo Grande, MS, por exemplo, a família em situação de rua que aceitar ser acolhida precisa estar ciente de que será separada, homens para um lado, mulheres e crianças de outro, animais não são permitidos. Essa forma de gestão mostra que não só não se reconhece a criação de laços familiares nas ruas, como se aplicam estratégias para desfazê-los ou ao menos fragilizá-los. De modo que não é incomum que famílias inteiras residam nas ruas para garantir que permaneceram juntas ou que mesmo no frio o morador de rua se recuse a ser abrigado deixando para trás os animais que são seus companheiros.

A fim de melhor contextualizar a lógica de pensamento que fundamenta esta pesquisa, recorro novamente à Foucault (2008a) que nos explica que nas sociedades monárquicas o

objetivo do Soberano/Rei era governar o território, quanto maior sua extensão, mais forte era o império, já que quanto mais terras o soberano possuía, maior era a sua capacidade de produção e cobrança de impostos. Neste modelo de governo do território não era necessário que o soberano conhecesse a população que habitava as terras sob seu domínio. Considerando que os indivíduos não eram de fato relevantes para a manutenção do território, o Soberano não sabia quantas pessoas habitavam suas terras, como viviam, de onde vinham ou para onde iam. Porém, com o fim do feudalismo e o nascimento de novas formas de relações econômicas, sociais e estruturas políticas, surgiram novos problemas, objetivos e técnicas que levam a um gradual deslocamento do Estado territorial para o Estado de população.

Segundo Foucault (2008b) a transformação na arte de governar está ligada à emergência da Razão de Estado caracterizada como uma nova forma de racionalidade segundo a qual o príncipe deveria exercer sua soberania não mais governando o território, mas, sim, a população. Desse modo, o modelo de Estado Nação surge em resposta à necessidade de governar os indivíduos que habitam determinado território, assim, as estratégias de governo deixaram de estar relacionadas à extensão territorial para se voltar para a circulação e capacidade de produção da população.

Esse deslocamento se deu através de pequenas práticas ligadas, principalmente, à saúde, por três razões: em primeiro lugar, com o aumento das cidades e o aglomeramento de pessoas, aumentaram, também, as epidemias e, consequentemente, o número de mortes. Em segundo lugar, a mão de obra passou a ser muito importante nas indústrias o que resultou em uma preocupação com a taxa de mortalidade da população produtiva. Por último, é necessário considerar que o exército passou a ser cada vez mais tecnológico, o que aumentou os custos do Estado, de modo que preparar soldados para as guerras passou a significar um aumento de investimento, como consequência, a vida dos soldados passou a valer mais, sendo que não poderiam mais ser simplesmente perdidas, era preciso fazer viver esses homens, tratar as feridas e evitar infecções. Em função dessa necessidade surgiram os primeiros antibióticos, vacinas, transfusões de sangue e outras práticas médicas, bem como o próprio hospital como local de cura. Ou seja, essas três questões se encontram no campo da saúde e levantam uma nova necessidade de que o Estado soberano passasse a se ocupar do controle e regulação das doenças, o que levou à elaboração de uma série de estratégias que buscavam conhecer a população, para melhor governá-la.

A partir dessas estratégias em saúde surgiu o que Foucault (2008a) chamou de lógica de governo biopolítico, cujo objetivo é o governo da população através de diversas práticas que objetivam fazer viver os indivíduos de modo produtivo, extraindo tudo o que for possível de cada sujeito. Para Foucault esta é a principal diferença entre o Estado Soberano e o Estado Nação, já que no primeiro impera a política do fazer morrer e deixar viver, enquanto que no segundo o governo é o governo das vidas e, portanto, objetiva-se fazer viver e deixar morrer.

> Já não se trata de pôr a morte em ação no campo da soberania, mas de distribuir os vivos em um domínio de valor e utilidade. Um poder dessa natureza tem de qualificar, medir, avaliar, hierarquizar, mais do que se manifestar em seu fausto mortífero; não tem traçar a linha que separa os súditos obedientes dos inimigos do soberano, opera distribuições em torno da norma. (Foucault, 2005, p. 189-190).

Lembrando que a norma é entendida por Foucault (2010) como regra de conduta, como lei informal, a norma também funciona como regulamentação funcional. Portanto, há duas normalizações: a regra de conduta e a do funcionamento normal.

Recapitulando, é fundamental compreender que, para este novo modelo de governo, o que torna um Estado forte não é sua extensão territorial, mas, sim, sua força de produção. E, considerando que esta força está ligada à capacidade produtiva dos indivíduos que vivem nesse território, o que passa a ser importante é a vida dessa população; mas, precisamente, o modo como vivem, porque é primordial que os indivíduos vivam de forma a produzir o máximo possível, tornando, assim, o Estado mais rico e forte. O Estado, por sua vez, garante que a população viva melhor e mais, evitando que os indivíduos adoeçam e/ou morram. Para isso, passa a se ocupar, então, da saúde da população. Em consequência a esta lógica de Estado, surgem diversas tecnologias que buscam investir no fazer viver.

Dentro dessa lógica de governo, para evitar a invalidez e a morte da população, tornou-se necessário compreender os indivíduos que a compunha, para tanto, diversos conhecimentos passam a se ocupar de conhecer essa população, vigiando, registrando, analisando e explicando os mais distintos comportamentos visando elaborar novas estratégias que fizessem viver melhor e por mais tempo, aumentando, consequentemente, a capacidade de produção do Estado.

Em outras palavras, as estratégias biopolíticas de governo se dão nas relações micropolíticas que se estabelecem no cotidiano, e se exercem no corpo, de modo que os dispositivos de governo, governam não outra coisa senão o próprio corpo, que passa a ser, então, um campo de intervenção. Torna-se importante ressaltar que o dispositivo consiste em uma rede de relações (discursos, instituições, regulamentos, enunciados científicos e morais) que estabelecem o que é visível e enunciável, de modo que é através dos dispositivos que se pode ocultar ou justificar determinada prática. Assim, entendemos que os dispositivos de governo são uma série de arranjos que possibilitam a regulação dos corpos de modo a governar suas práticas em determinados campos, como da saúde, sexualidade (Foucault, 2006). As diversas estratégias que operam dentro desses dispositivos recaem diretamente sobre os corpos biológicos, de modo a regular seu funcionamento e controlar suas respostas. No dispositivo da saúde, por exemplo, temos a lógica de higiene que entrelaça limpeza e inclusão, de modo que os indivíduos se subjetivam de modo a justificar a exclusão dos indivíduos que não são considerados suficientemente limpos.

Os dispositivos atuam por meio do rastreio da população, que se dá através de diversos saberes e práticas de intervenção que atuam nos corpos, permite que as pessoas sejam medidas e rotuladas de acordo com seus potenciais, para, posteriormente, serem governadas de acordo com esses domínios. Uma das mais importantes estratégias de rastreio é a estatística que torna possível medir e avaliar os grupos, relacionando-os com as leis e as normas, o que resulta em uma determinação de quais vidas são mais importantes e, consequentemente, mais investidas.

É a partir dos dados relacionados às necessidades obtidas por meio de análises estatísticas que são elaboradas, para cada grupo da população, estratégias de captura e normalização dos comportamentos. Devido à capacidade de produzir dados que são tomados como verdades e utilizados para fundamentar intervenções sobre os corpos, podemos pensar a estatística como um importante instrumento de veridicção biopolítico.

O pós-estruturalismo rompe com a ideia do sujeito universal e, portanto, com a ideia de uma verdade absoluta. Assim, nesse campo epistemológico entendemos que a verdade é uma construção social que se torna possível por meio de jogos de poder-saber. Esses jogos entre diferentes saberes e relações de poder permitem o surgimento de certos arranjos que se organizam em forma de rituais que são socialmente aceitos como estratégias de veridicção da verdade.

Assim, os discursos passam por esses rituais e podem ou não, de acordo com esses arranjos entre saber-poder, ganhar o status de verdade, formando o que Foucault (2014) chama de regimes de verdade. Ou seja, para que a verdade se manifeste como tal, ela precisa passar por alguns mecanismos (rituais) que a legitimam, permitindo que se tornem enunciáveis e visíveis.

Uma das questões mais importantes em relação a verdade é que não é qualquer sujeito que pode enunciá-la, o lugar de quem fala é, por si só, um dos mecanismos de veridicção da verdade. Assim, eu ocupo de certo modo, enquanto pesquisadora, o lugar de um parresiasta, ou seja, tenho o direito de dizer a verdade. É claro que, apesar da posição de mestranda, ainda estou sujeita à alguns rituais que validem meu discurso (a própria aprovação do mestrado, a autorização do Conselho de Ética em Pesquisa - CEP, a coleta de assinaturas dos sujeitos coautores da pesquisa). Mas, o que quero problematizar é que eu tenho o direito de dizer a verdade sobre a população de rua, em espaços que eles mesmos não podem falar, a não ser através do meu trabalho.

Foucault (2003) chama de vidas infames, a existência dos sujeitos que não foram dotados de nenhuma grandeza reconhecida, tais como sobrenome importante, fortuna, heroísmo, etc. Suas existências são meramente comuns, banais e obscuras, existências das quais não se teria qualquer registro se não fosse pelo fato de que, em algum momento, foram atravessadas pela violência, malvadeza, ou azar, que os fizeram ser percebidos como uma ameaça, justificando alguma intervenção por parte dos mecanismos de poder.

E é o encontro com o poder que ilumina essas existências, que ilumina as suas passagens; o mesmo poder que captura, esmiúça e, por fim, as condena. A população em situação de rua é predominantemente infame, de modo que seus discursos estão sempre sujeitos a análises que buscam encontrar alguma característica que justifique relacionar seu modo de vida com a ideia de ameaça. Suas práticas são constantemente objetos de intervenções de normatização e os únicos registros de sua existência se limitam àqueles feitos pelos contatos com o poder, ou seja, por terceiros e nunca por eles mesmos.

A própria pesquisa atua como uma estratégia de poder que impede que a existência do morador em situação de rua desapareça sem registro, permitindo que suas vivências sejam narradas. Vivências que são sempre narradas em terceira pessoa, nunca em primeira, a não ser por breves citações entre aspas, de modo que estes trabalhos acabam por se apropriar dos saberes e das experiências desses sujeitos. Buscando fugir desse modelo, para não esmiuçar a vida dos indivíduos participantes, com o objetivo de procurar justificativas para suas práticas, procurei

fazer o que Foucault (2003), chamou de “ontologia de existências”. Em outras palavras, tentei, ao longo desta pesquisa, dar visibilidade a esses sujeitos, revelando fragmentos de discursos da realidade da qual fazem parte.

Considerando ainda que a academia é um local onde esses sujeitos são discutidos, onde as suas existências se tornam visíveis e possíveis, um dos pontos de questionamento deste trabalho é: Se não há espaço para que esses indivíduos falem em primeira pessoa nem na academia, onde mais falarão? Ao longo da construção desta pesquisa, encontrei a resposta: nas ruas. É lá que, fugindo de todas as regras que permeiam a ciência, esses sujeitos encontram liberdade para falarem do modo como quiserem de si mesmos e da sociedade onde vivem.

Outro ponto relevante diz respeito à folha de autorização da pesquisa que os indivíduos assinam para me permitir relatar nossas conversas. Podemos entendê-la como uma prova, um instrumento de veridicção da verdade que confirma que não estou mentindo e dão a eles a ideia de algo juramentado, o que acaba por reforçar o meu “poder”, o *status* superior do conhecimento do pesquisador. Afinal, eles precisam de um documento que assegure a segurança deles, diante dos meus conhecimentos.

Agamben (2002) propõe que a veridicção da verdade funciona como enfeite no funcionamento do poder, pois nem sempre é da ordem da utilidade, mas, ainda assim, é necessária para o exercício do poder. Relaciono isso a todos os rituais que se tornam tão fundamentais para que eu possa registrar e trazer enunciações e as vivências desses sujeitos em situação de rua para a academia. Tal como um enfeite, esses mecanismos não asseguram de fato a segurança psicológica dos sujeitos e nem a minha, pois em todo encontro estamos sujeitos a um desgaste, eu e eles.

De fato, em todos os encontros, o desconforto ocorre, eu com minhas perguntas que os tiram da zona de conforto e eles com os relatos que me tiram da minha. A preocupação do CEP é a de que a pesquisa não provoque desconforto nos indivíduos com os quais converso, como se eles já não se sentissem assim no meio em que vivem. O fato é que de cada encontro saíamos todos incomodados, desconfortáveis, mudados para sempre e irremediavelmente. A pesquisa tem justamente o papel de causar desconforto, inquietação e reflexão sobre o modo como somos governados e como nos governamos. Sem o desconforto não haveria mudança, nem produção, nem sentido para esta pesquisa.

A elaboração deste trabalho, como se deu, exigiu uma série de estratégias, de envios e (re)envios para uma banca formada por pesquisadores, de um documento que os moradores em situação de rua com quem eu entrasse em contato precisariam assinar. Nesse documento eu deveria descrever os objetivos desta pesquisa para que o indivíduo em situação de rua pudesse entender. E, antes de ser autorizada a conversar com esses sujeitos, o documento deveria ser enviado para uma banca que compõe o Comitê de ética na pesquisa (CEP) a fim de que eles pudessem dizer se eu poderia ou não realizar minha pesquisa com os indivíduos na rua. Nesse momento surgiu, então, a questão dos envios e (re)envios, pois, todas as vezes que enviava o documento, a banca me devolvia alegando que a linguagem era muito complexa para a população com a qual eu pretendia trabalhar. De modo que, para obter a autorização, precisei escrever da forma mais escrachada, como se fosse para uma criança em fase de pré-alfabetização, os objetivos da minha pesquisa com estes sujeitos.

A noção de que a população que está na rua não é capaz de entender nada além do que o muito simples, já é, por si só, excludente. Temos, então, o CEP atuando como uma estratégia de exclusão, criando empecilhos para que a população de rua tivesse acesso à academia e aquilo que se pode produzir ali.

Como pode alguém precisar de uma autorização, de um papel, para ouvir outra pessoa que quer falar? Os papéis são enfeites, afinal, quem irá na praça verificar se de fato foram eles que assinaram esses papeis? São enfeites que existem muito mais para reforçar o suposto poder do lugar que ocupo, do que para contribuir de fato. E no fim das contas, para os indivíduos com quem conversei é só uma folha que assinam em consideração a mim, uma vez que não se importam em como suas falas serão aplicadas, desde que eu não deixe de ir lá “trocar umas ideias” [*sic*].

Diante de tudo isso, o meu problema de pesquisa se tornou a própria pesquisa, afinal: Como meu trabalho interfere no modo como os moradores em situação de rua, com quem converso, conduzem suas próprias condutas?

Um dos efeitos do modelo biopolítico de governo é a divisão da população em dois grandes grupos: aqueles que estão dentro da norma, ou seja, comportam-se de acordo com o conjunto de regras, leis e poderes que os governam; e, os que resistem e, portanto, estão fora desse conjunto de práticas tidos como norma, sendo definidos, consequentemente, como anormais. Neste caso, a pesquisa e aqueles que a compõem – pesquisador e moradores de rua –

passam a ocupar certos lugares de anormalidade, seja pelos desconfortos, estranhamentos, insistências. Assim, a pergunta sobre o modo como o trabalho de pesquisa interfere nas formas de condução das condutas dos moradores de rua encontra-se com a pergunta inicial: quais os modos como certas ontologias do presente tornam-se possíveis nos breves contatos com o poder?

1.2 Algumas orientações que serão percorridas

Quando optei pelo procedimento de pesquisa-intervenção, a partir de um percurso cartográfico, estava bastante receosa. Eu tinha, é claro, medo de como seria recebida pela população de rua e, como não podia deixar de ser, receio pela minha segurança. Assim, quando uma colega no mestrado, também psicóloga, anunciou que fazia um grupo com a referida população, aos sábados, quinzenalmente em uma praça no centro de Campo Grande, MS, em frente a um mercado e próximo a uma igreja, abracei a oportunidade.

Ela me explicou que havia começado o trabalho a cerca de um ano, porque quando era criança a mãe dizia que as pessoas que estavam nas ruas eram felizes e ela queria entender se isso era realmente verdadeiro. A população de rua é afinal mais livre, mais feliz? Católica, ela também queria ajudar de algum modo, como um meio de agradecer por todas as coisas que tinha. Começou, então, a ir naquela praça próxima da igreja, com algumas pessoas da própria igreja, que depois desistiram, como é característico do voluntariado.

Ela continuou, tentava levar a filha, pois não queria ir sozinha, mas a filha não gostava muito, então foi bem receptiva quando me ofereci para acompanhá-la. Eu também não queria ir sozinha, assim me adaptei aos acordos que ela já tinha com eles e passei a ir quinzenalmente, aos sábados, às oito horas da manhã. Ficava lá em torno de uma hora, uma hora e meia; às vezes ficava menos, pois dependia da quantidade de pessoas que estavam lá e da disponibilidade delas para conversarem no dia.

A população na praça era bem flutuante, algumas vezes estávamos em 10 e, em outras, não tinha ninguém. Mas, duas pessoas eram fixas, só não iam quando chovia. Um senhor, que vou chamar aqui de Noel e um rapaz que chamarei de Peralta. Noel tem 63 anos e está na rua há 40 anos, já Peralta tem por volta de 48 anos, não sei ao certo porque ele nunca quis dizer, está na rua há cerca de 30 anos. Os dois são usuários de álcool, sendo que o segundo usa outras drogas e

as vende também. Se conheceram nas ruas, e já eram amigos há uns 10 anos, “desde quando a esposa dele ainda era viva” [*sic*] me relata Noel.

A esposa de Peralta vivia com eles ali na rua, também era usuária de drogas e ele foi preso várias vezes após denúncias de agressão a ela.

> Eu batia mesmo, ela era doidinha de ciúmes, aí a gente brigava muito e ela me batia, eu tinha que me defender *neh*?! Mas, cozinhava muito bem ela! A nossa cozinha era ali ô, de baixo daquela árvore, ela tinha *as lata* dela e, fazia umas coisas muito gostosa, não é não Noel? [*sic*].
>
> E Noel afirmava com a cabeça.
>
> Morreu faz uns quatro anos ela. Morreu de raiva, eu acho. Ela era baixinha igual você assim e estressada. Rapaz! A mulher vivia brava, toda ciumenta. Aí um dia *tava* aqui sentada no banco e passou mal, caiu mortinha já aqui atrás [*sic*].

Acompanhei os dois moradores durante cerca de seis meses e, no final do ano de 2016, próximo ao natal, Peralta foi preso, deixando Noel, seu protegido, sozinho. A partir daí o senhor foi adoecendo e entrou em um processo de desistência da vida “Já *tá* na hora de eu morrer, já *tô* velho, vivi muito, agora quero morrer” [*sic*]. Vários fatores contribuíram para isso e eles serão relatados ao longo do trabalho. Foi difícil, para mim, acompanhar esse processo, apesar de todos os esforços do consultório de rua, e os meus, ele estava irredutível, não aceitava de nenhum modo ir ao hospital ou ficar internado, exigia que o médico fosse atendê-lo na praça e localizava toda sua revolta no consultório de rua.

> Esse povo é uma enganação, *eles não tem* nem médico. Tinha que vir o médico com uma ambulância pra examinar a gente, aí a gente tomava um soro, uma injeção. Você já viu o carrinho que *eles vem*? Nem dá *pra* trazer os remédio, as coisas que a gente precisa ali. *Eles só vem* aqui fazer perguntas e querem levar a gente embora. (Noel). [*sic*].

O assunto morte passou a fazer parte das conversas, ao mesmo tempo em que Noel foi deixando de se alimentar. No mês de novembro foi hospitalizado no Hospital São Julião, o consultório de rua ligou para o irmão dele, e esse entrou em contato comigo, para avisar.

Dois moradores, dois caminhos para a construção do problema desta pesquisa, um através do dispositivo de saúde e outro de segurança. Um que aborda as questões da produção de saúde, o cuidado a esses sujeitos, da higiene e dos acessos. E outro que fala sobre a lógica da barbárie, da exclusão, da violência policial e da apropriação.

As imagens que ilustram este trabalho foram tiradas por Pablo Kalios, um jovem de 35 anos que circula pela praça. Ao estacionar meu carro ele veio pedir dinheiro "que é *pra* completar os treze reais da marmita" [*sic*]. Apresentei-me, falei sobre os outros sujeitos que conhecia por ali, e Pablo passou a me contar sua história. "Sou de Salvador, *tô* aqui tem dois anos. Mas, nem conheço a cidade só o centro mesmo" [*sic*]. Concluímos que ainda não havíamos nos encontrado porque Pablo prefere dormir até tarde e eu vou cedo na praça. O consultório de rua também vai cedo e, por esse motivo, Pablo nunca os vê, por isso está sem documentos e sem consulta médica marcada para o pé lesionado. Ao fim da conversa, perguntei se ele poderia tirar as fotos e ele concordou, desde que não precisasse sair nelas. Pegou meu celular e se virou para os quatro cantos, da praça. Ao Norte a igreja, ao sul o mercado, ao leste o restaurante e a oeste o semáforo. Em cada clique me falou sobre o que queria mostrar na foto e porque, esses relatos estão nas legendas das fotos.

Este trabalho foi dividido em três capítulos, de modo a percorrer a trajetória que o problema de pesquisa foi permitindo fazer: quais os modos como certas ontologias do presente tornam-se possíveis nos breves contatos com o poder? No primeiro deles situei a relação entre o campo social e o campo epistemológico, de modo a ir inserindo a temática da população em situação de rua em relação à governamentalidade, e às relações de poder-saber que atualizam os discursos de verdade que recaem sobre essa população. No segundo busquei problematizar o modo como nos relacionamos com a verdade e como, a partir dessa relação, torna-se possível o jogo entre inclusão/exclusão que permeia a população de rua, apontando para as práticas de negociação que se tornam possíveis nesse contexto. Por último, em conjunto com a população da praça, desnaturalizamos o óbvio, a fim de entender os caminhos, as lógicas que fundamentam certos campos, práticas e racionalidades.

2. COMO NASCE O ANORMAL: JOGOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

“Aqui que é onde a gente encharca... O semáforo! Encharcar pra gente é pedir” [*sic*].

Foto: Pablo Kalios

Registro: Quando cheguei na praça nesse dia estava garoando e Pablo estava “encharcando” no sinal. Ele contou que precisava de 13 reais para garantir a janta: “Só pego o dinheiro que preciso. Acho que tá aqui assim, e pedir mais do que precisa é extorsão” [*sic*].

"... No beco
apenas um muro,
sobre ele a polícia.
No céu da propaganda
aves anunciam
a glória..."
(Andrade, 2012, p. 23).

Fundamentado em Foucault (1980) que considera que a escrita não deve ser apenas uma suposta reprodução fidedigna da realidade estudada, mas, sim, inseparável da produção de uma experiência de transformação do que se pensa e do que se é, este trabalho se constrói com a população de rua, sem nenhuma pretensão de confirmar algo. Assim, partindo da ideia de que a pesquisa se constrói justamente do não saber, é que a pesquisadora objetivou construir outra possibilidade de olhar para esses sujeitos e, juntamente com eles, pensar novas formas de perceber a sociedade na qual estamos inseridos e que os torna possíveis.

Foi acordado com a população da praça que a pesquisadora iria encontrá-los uma vez a cada quinze dias pela manhã, de modo que pudessem conversar. Foi esclarecido que não se tratava de uma obrigatoriedade, mas que a pesquisadora estaria lá caso eles quisessem conversar. Torna-se relevante lembrar que, no campo onde se constitui este trabalho, é importante operar com o sujeito que se constitui no cotidiano, de modo que nunca foi exigido que os sujeitos mudassem seus hábitos ou falassem sobre assuntos específicos para participar da pesquisa. Ao longo dos encontros foram surgindo demandas do cotidiano desses sujeitos, que a pesquisadora buscou em conjunto com eles solucionar.

Assim, seguindo as pistas de pesquisa que foram surgindo a cada encontro, buscou-se constituir outra condição de possibilidade no que tange a esses sujeitos e, também, para os profissionais que atuam por meio das políticas, tornando possível o surgimento de um outro olhar. Para tanto, é necessário desmontar cada uma das caixinhas que naturalizam certas ontologias, compreendendo o modo como se dá a relação desses sujeitos com as verdades que os permeiam, como negociam com elas, quais são as linhas de fuga que surgem a partir desses jogos de poder. Para tanto, tornou-se necessário ir para além daquilo que as verdades, essas verdades

produzidas ao lado Norte da linha abissal, dizem sobre os sujeitos, deixando de ouvir aquilo que elas enunciam sobre a população em situação de rua, a fim de escutar como essa população fala sobre si mesma. Acessando, assim, um entendimento de como esses indivíduos conduzem a sua conduta na relação com as tecnologias de poder e verdade.

Precisei, também, desconstruir muitas de minhas percepções e pensamentos sobre essa população. A começar pela ideia de que há um modo certo ou errado de se viver, entender que a vida pode ser experimentada de muitas formas e que não há uma maneira correta foi o primeiro passo, a partir disso, tornou-se possível problematizar as diferenças que, inevitavelmente, foram surgindo no que diz respeito às percepções acerca da vida e das escolhas que são feitas, nessa relação cotidiana que resulta na arte de governar a si mesmo.

Um incômodo relacionado à pesquisa com a população de rua diz respeito ao fato de não lhes importar a pesquisa, mas a possibilidade de serem ouvidos, independente da finalidade que eu fosse dar ao discurso. Torna-se difícil, nesse ponto, livrar-me da sensação de apropriação da existência e da experiência desse sujeito, ou seja, do lado Norte se aproximando do lado Sul da linha como forma de colonização do outro.

A questão dos pedidos por roupas, comida e outras coisas, diz sobre uma diferença entre a necessidade da pesquisa e o que ela pode produzir e as necessidades reais e urgentes dessa população. Diante disso, pensei que a pesquisa é por si só arrogante, existe pela necessidade de satisfazer a si mesma, mesmo que durante a sua construção possa de fato trazer mudanças que algumas vezes auxiliam a população pesquisada, esses benefícios surgem quase como uma justificativa para que a pesquisa ocorra, como um efeito colateral de o pesquisador adquirir aquilo que de fato almeja.

Para que a pesquisa fosse possível foi preciso passar por uma série de procedimentos que buscaram estabelecer um conteúdo real, que é aquele que se tornará verdadeiro. Assim, até mesmo ao preencher a plataforma que me autorizaria a fazer esta pesquisa, existiram exigências que objetivaram vigiar minha prática e regulá-la, partindo da verdade de que eu com todo o meu conhecimento “superior” posso causar danos aos sujeitos, mas, porque não ao contrário? Porque o saber desses sujeitos não poderia me desestabilizar?

Desde a elaboração do projeto foram necessárias diversas linhas de fuga, para que ele pudesse se dar do modo como está se construindo. Este é um exemplo de como as tecnologias de

regulação, normatização e vigilância, operam, inclusive, sobre o que deveria ser criativo. A própria criação deve corresponder à certa expectativa.

A pesquisa precisa criar, dentro de limites pré-determinados, assim como os sujeitos em situação de rua precisam se recriar constantemente dentro das suas condições de possibilidade que são pré-determinadas por uma série de estratégias biopolíticas que, não necessariamente têm como objetivo o investimento na vida desses sujeitos. Ou seja, o objetivo das estratégias de governo, que interpelam esses indivíduos, não pretende fazer com que vivam, mas, sim, pretendem deixar morrer.

Para seguir, então, os rastros da questão de pesquisa com esses encontros com as pessoas na praça, outros elementos foram se articulando ao processo: as falas se aproximaram de notícias de jornais, documentos de políticas públicas, arquitetura urbana, movimentos e deslocamentos nos espaços. Essas conexões tornam-se elementos que compõem uma cartografia de ontologias que se constituem em certos encontros com o poder.

2.1 Ontologia de uma anormalidade

Um dos elementos iniciais que aparecem nos jogos que constituem certas ontologias da população de rua se faz pela anormalidade e aquilo que vai dando substância a essa figura, na medida em que a articula com doença, drogas, criminalidade, sujeira, mas, também, com a individualização/culpabilização e menoração pela própria condição de estar na rua. Para Foucault (2010) a anormalidade surgiu em função da necessidade de padronizar a conduta dos indivíduos para melhor governá-los. O sistema jurídico que se ocupava dos sujeitos que desviavam seu comportamento do padrão/norma proposto pela sociedade e passou a buscar nos conhecimentos da medicina explicação para determinados comportamento dos sujeitos, com a finalidade de compreendê-los para traçar novas estratégias de regulação de suas condutas. Em resposta a demanda do campo jurídico a medicina passou, então, a se ocupar do comportamento dos indivíduos, buscando novas explicações principalmente a partir do seu funcionamento biológico.

Segundo Foucault (2010) a partir do século XIV a medicina se apropriou da tecnologia da confissão que, até então era praticada pela igreja, com a finalidade de averiguar/controlar a conduta do indivíduo. Uma vez que por meio da estratégia de confissão se torna possível fazer o sujeito dizer sobre seu comportamento, assim ela possibilita que a medicina entenda de que forma

o do indivíduo se relaciona com a norma, compreendendo de que modo a norma atua sobre a regulação social.

Através desse processo a confissão se torna um dos instrumentos de veridicção da verdade. Ou seja, podemos entender a confissão como uma estratégia que faz com que os indivíduos entrem em contato com os meios de regulação. Assim, surgem questionários, entrevistas, anamneses e testes que tem por função fazer os indivíduos confessarem suas práticas, dizendo sobre sua conduta, a fim de compreender como se subjetivam e quais os modos de resistência que estabelecem com a norma. Também acabam por medir, avaliar e separar os indivíduos de acordo com seu comportamento, criando categorias de sujeitos sobre os quais incidem distintas estratégias de normalização.

Também se considera que a confissão age como uma forma de constituição do sujeito, uma vez que permite que o indivíduo confesse suas faltas e reflita sobre suas práticas, estabelecendo novas possibilidades de negociação com as normas; ou seja, novas práticas de governo de si e, consequentemente, do outro. A apropriação do mecanismo da confissão não apenas pela saúde, mas, também, pelo âmbito jurídico foi fundamental para a governamentalidade, pois possibilitou a ideia de redenção do sujeito por meio da penitência, sendo que esta atua como uma ponte entre a norma e a razão social. Isto devido ao fato de a percepção da Idade Clássica, permeada pela racionalidade religiosa, atribuir como causa da pobreza a libertinagem, ou seja, a desordem e a falta de disciplina. Surgiram, então, uma série de estratégias que buscavam combater a pobreza através do trabalho, que era entendido, também, como um modo de castigo ao comportamento libertinoso. Assim, atrelando a moralidade a trabalhos pesados constituídos por atividades rudes, intermináveis e inúteis buscava-se dominar o comportamento dos sujeitos indisciplinados, normatizando sua conduta.

Além do trabalho, como forma de disciplinar os corpos, e com a gradativa governamentalização dos Estados modernos, de acordo com Foucault (2010) a família serviu como primeira instituição reguladora da normalidade, pois foi delegado a ela o papel de vigiar e punir o sujeito com o objetivo de evitar que este se desviasse da norma (tornar-se anormal). Passou também a ser papel da família denunciar quando isso ocorresse, para que o Estado possa se responsabilizar. Em função disso foram criadas diversas instituições e estratégias de controle que passaram a se ocupar desses sujeitos, quando a família falha no seu papel de evitar a anormalidade. São elas: escolas, hospitais psiquiátricos, presídios, medicamentos, etc., todos

esses mecanismos são estratégias de controle que capturam essas vidas com o objetivo de normatizar o comportamento.

Nessa lógica, as ruas surgem como um espaço de liberdade, onde os sujeitos podem negociar com as normas, governando a si mesmos de modo mais livre, sendo minimamente regulados pelas políticas do Estado. Em contraponto, essa regulação é a condição de acesso a políticas que visam garantir o acesso a direitos básicos, portanto, esses sujeitos têm, também, acessos mínimos às políticas e, consequentemente, aos direitos que são garantidos constitucionalmente.

Ainda assim, apesar de todas as estratégias de captura que permeiam a sociedade, Foucault (2010) propõe que somos mais livres do que acreditamos, pois através do governo de si é possível resistir a essas estratégias e práticas de controle, por meio de negociações e jogos de resistência. Foucault (2014) nos diz que ao se autogovernarem, os sujeitos podem se relacionar e negociar com as tecnologias de poder e verdade propostas, criando práticas de liberdade que possibilitam o surgimento de novos modos de cuidado de si e do outro, o que resulta na construção de novos campos de experiência. Em outras palavras, ao determinarem, por meio de quais práticas irão se autorregular, os indivíduos podem negociar com a verdade, constituindo novas condutas que divergem das praticadas pela sociedade, traçando, assim, o que Deleuze e Guattari (1995) chamam de linhas de fuga.

De acordo Deleuze e Guattari (1995) as linhas de fuga são como um rizoma, ou seja, como algo que cresce e se espalha em várias direções, de modo não linear, sem controle ou planejamento. Em outras palavras, um modelo de resistência ético-estético-político que trata de linhas de intensidade que podem se esconder, fugir, confundir e sabotar. Assim, as linhas de fuga estão para além da resistência, porque não apenas escapam da tentativa de padronizar, mas principalmente seguem em outras direções, fazendo outras ligações, sem nunca se fechar em regras pré-estabelecidas e se mantendo sempre abertas para experimentações, sem se esgotar.

Ao estabelecer linhas de fuga nessa negociação com as práticas que são consideradas padrões sociais, ou seja, com as normas, os sujeitos podem, como efeito, passar a ser entendidos como anormais. Por sua vez, e já que tudo o que é anormal necessita ser capturado, o Estado passa a elaborar novas estratégias de captura dessas vidas. De modo que nem a elaboração de estratégias de captura, nem as possibilidades de linhas de fuga findam.

Podemos considerar, então, que os jogos de negociação com o poder não podem ser previstos ou controlados, uma vez que fogem do padrão de normalidade proposto, dando origem a outras possibilidades de constituição de si e de práticas de existência que, muitas vezes, não podem ser entendidos ou explicados pelas tecnologias de verdade já existentes. Neste caso, muitas vezes a própria ciência passa a se ocupar de entender esses novos modos de existência, buscando explicar para enfim capturar e inserir dentro de algum padrão pré-estabelecido. Quando isso ocorre, automaticamente surgem novos movimentos que buscam escapar do que já foi capturado. Por isso, todo movimento gera uma infinidade de nuances que não podem ser previstas ou controladas.

Dentro destas linhas de fuga que surgem com o objetivo de originar novas possibilidades de práticas de liberdade dentro de uma sociedade, algumas acabam sendo entendidas como perigosas para a sobrevivência social e o fortalecimento do Estado. Assim, a razão de Estado, ou seja, a racionalidade que justifica a existência desse modelo de governo entendido como Estado Nação, em função dessa suposta periculosidade, faz surgir na população uma necessidade de segurança. Essa necessidade de segurança está relacionada à ideia de capturar tudo o que é diferente, de modo que se possa preservar as verdades, práticas de existência, processos de subjetivação e relações de poder que conhecemos e que pertencem a esta sociedade na qual vivemos. Cria-se, assim, o medo de que o Estado desapareça, deixando toda a população à mercê do que o senso comum chama de “Anarquia”.

Essas estratégias que produzem medo na população não surgem sem objetivos, podemos considerá-las, na realidade, como parte das políticas de segurança, uma vez que os discursos do medo é que fazem com que a noção de risco esteja presente nas políticas de segurança. Foucault (2008a) traz o discurso como uma estratégia de poder que é exercido pela população no cotidiano, e tem como consequências a formação de novas ontologias da realidade. É importante ressaltar que os discursos não criam práticas, ou vice-versa, porque os discursos são eles mesmos, as próprias práticas, resultando na necessidade de criação de determinadas formas de governo da população, como novas políticas públicas ou leis.

Em outras palavras, é a partir desses discursos do medo que se justifica a existência das políticas de segurança, mas, principalmente, é por causa dela que a população aceita as políticas de segurança, mesmo que elas ajam no intuito de vigiar, capturar, conter, segregar, controlar e normatizar os comportamentos, os saberes e as relações. Desse modo, entendo que a necessidade

de segurança não é intrínseca da população, mas a governamentalidade é que criou a necessidade da população de ter segurança.

As políticas de proteção criam uma ideia de risco, de modo que todos aqueles que são considerados anormais passam a ser um risco para a sociedade, uma vez que não aceitam ser facilmente regulados. A partir disso, esses discursos e estratégias relacionados à segurança fazem com que tudo o que representa uma fuga à norma, ou seja, é anormal, precise ser normatizado, sob a pena de ser deixado para morrer. Em outras palavras, as vidas que não são reguladas pelas políticas, os indivíduos que não aceitam as estratégias de regulação do Estado, deixam de ser investidos por ele. Essas vidas acabam sendo deixadas a mercê de si mesmas, para se autogovernarem, com o investimento mínimo do Estado que é, na realidade, um investimento de segurança nas vidas que "valem a pena". Assim, dentro dessa lógica de racismo de Estado (Foucault, 2005), os sujeitos que deixam de ser investidos são vistos como inimigos internos da sociedade que precisam ser separados a fim de evitar que contaminem outros sujeitos com sua anormalidade. Desassistidos pelas estratégias de investimento na vida, eles têm contato com as políticas apenas quando estas surgem dentro de uma lógica de redução de riscos, afastando os sujeitos "perigosos" de determinados espaços ou tratando-os para impedir que contaminem outras pessoas.

De acordo com Agamben (2002) o Soberano no modelo de Estado Nação deve ser entendido como uma posição e não um indivíduo, essa posição que é ocupada por vários sujeitos que não são permanentes. Existem diversas posições de soberania distribuídas no ordenamento jurídico, que é constituído pelo direito, pelas leis, ordens e outras estratégias de controle. Esse ordenamento jurídico busca capturar e normalizar o comportamento de diferentes grupos da população, incluindo-os dentro das instituições de captura, através de discursos e estratégias de controle que ganham forma através das práticas de poder-saber.

A noção de inclusão está automaticamente ligada a noção de exclusão, uma vez que quem está excluído, está excluído em relação a algo, caso contrário, a ideia de inclusão não seria necessária. Podemos pensar, por exemplo, o Programa de Redistribuição de Renda Bolsa Família, que tem por objetivo incluir economicamente sujeitos que estão excluídos da sociedade, já que esta é, fundamentalmente, baseada em uma lógica de mercado. Acontece que o próprio modo como o Programa se constitui já cria um canal de exclusão, uma vez que os sujeitos precisam provar que fracassaram na arte de governar a si mesmos, ou seja, não conseguiram se incluir

sozinhos, para poder ter direito de participar do Programa. Com isso, apesar de incluir economicamente, o programa cria um canal de exclusão social desses sujeitos que passam a ser considerados como incapazes e fracassados socialmente. Portanto, muitas vezes o Estado opera através de mecanismos que criam meios de inclusão que acabam por excluir, criando, assim, a necessidade de outras estratégias de inclusão. A essa ideia de inclusão pela exclusão Agamben (2002) dará o nome de Paradoxo da Soberania.

De acordo com as discussões sobreas Epistemologias do Sul pensadas por Santos (2014), podemos entender a sociedade dividida por uma linha que ele chama de abissal, que é constituída pela economia, epistemologias e direitos. Para os sujeitos que vivem ao Norte desta linha, temos uma estratégia de governo biopolítica, ou seja, um governo que objetiva fazer viver essa população, para isso, é garantido o acesso ao exercício da cidadania e aos direitos humanos, de modo que as estratégias de governo atuam por meio da emancipação e regulação das vidas. Já o lado Sul dessa linha é o lugar da não existência, onde os sujeitos são apartados de qualquer acesso aos direitos e suas vidas não são investidas, ou seja, são deixados para morrer. Assim, as tecnologias de governo que permeiam estas populações são de apropriação e violência. O modo como as vidas que existem no lado Sul da linha se regulam não são considerados válidos e, por isso, as estratégias de governo pensadas do lado Norte buscam capturar esses sujeitos a fim de regular suas práticas.

A população em situação de rua ilustra exatamente o que é estar do lado Sul da linha abissal, suas vidas são consideradas infames, ameaçadoras e, portanto, estão expostas a morte violenta, que não é percebida como um sacrifício e tão pouco um assassinato. Dessa forma, suas vidas adquirem alguma visibilidade apenas quando tocam a linha abissal, ou seja, o poder.

> O que conta nessas vidas, já que nunca tem desempenhado o papel subjetivo em primeiro plano, escapando, para expressar de algum modo, às redes da história e perdendo no anonimato da existência, é que nunca nos falam em primeira pessoa, nunca pronunciam o pronome “eu” nem referir a um “tu”. Não são mais que factos ou eventos em terceira pessoa, que têm chegado até nós só por circunstancias inesperadas, por uma irregularidade da natureza ou o capricho de um soberano (Esposito, 2007, p. 172).

2.2 Anormalidade e seus alargamentos

Neste ponto, temos várias estratégias de captura desses sujeitos, de modo que suas vidas são reguladas, mesmo que por um breve momento, pelas tecnologias de poder do lado Norte da linha. O caso de Peralta, morador em situação de rua é sinalizador desse arranjo social. Apesar de o indivíduo em questão viver em uma praça no centro da cidade e de a polícia estar sempre fazendo rondas por ali, ele nunca foi abordado pelos agentes do governo no sentido de ter acesso a seus direitos. Mas, quando cometeu uma infração, ele ganhou visibilidade e estes agentes passaram a enxergar sua existência indo até a praça e detendo o Peralta. Assim, Peralta foi incluído numa instituição pensada e construída pelo lado Norte da linha para regular as vidas da população do lado Sul, através do contato com a linha abissal, do contato com o direito, com a lei. Também se torna importante refletir sobre o papel da polícia como representante da lei, que protege o patrimônio e não a vida do sujeito, de modo que "chamar a polícia" passou a ser uma ameaça feita a esses sujeitos quando se aproximam do comércio e de casas. A partir disso, podemos pensar a lei como algo que purifica e marca, assim, como a passagem por determinadas políticas públicas.

De acordo com o texto da Constituição Federal (Brasil, 1988), Título I - Dos Princípios Fundamentais, artigo 3º, são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, entre outros, "III- erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais" (Brasil, 1988, p. 3). Assim, poderíamos afirmar que o Estado, no que tange ao morador em situação de rua, tem falhado no cumprimento de suas obrigações, deixando esses indivíduos vulneráveis às drogas, doenças, violência, abusos, adversidades climáticas, etc. Mas, conforme caminhamos com esses sujeitos na pesquisa e ao encontro das discussões teóricas já apontadas, não se trata propriamente de falha, mas de estratégias de governamentalidade que marcam, então, o que pode ser compreendido por linha abissal: uma divisão do mundo em que algumas vidas têm mais valor do que outras, portanto, um jogo político, econômico e epistemológico de visibilidades e invisibilidades. Ou seja, "falhar" faz parte da própria política de governo do Sul pelo Norte. Atrelado a essa "falha" outro ponto a ser considerado é a falta de possibilidades de acesso desses sujeitos às políticas já existentes, uma vez que os sujeitos em situação de rua não podem arcar com as condicionalidades das políticas, como fornecimento de endereço fixo e, em alguns casos, até documentação.

Todos esses fatores conduzem a um contexto de marginalização desses sujeitos que ontologicamente são constituídos não só pelo fracasso, mas também pela sujeira, violência e as drogas. Sendo assim, essa população só é "percebida" pelo Estado e pela sociedade através do contanto com o poder que se dá pelo âmbito jurídico, por meio de envolvimento com infrações e drogas, ou pelo Sistema Único de Saúde - SUS, nos casos de adoecimento. Exceto por esses dois vieses, os moradores de rua não dialogam com o Estado, ainda que o façam minimamente com a sociedade, através do assistencialismo de alguns grupos, normalmente religiosos. Essa falta de interação acaba por tornar invisíveis esses indivíduos, criando ainda mais obstáculos para a inclusão social dos mesmos, uma vez que não é possível incluir na sociedade o que "não existe".

Lembrando que esta pesquisa se construiu fundamentada nas questões que os moradores da praça trouxeram ao longo dos encontros, torna-se importante refletir sobre o fato de que eles trouxeram pouquíssimas questões relacionadas à Assistência Social. Há aí uma invisibilidade da Assistência, motivo pelo qual esta pesquisa tomou forma sob o viés da saúde e da segurança, referindo-se mais ao assistencialismo e muito pouco aos serviços de Assistência Social.

Em realidade, as questões que apareceram sobre os serviços de Assistência Social surgiram de perguntas feitas por mim afim de compreender melhor a relação com os lugares aos quais se referiam. Apenas para responder às minhas perguntas é que eles referiam se o lugar em questão era um abrigo da igreja ou o Centro de Triagem e Encaminhamento do Migrante - CETREMI[3], por exemplo. Desse modo, a impressão que tive foi a de que, para eles, não fazia diferença entre o direito acessado via Assistência Social ou a benesse recebida via ações assistencialistas, desde que tivessem atendidas suas necessidades. Em outro ponto deste trabalho, fizemos esta discussão e chegamos à conclusão de que o assistencialismo é mais eficaz já que os atende de forma mais eficiente e menos burocrática.

Se, para conseguir se alimentar pelo viés da Assistência, é preciso ir ao Centro Especializado para População em Situação de Rua - Centro Pop, cadastrar-se e ficar abstinente, conversar com profissionais, por outro lado os restaurantes fornecem rapidamente um prato de comida quentinha sem exigir nada, ali do lado da praça. Se, a fim de ter acesso a produtos de

[3] O CETREMI tem o objetivo de acolher temporariamente os indivíduos em situação de rua, a fim de que os mesmos sejam inseridos no núcleo familiar ou, no caso do migrante, encaminhado à cidade de origem. No caso dos indivíduos que são dependentes químicos, há uma parceria entre a Secretaria de Assistência Social - SAS e a Secretaria Municipal de Saúde Pública – SESAU, para que recebam tratamento clínico para dependência, realizados no Centro de Atenção Psicossocial - CAPS.

higiene são necessários os mesmos trâmites, pedir no estacionamento do mercado, ao contrário, é mais rápido e bem mais perto. Para conseguir trabalho também: “no Centro Pop é tudo enrolado, tem que ter um monte de documento, aí vai na entrevista. Os irmãos da igreja não, se você falar que quer larga a rua e ter um trabalho, levam você *pra* se tratar e rapidinho já te arrumam alguma coisa. Aí é só o cara ter força *pra* manter *neh*? ” [*sic*].

Mesmo a Assistência pautada pela Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (Brasil, 2008) que prevê a heterogeneidade da população de rua e suas especificidades não consegue abranger todas as possibilidade de existência que podem ser encontradas nas ruas, de modo que as exigências que configuram as instituições de acolhimento e acesso aos serviços não contemplam aqueles que querem apenas se alimentar ou um lugar seguro e seco parar dormir, sem a intencionalidade de deixar as ruas e/ou as drogas.

Apesar de os serviços de Assistência possibilitarem alguma visibilidade desses sujeitos, uma vez que entregam documentos, contabiliza-os em levantamentos estatísticos, ao mesmo tempo em que reforça sua exclusão social ao não conseguir garantir acesso a alguns direitos sem o cumprimento de condicionalidades. Tais serviços de Assistência não conseguem, por exemplo, garantir que o sujeito durma em segurança sem que, em contrapartida, ele deixe de usar álcool/ drogas e cigarro.

Cria-se um jogo onde se busca incluir o sujeito, criando, porém, outras vias de exclusão. Já que o fato de não deixar os vícios impossibilita o acesso ao abrigo, então, passa a existir uma racionalidade que diz que os sujeitos que realmente querem ter uma vida mais digna estão abrigados enquanto que os outros preferem viver nas ruas. Essa racionalidade não considera que, de fato, podem preferir viver nas ruas, mas que ainda assim gostariam de poder fazê-lo com mais dignidade.

Os jogos de inclusão/exclusão se apoiam em certos critérios de normalidade/anormalidade. Os critérios que definem a normalidade e a anormalidade constituem esse ordenamento político são uma estratégia de gestão da vida. Assim, cada uma das vidas que se encontram excluídas, será gerida de um modo diferente de acordo com a sua potência. Aqueles que são vistos como possíveis de governar são investidos para a vida e os que não são percebidos dessa maneira são deixados para morrer.

Esse movimento do fazer viver e deixar morrer pertence à estratégia de governo biopolítica. Mas, ao pensar a população de rua, esta estratégia se torna insuficiente, visto que

muitas vezes esses sujeitos não são apenas desinvestidos pelo Estado, resultando em sua morte. Em alguns casos o Estado atua de modo a fazer morrer esse sujeito, ou seja, faz um investimento de morte. Essa estratégia de governo de morte Foucault (2005) chama Racismo de Estado. A razão de Estado se articula de modo a definir quem vive e, também, quem morre. Uma vez que, ao tomar a decisão de não investir em determinadas populações o Estado está automaticamente deixando-as por sua própria conta, de modo que estão deixadas para morrer. A racionalidade de racismo de Estado justifica a morte de alguns através de discursos meritocráticos que relacionam a vida a um merecimento, assim, esses sujeitos que morrem porque não são "capazes" de investir em si mesmos passam a servir de exemplo para que outros indivíduos se adequem as normas que regem o merecimento a investimentos na vida, como saúde, segurança e alimentação. Ou seja, a Razão de Estado funciona como um mecanismo de controle social que estabelece condicionalidades, de modo que os sujeitos precisam governar a si mesmos dentro de uma linha de normalidade para terem suas vidas investidas pelo Estado. Os indivíduos que fogem dessa linha de normalidade, que não se adequam às condicionalidades, são desinvestidos e deixados para morrer, sobrevivendo, muitas vezes, através de práticas de assistencialismo.

A fim de compreender de que modo se dão esses processos de investimento e desinvestimento que culminam na inclusão e exclusão dos sujeitos, no que diz respeito ao direito a vida, garantido pelo acesso às estratégias de Estado que fazem viver, voltei-me para as populações que estão em situação de vulnerabilidade. Mais especificamente para a população em situação de rua que, de um modo geral, não é entendida como uma população de direitos, e, portanto, tem maior dificuldade de acesso a eles.

Ao me aproximar dessa população, a partir dessas linhas iniciais, a questão de pesquisa acaba por se dilatar em relação aos breves contatos de certas ontologias com o poder, de maneira a alargar um pouco mais a própria pergunta de pesquisa que seguia uma trajetória voltada aos mecanismos de inclusão/exclusão e ao acesso às políticas no território por meio da pergunta sobre os modos como certas ontologias do presente tornam-se possíveis nos breves contatos com o poder.

Considerando que a figura do morador de rua estar evidente, exposta nas praças, nas ruas, nos semáforos, nos espaços da cidade, busquei como pesquisadora me desfazer do olhar evidente, para observar com estranhamento essa população, a fim de problematizar suas práticas de existência no que diz respeito aos breves contatos com o poder. Diariamente vemos na mídia, e

na fala do senso comum, a população de rua ser relacionada ao uso de drogas, ao crime, a vagabundagem e a periculosidade. Esses enunciados acerca desses sujeitos partem da noção de meritocracia a fim de mostrar que estes indivíduos não são capazes de conviver socialmente, uma vez que, supostamente, não conseguem se autogerir o suficiente para alcançar direitos por "mérito próprio" e ficam esperando a assistência do Estado.

A lógica da meritocracia é fruto de uma racionalidade que diz respeito ao empreendedorismo de si, que entende que o sujeito é o único responsável pelo próprio sucesso. Segundo Barbosa (1999) os princípios da meritocracia envolvem a autonomia, o empreendedorismo, o esforço, a competitividade e o trabalho como valor principal da existência humana. Dessa forma, o discurso meritocrático passa aos indivíduos a noção de que somente eles são responsáveis por suas vidas, ou seja, que somente deles depende o sucesso ou o fracasso pessoal, sem levar em conta quaisquer outras variáveis, como o acesso à alimentação, à educação e à saúde.

Tanto aqueles que sempre tiveram acesso aos direitos mínimos como os que não tiveram, concorrem, segundo a meritocracia, de forma igualitária onde todos têm a chance de alcançar o sucesso dependendo apenas de seu próprio esforço. Esse pensamento leva a sociedade a considerar que o fracasso dos indivíduos se dá única e exclusivamente por sua incapacidade, sendo que ele não é tão bom quanto os que conseguiram e, portanto, não merece as mesmas recompensas, entende-se aqui direitos. E é dessa população em detrimento da outra, por meio da ideia que determinados grupos merecem o investimento enquanto forma, que o discurso da meritocracia torna possível para o Estado justificar seu investimento em algumas vidas e outras não.

Assim, de acordo com essa lógica, quanto mais o indivíduo investir em si mesmo mais sucesso irá obter. Esse investimento está ligado à ideia de um governo de si, permeado pela disciplina e pela ética. Não é levado em consideração nessa lógica o ponto do qual cada indivíduo parte, ou seja, o investimento do Estado em cada indivíduo não é levado em consideração de modo que a pobreza passa a ser entendida unicamente como resultado da falta de empreendedorismo do indivíduo em si e não como problema social.

Os enunciados acerca da população em situação de rua, fundamentados pela noção de meritocracia, acabam por estigmatizar esses sujeitos em situação de rua de diferentes formas, buscando enquadrá-los nas caixinhas pré-concebidas de doente mental, drogado, criminoso,

vagabundo, etc., sendo que, algumas vezes, esses sujeitos são colocados em mais de uma caixinha. Com uma rápida pesquisa no *google* aparecem diversas reportagens que enfatizam o morador de rua como uma figura que mata, estupra, usa drogas e álcool.

Dentro do campo foucaultiano, o conceito de problematizar é extremamente importante, pois está relacionado à busca de como e porque surgem certas práticas e conhecimentos em uma sociedade, num momento específico de sua história. Assim, a questão que norteia o pensamento da pesquisa em Foucault (1986) é Como nos tornamos aquilo que somos? Para responder a essa pergunta Foucault (1986), problematiza práticas e discursos naturalizados pela sociedade, a fim de refletir sobre seus desdobramentos sociais. Portanto, não se pretende encontrar ao longo e ao fim deste trabalho alguma verdade absoluta, mas sim, objetiva-se fazer pensar sobre os discursos sobre a população em situação de rua de modo a desnaturalizá-los, causando um estranhamento que permita considerar seus modos de subjetivação. O que se pretende, afinal, é compreender: os modos como certas ontologias do presente tornam-se possíveis nos breves contatos com o poder?

A primeira coisa que pude problematizar foi o fato de que as condições de possibilidades desses sujeitos são forjadas de acordo com a/as caixinhas em que são colocados, assim como ocorre conosco, mas, em nosso caso há sempre a possibilidade de trocar de caixinha, enquanto que para o caso deles todas as práticas que lhes são dirigidas não fazem mais que reforçar seu espaço na caixinha, impossibilitando ou pelo menos tornando dificílima qualquer mudança. Deste modo, a busca por um emprego, por exemplo, esbarra em questões como a falta de comprovante de residência, telefone e antecedentes criminais. Recentemente foi notícia em diversas mídias uma vaga de emprego para morador de rua em São Paulo que exigia a dentição frontal completa e dentes em bom estado. A vaga havia sido oferecida por uma ONG ligada à prefeitura e justificou que está era uma exigência da empresa privada que oferecia a vaga. A prefeitura de São Paulo ainda se pronunciou afirmando que “o problema de dentição é recorrente na população em situação de rua, muitas vezes por conta do uso abusivo de drogas” (Mello, 2014, não paginado).

É visível que, além de não reconhecer a falta de acesso da população de rua a um direito básico como a saúde, a prefeitura ainda estigmatizou os próprios sujeitos, culpabilizando-os pela falta de saúde bucal, sem considerar que mesmo com o uso de drogas, os sujeitos poderiam ter uma melhor condição dentária caso houvesse uma política de redução de danos, por exemplo.

Através desses enunciados, torna-se possível perceber que desde os serviços de saúde, até o cidadão que circula pela rua, todos vão agir com esse sujeito de acordo com os modos de

objetivação, fazendo com que ele se performa e a partir dessas ações, tornando-se o que o objetiva a partir dessas práticas. Surge daí a vontade de desmontar essas caixinhas, a necessidade de ouvir desses próprios sujeitos quem são, o que querem e o que necessitam, para desnaturalizar os discursos e práticas voltados para essa população. Este trabalho parte deste desejo de problematizar a existência desses sujeitos, as relações de poder e saber que se estabelecem para com eles e entre eles.

Considerando que o poder não apenas vigia e pune, mas também faz agir e falar, entendemos que as relações de poder que perpassam esses sujeitos em situação de rua produzem ontologias da realidade, ou seja, o poder recai sobre esses sujeitos alterando a maneira como percebem a si mesmos, a sociedade e suas possibilidades de existência. Pareceu-me certo, então, buscar aqueles que se encontram nas ruas e que ainda não foram capturados pelas instituições de sequestro.

Foucault (1999) entende como instituições de sequestro os espaços que são destinados ao isolamento e a segregação social, presídios e hospitais psiquiátricos, são exemplos clássicos. Mas podemos pensar, também, nas escolas, nos abrigos, asilos e etc., na medida em que capturam vidas com o objetivo de normatizá-las para melhor governar.

Frayze-Pereira (1984), traz ainda que na idade média a miséria era santificada, de modo que o pobre era o meio pelo qual Deus permitia que os ricos pudessem salvar suas almas. Assim, é uma obrigação dos homens de fé acabar com a miséria que é entendida como um obstáculo à ordem. E que, por isso, passa a ser também uma questão do Estado que passa a se ocupar da assistência aos mais pobres, recolhendo impostos para este fim. A sociedade define também que há o bom e o mau pobre, ou seja, aquele que se submete ou não às tentativas de controle da sua conduta. O bom pobre é aquele que aceita ser institucionalizado, aceita a Deus e a ordem social, já o mau pobre é aquele que resiste a ordem, foge das instituições e insiste em estabelecer linhas de fuga em relação as normas propostas.

A população que se encontra na rua é parte desse mal pobre que claramente foge a essas tentativas de captura e criam outras possibilidades de existência se distanciando das estratégias de controle de suas vidas e corpos. Residir na rua é uma prática de liberdade que lhes permite traçar linhas de fuga que vão de fato, em vários sentidos sem restrições do poder. As relações que se estabelecem com os espaços e outros sujeitos na mesma situação acabam por fazer surgir novos

códigos de conduta e enunciados de verdade que forçam a governamentalidade a se adaptar constantemente, de modo a buscar meios de incluir os sujeitos que estão nas ruas.

Assim, surgem diversas estratégias que buscam capturar a figura do morador de rua, através tanto do dispositivo de saúde quanto do de segurança, ou seja, tem-se hospitais e presídios, abrigos e medicações que tem por objetivo controlar, de algum modo, os corpos destes sujeitos, delimitando como e por onde circulam. O morador em situação de rua se torna, então, uma infração ambulante, na medida em que resiste a toda e qualquer forma de normatização da sua conduta.

Os discursos que constituem esses sujeitos e que se apresentam por meio das falas e das práticas de existência muitas vezes está atrelado a uma noção de anormalidade, marginalidade e a criminalidade. Como ilustra o título de uma matéria vinculada no Jornal Eletrônico *Campo Grande News*, no ano de 2014: "Aumento do número de moradores de rua reflete criminalidade na capital" (Lopes, 2014, não paginado). A matéria de Mariana Lopes traz, logo após o título, a foto de um indivíduo em situação de rua deitado em uma calçada. O que chama a atenção na imagem é que a foto foi tirada da cabeça do indivíduo meio de lado de modo a mostrar sua cabeça e seu corpo mais não seu rosto e antes de sua cabeça encontram-se posicionadas duas garrafas de pinga.

A legenda da foto tirada por Marcos Ermínio diz ainda que: "Maioria dos moradores de rua pratica furtos para sustentar os vícios". A matéria traz ainda como dado de veridicção a suposta fala do delegado titular da 1ª Delegacia de Polícia da Capital, Wellington de Oliveira, "aponta outros reflexos do aumento do número de moradores de rua, como a mendicância, tráfico de drogas, perturbação da tranquilidade e até atos obscenos praticados por esses indivíduos". (Lopes, 2014, não paginado).

Esse entrelaçamento entre criminalidade e anormalidade não é recente na verdade, visto que os passageiros que formavam a Nau dos Loucos eram "os avaros, os delatores, os bêbados. São os que se entregam à desordem e à devassidão; os que interpretam mal as Escrituras, os que praticam adultério" (Brant, 1492 citado por Frayze-Pereira, 1984, p. 58). Entendemos então que a figura do anormal é permeada pela noção de moral, ou mais especificamente da falta dela.

Além da anormalidade, esses contatos com o poder também amarram a população de rua à tutela. A tutela é um modo do poder se exercer, apoia-se na anormalidade como menoração do outro. Desse modo, a anormalidade tutelada também se constitui por um regime moral baseado

na doação, na salvação. Isso aparece como pistas de pesquisa quando uma das estratégias encontradas para pensar com a população de rua foi a de percorrer outros espaços tais como a mídia, para acompanhar os processos de objetivação desta população. Assim, pude acompanhar através de notícias vinculadas pela mídia no final do ano de 2016, o desenrolar de uma denúncia de corrupção ligada a instituições que contratavam funcionários terceirizados para prefeitura, a justiça determinou o afastamento imediato desses trabalhadores de todos os setores em que atuavam. Por conta disso, em um sábado chuvoso o Centro de Triagem e Encaminhamento do Migrante - CETREMI, de Campo Grande, MS, fechou as portas colocando na rua 90 pessoas que ali viviam, eram imigrantes, usuários de drogas em tratamento e moradores em situação de rua que estavam abrigados. Os funcionários da instituição fizeram para eles uma janta reforçada e às 17 horas todos tiveram que sair do prédio onde funciona o CETREMI, pois, sem funcionários para cuidar do local, eles não poderiam ficar ali.

Foi noticiado que algumas dessas pessoas conseguiram ir para a casa de parentes, mas, a grande maioria abrigou-se embaixo de um viaduto próximo ao local. Ali receberam diversas doações inclusive de bebida alcoólica, o que segundo a diretora de proteção social e especial da SAS “retrocedeu todo o processo que a gente vinha fazendo aqui” (Oliveira, & Campos Jr., 2016, não paginado) referindo-se ao processo de tratamento dos sujeitos dependentes de álcool e drogas que são acompanhados no CETREMI. Chamou minha atenção, neste caso, a campanha que um determinado vereador de Campo Grande, fez para constar que havia doado marmitas, água e cobertores para esses sujeitos. Utilizando sua boa ação como voluntário para fins de autopromoção. Esse acontecimento ilumina como os direitos da população de rua ainda são muitos frágeis, sendo que ao menor problema, eles perdem esses direitos que passam a ser reconhecidos como favores do Estado e da sociedade, sendo por tanto retirados quando convém. Segundo uma reportagem vinculada pelo portal do Campo Grande News (Oliveira, & Campos Jr., 2016, não paginado) apenas 20 dos noventa assistidos pelo CETREMI, retornaram para a instituição na reabertura do local. Na reportagem, a diretora do local pede que a população pare de fazer doações para que eles possam retornar para a instituição.

A população de rua na praça onde foi realizada a pesquisa é bastante flutuante, assim, ao longo do trabalho, apenas dois indivíduos eram regulares na praça, sempre estavam lá os dias combinados e foi através do vínculo com eles que se chegou aos outros sujeitos. Outro ponto importante que surge no encontro com esses sujeitos diz respeito ao voluntariado. Fiz meus

primeiros acessos a essa população através de uma voluntária que alegou ter iniciado seu trabalho com esses sujeitos por questões ligadas à religião. Ela me relatou que no início sua intenção era retirá-los da rua, mas após algumas tentativas frustradas ela pôde perceber que, na realidade, essa necessidade era dela, não deles. Essa experiência é importante, pois o que posso observar sempre que me encontro com os voluntários, ou na fala dos sujeitos em situação de rua sobre eles, é que as suas ações passam por uma ideia de apropriação da vida do outro, de apropriação, pois ao acreditarem que essas pessoas precisam aceitar a Deus, sair da rua, trabalhar de uma determinada forma, entre outras coisas, esses sujeitos acabam por desqualificar e depreciar os desejos, as escolhas e os conhecimentos desses moradores. Alguns chegam a condicionar a ajuda a essas condições: "posso te arrumar comida se você aceitar ir para reabilitação", "posso te arrumar um emprego se aceitar Jesus", entre outras coisas. Desta forma, a relação dos voluntários com esses sujeitos se torna uma relação de apropriação, onde a meta é capturar a vida do outro, transformando-a naquilo que consideram como uma experiência correta.

Em função disso, dessa ontologia da anormalidade/criminalidade/tutela, mesmo que muitos dos sujeitos em situação de rua tenham algo para dizer, são poucos os que se dispõe a parar para ouvir, ali mesmo na rua, o que eles quiserem dizer, e talvez por isso mesmo esses indivíduos atribuem tanta importância ao ato de dizer algo, pois é o outro que tem algo a dizer sobre eles. Considerando que é por meio desse dizer sobre si mesmos, que esses sujeitos tema possibilidade de mostrar como se relacionam com as verdades que são colocadas para eles, ou seja, por meio do falar de si que mostram como governam a si mesmos.

Na terceira fase de seu trabalho Foucault (2008a) usa conceito de governamentalidade de um outro modo, ele entende que o conceito não está apenas ligado ao biopoder, mas, também, à noção de um governo de si para melhor governar o outro. Desse modo, os sujeitos governam a si mesmos, regulando suas próprias condutas de modo a se tornarem sujeitos mais livres. Ou seja, é na relação consigo mesmo que se constitui uma relação com o código moral, não de forma transcendental, como algo que recai sobre o sujeito, mas como um certo modo de conexão do sujeito com o código, por meio de um conjunto de práticas, de um trabalho sobre si mesmo que possibilita que os homens regulem a si mesmos, tornando-se livres. Desse modo, o autor indica a problemática da relação entre subjetividade e verdade, ou seja, não como nos dobramos à verdade, mas como nos relacionamos com a verdade a partir de práticas de negociação que produzem focos de experiência, portanto, ontologias.

3. A invisibilidade como estratégia de existência e a impossibilidade de incluir o que “não existe”

“O lugar das maiores mentiras e conquistas... O comper! ” [*sic*]

Foto: Pablo kalios

... Sou o homem esquentando
as mãos debaixo da ponte,
sou a mulher deitada
no chão, sou a criança
chorando pelo brinquedo,
sou essas coisas que lamentas e despreszas.

E a tua cegueira é uma
Prática diária de suicídio,
De homícido, da desolação ..."

Chiara

Entender a pesquisa a partir da ideia de foco de experiência, a partir da anormalidade que constitui a população de rua, significa enxergar o sujeito como alguém que se inventa e reinventa a partir das próprias vivências, que define como conduzir sua própria conduta a partir das relações de poder/ saber que o interpelam na sociedade e no tempo em que vive. Trata-se de uma ontologia que se constitui por meio de uma série de estratégias de governo, de produção de verdade e de rituais que levam a práticas de governo de si e do outro.

Portanto, não faz sentido que a alguém que não pertence aquele ambiente, aquela realidade, enuncie verdades sobre essa população. Deste modo, no percurso da pesquisa o falar sobre si mesmo tornou-se fundamental, não em termos de estratégias de confissão, mas de focos de experiência, de um acesso aos modos como se constituem as relações desses sujeitos com a verdade, que permitem que eles próprios conduzam os caminhos da pesquisa e do problema de pesquisa. Por isso minha preocupação imediatamente tomou como foco torná-los coautores dessa pesquisa, de forma a não escrever sobre, mas comestes sujeitos, evitando assim se apropriar de suas experiências ao nivelar os saberes deles, dos autores estudados e os meus. De modo que essa pesquisa não seja sobre eles, mas sobre as relações de poder/ saber que se constituem no cotidiano.

Segundo Scisleski e Hüning (2016), a razão tem sido associada a luminosidade desde Platão, deste modo cria-se a noção de que algo está escondido no escuro e o conhecimento, a

razão é a luz que irá iluminar este algo, revelando a verdade. Deste modo, tem se ideia como as estratégias de veridicção da verdade como pequenos fechos de luz que vão legitimando os atos e discursos de verdade, permitindo que elas saiam da escuridão do lado Sul da linha abissal e ganhem visibilidade, ou seja, possam ser vistos no lado Norte. A partir disso, incorporados as estratégias de governo que vigem do lado Norte da linha, recaem então novamente sobre o lado Sul com outra roupagem e, o objetivo de regular as vidas que ali resistem.

Tornar os sujeitos participantes dessa pesquisa coautores é pesquisar no escuro, cruzar para o lado Sul da linha abissal para adentrar seus espaços, ouvir suas experiências é um modo de fazer contato com o escuro, de penetrar nele, de deixar toda a luz que me é emprestada pelos autores europeus, para sentir a escuridão dos conhecimentos que não são legitimados e, portanto, permanecem na escuridão.

Assim, como o lado Sul da linha abissal pensada por Santos (2014), é o que torna possível a existência do lado Norte como o conhecemos, somente podemos entender o que é luz porque existe a escuridão. Assim, de certo modo podemos afirmar que a luz só existe porque há a escuridão; 2. As trevas cobriam o abismo e o Espírito de Deus pairava sobre as águas. 3.Deus disse: "Faça-se a luz!" E a luz foi feita; 4.Deus viu que a luz era boa, e separou a luz das trevas. (Gênesis,1, [20--], não paginado). Pois, as duas possibilidades existem apenas dentro de uma mesma lógica.

Considerando que o mundo ocidental se subjetiva a partir da religião e que a própria noção de sujeito surge da confissão, que é uma tecnologia religiosa, não podemos descartar a importância da ideia de que a luz surge para iluminar as trevas. Como o bem e o mal, como o sujeito “de bem” que tem seu corpo dócil, governável e que conduz a sua conduta de acordo com a moral, e o sujeito “mal” que resiste as tentativas de governo de sua vida, que elabora linhas de fuga, produzindo experiências, possibilidades de existência que não estão previstas e não são compreendidas. Em outras palavras, este sujeito “mal”, que reside no “escuro” é uma potência de vida. Para Agamben (citado por Scisleski, & Hüning, 2016, p. 12). “A grandeza – mas também a miséria – da potência humana está no fato de ela ser, também e sobretudo, potência de não passar ao ato, potência para as trevas”.

Foucault (2014) busca nas obras de Nietzsche uma opção de lógica de pesquisa que coloca em questão não a verdade, o resultado final, mas sim os caminhos, as relações, a violência que produz o saber. “Nessa lógica, o conhecimento é produzido pela história dos acontecimentos

e não por um sistema entre sujeito X objeto" (Scisleski, &Hüning,2016, p. XX). Assim, objetiva-se afastar a claridade daquilo que se problematiza, evitando as conclusões claras, que saltam aos olhos e parecem óbvias. Surge espaço, então, para desnaturalizar o óbvio, para entender os caminhos, as lógicas que fundamentam certos campos, práticas e racionalidades. É a partir do evitamento da luz que se torna possível refletir sobre como as coisas se tornam aquilo que são.

Esses conhecimentos relacionados às luzes que compõem uma epistemologia da luminosidade, atravessam-nos no nosso cotidiano nos subjetivando e transformando o modo como pensamos e nossas práticas em relação ao meio em que vivemos. Isso se reflete na forma como percebemos e agimos com as populações que compõem as sombras das cidades, aquelas que vivem no escuro. Deste modo, essa racionalidade que se liga às luzes produz novos sentidos para as relações que estabelecemos e os espaços por onde circulamos, "que produzem, entre outras coisas, realidades de violência e segregação. Constitui-nos como seres com uma capacidade seletiva de ver e não ver" (Scisleski, &Hüning,2016, p.14).

Para Foucault (2014) a verdade nunca está pronta, uma vez que é um ato, ou seja, um exercício da verdade. Assim, podemos entender o ato/exercício de verdade como um conjunto de práticas que tornam possível que algo se torne verdadeiro. Por meio da elaboração deste trabalho, isso se tornou possível através da elaboração de rituais que deslocaram diferentes saberes de modo que estes passaram a se associar, avizinhar-se e se atravessar, criando dobras que deram origem a novos saberes, novas verdades.

Assim, a visão da mestranda que vos fala em relação à população de rua se transformou, do mesmo modo como a sua percepção acerca das relações de poder e saber que são exercidas na nossa sociedade e que produzem esses sujeitos. Por outro lado, segundo meus colaboradores, suas percepções também mudaram, eles passaram a perceber o consultório de rua, a assistência, seus direitos por outra perspectiva. Passaram a identificar os modos como são governados, a negociar de outros modos com as estratégias de poder e mudaram o modo de condução de sua conduta.

3.1 O morador de rua e a cidade

O espaço da cidade é organizado de modo a facilitar o governo dos corpos que por ela circulam, assim podemos considerar que a disposição da cidade é um efeito das estratégias biopolíticas de governo da população. A forma como esta organização se articula, regula o modo

como a população de rua se relaciona com outras instâncias sociais, controlando as possibilidades de inteiração da população de rua com o resto da sociedade. Essa regulação se faz a partir de uma política do medo que acaba por engendrar a própria necessidade da regulação. A política do medo é uma operadora do dispositivo de segurança, por meio dela se relacionam determinados espaços ao escuro e a periculosidade. São espaços como os centros das cidades, especialmente fora do horário de funcionamento do comércio, por exemplo; ou as periferias pobres onde não haveria sentido em circular. Essa racionalidade cria subjetividades que relacionam os lugares que devem ser evitados aos sujeitos que vivem neles, estabelecendo uma prática de marginalidade e exclusão dessa população.

Dessa forma, de acordo com o lugar onde se encontram as coisas, há um tipo de investimento por parte do poder público, ou seja, do Estado. A luz se torna um ponto importante aqui, pois é ela que determina quais espaços serão de visibilidade ou de invisibilidade, relacionando a isso investimentos em segurança e transporte, por exemplo. Sendo que aquilo que está visível é visto e, portanto, existe, e o que não pode ser visto não existe, a não ser como sombras, sopros de vida, potências que permanecem no escuro como fantasmas e, sobre os quais a partir da luz só é possível supor coisas.

Ironicamente, o espaço delegado para esses indivíduos que vivem nas sombras, está nos centros, nos corações da cidade, onde se tem tanta circulação, tanta luz que cegam os olhos e impedem de ver as sombras ou de se perceber a extensão delas. As cidades crescem para as periferias e é para lá que vão os investimentos, de modo que os indivíduos em situação de rua ficam isolados em espaços de passagem, nos centros da cidade e, quando o comércio encerra as suas atividades, as pessoas se deslocam para outros lugares, passando pelo centro apenas quando não é possível evitar (Caldeira, 2011).

Muitas vezes até mesmo os prédios públicos que deveriam garantir o acesso a direitos ficam longe dos centros ou bairro mais pobres. Em Campo Grande, MS, por exemplo, os prédios públicos ficam em um bairro destinado especificamente para eles, longe do centro, próximo das áreas mais nobres, chamado Parque dos Poderes. O acesso a esse local é difícil, o que inviabiliza o acesso da população em situação de rua a direitos básicos como o voto, uma vez que é lá que se encontra a o Tribunal Regional Eleitoral - TRE, órgão responsável pela regulação do título, entre outras coisas. Isso nos permite considerar que a própria organização das cidades e das formas de deslocamento na cidade são estratégias de governo, portanto, políticas de regulação e de contato

com o poder. Esses contatos com o poder iluminam certos espaços e outros se tornam sombrios, produzindo-se, assim, ontologias do claro e ontologias do escuro pelo acesso que se tem aos espaços das cidades.

A praça onde ficam os moradores em situação de rua que participam da construção do problema desta pesquisa, fica em frente a um mercado, bem no centro da cidade. É um local de passagem, pois, funciona quase como que uma rotatória e não possui muitas árvores, ou qualquer outro ponto que faria alguém querer ficar por ali. Inicialmente isso não se apresentou como uma questão importante, mas ao longo dos encontros pude perceber a estreita relação desses sujeitos para com o local. No estacionamento eles pedem dinheiro, usam o banheiro do local, tomam água e enchem suas garrafas, fazem amizade com os funcionários e não é raro que deixem guardados com eles seus documentos e outras coisas que possam ser de valor.

Na organização de uma cidade, o supermercado é colocado em determinada região de acordo com o potencial poder de compra da população que se encontra no entorno. Como efeito desse acontecimento, que é a construção desses supermercados, o morador de rua, que não é o público alvo do local, movimenta-se ao encontro deste, causando assim um efeito indesejável, uma vez que mesmo residindo em locais públicos, como praças e calçadas, são percebidos como se estivessem se apropriando de algo que é particular, que pertence a população inclusa, aquela que está do lado Norte da linha abissal.

Esses movimentos, essa forma como são percebidos pela sociedade enquanto elementos estranhos, intrusos do espaço público mostra qual a posição desses sujeitos nessa sociedade. Estão claramente fora, a ponto de não terem direito de circular, assim precisam apagar os vestígios dos lugares em que vão anulando seus rastros, os registros de sua existência, como se não tivessem o direito de existir. E de fato “não existem”, pois aquilo que não deixa rastros, nenhum registro, não é incorporado na produção do conhecimento e, portanto, perde-se, morre, desaparece em meio a tantos outros acontecimentos. É irônico que enquanto eles buscam apagar os rastros dos locais por onde passam a fim de se proteger e de poder regressar, eu registro para fazer notar suas existências.

O morador de rua é um nômade, sem habitação fixa, vive permanentemente mudando de lugar em busca de uma melhor condição de vida que, geralmente, encontra perto de mercados e igrejas, onde consegue alimento e produtos de higiene, além de acesso a banheiro e água encanada. A população de rua, assim como o nômade, não reconhece fronteiras e, em sua busca

por melhores lugares para viver, muitas vezes ultrapassa os limites dos espaços que seriam destinados a eles. No lado Sul da linha abissal traçam cotidianamente linhas de fuga que zombam do Norte, das suas leis e moralidade, desrespeitando suas normas sociais, desafiando sua ideia de normalidade e os padrões estabelecidos. Criam suas próprias leis e códigos de conduta, que através das relações de poder e saber que se estabelecem, ganham forças de verdade e regulam suas ações. Eles são esquisitos e suas leis esquizas.

De acordo com Pelbart (2002) esquizo é aquilo que se faz ao mesmo tempo presente e ausente, está visível, mas, ao mesmo tempo, escapa a qualquer tentativa de captura, está dentro e ao mesmo tempo fora, está excluído e ao mesmo tempo incluído em todas as instituições de captura, da família, da saúde, da cidade, da cidadania, da economia, da cultura, da economia, etc.

> Ele ocupa um território, mas ao mesmo tempo o desmancha, dificilmente ele entra em confronto direto com aquilo que recusa, não aceita a dialética da oposição, que sabe submetida de antemão ao campo do adversário, por isso ele desliza, escorrega, recusa o jogo ou subverte-lhe o sentido, corrói o próprio campo e assim resiste às injunções dominantes (Pelbart, 2002, p.34).

A população de rua, assim como o nômade, é desterritorializada, ela escapa das estratégias de captura, das instituições de sequestro, joga com as verdades, cria seu próprio território subjetivo. Um território de subjetivação que pertence ao lado Sul da linha abissal, ao lado da apropriação, da violência, mas, também, ao lado da resistência e das linhas de fuga. Essas figuras que perambulam pelos espaços fogem do lado Norte e fazem fugir, de modo que causam estranhamento e desconforto, tornando-se esquisitos anormais.

A biopolítica, como estratégia de biopoder, elabora estruturas rizomáticas que pretendem comandar a vida, reduzindo sua potência a um mero lugar de passividade, tornando-os corpos dóceis e governáveis. As estratégias de governo das vidas podem ser pensadas como redes que, tal como um rizoma, encontram-se, atravessam-se e se dispersam, tomam forma de uma teia que pretende, através de diversas intervenções e discursos, capturar os sujeitos, prendendo-os de modo que não seja possível sair, para além disso, que não se queira sair.

Mas a vida é, em si mesma, uma potência, inesgotável fonte de formas de existência, de sentidos, cria infinitas possibilidades de fuga, de modo também rizomático, que extrapolam as

tentativas de captura. Propõe um jogo, dentro/fora, incluído/excluído, sempre indomável, ela é soberana.

O sujeito em situação de rua é essa figura que não se deixa prender pela teia e que, ao se movimentar para as margens em busca de meios para se desprender, acaba provocando novas conexões que aumentam a rede evitando sua saída. A realidade é que não há meios de se desligar complemente, pois, a teia molda o sujeito de tal modo que é sempre em relação a teia que ele se movimenta, não é possível existir se não conectado mesmo que minimamente a ela.

Essa teia é constituída por um conjunto vivo de estratégias que vão desde as políticas públicas até a economia e produzem subjetividades a partir da relação que estabelecem com os sujeitos. Criam também noções de valorização e desvalorização, que englobam lógicas como a da meritocracia e atravessam a população de rua diariamente.

Instituições de sequestro podem ser pensadas como instituições de inclusão, uma vez que capturam as vidas dos sujeitos para normalizá-las e tornar possível sua inclusão social. Deste modo, temos escolas, presídios, hospitais psiquiátricos e até mesmo medicamentos, todas essas tecnologias excluem de certo modo os sujeitos, afim de disciplinar seus corpos e devolvê-los para a sociedade mais dóceis, adaptados, normalizados e governáveis.

Torna-se possível, então, pensar a ideia de inclusão pela exclusão, uma vez que primeiro se separam esses corpos, de modo total ou parcial da sociedade, para só depois inclui-los. Em relação à população de rua isso se torna um problema, porque os sujeitos não permitem que suas vidas sejam sequestradas por esses dispositivos e normalizadas, mesmo quando não há opções a não ser aderir a alguma dessas estratégias, esses sujeitos o fazem negociando com a norma, traçando linhas de fuga que lhes permite manterem-se livre, fora do padrão de normalidade proposto. Assim, como não são excluídos por essas tecnologias também não podem ser incluídos, permanecem, então, às margens da sociedade, travando um jogo entre inclusão e exclusão, onde permanecem sempre um pouco em cada lugar.

Aquilo que não se consegue normalizar acaba representando um risco à norma. A partir dessa lógica surge a ideia da população em situação de rua como um risco/perigo social. Trata-se de uma forma de contato com o poder em que uma ontologia do risco/perigo nos espaços da cidade se faz justamente porque não obedecem a nenhuma norma, porque não se permitem ser capturados e excluídos para depois serem novamente incluídos. Esses sujeitos são um risco

porque apontam outras possibilidades de existência e resistência para com as estratégias de captura e governo das vidas.

Assim, fundamentando-se na lógica do risco, da periculosidade, a governamentalidade cria uma política pública destinada a esses sujeitos que pode ser compreendida como uma nova tecnologia de exclusão para a inclusão, uma vez que esta política objetiva essa população que se encontra nas ruas como um grupo excluído e, a partir dessa racionalidade pode traçar estratégias de inclusão destes sujeitos.

Podemos pensar a política como servindo a dois dispositivos, de saúde e de segurança, uma vez que as duas lógicas justificam a existência da política que pretende fazer viver esses sujeitos, garantindo seus direitos de acesso à saúde e, por outro lado, pretende retirar esses sujeitos das ruas, normalizando suas condutas a fim de proteger a sociedade (Foucault, 2008a).

Políticas como a da redução de danos (Brasil, 2005), por exemplo, mostram também como esses dois dispositivos podem facilmente entrar em conflito. Sendo que, a fim de servir a necessidade de saúde se criam possibilidade mais seguras para que os indivíduos continuem usando drogas. E isso vai ao encontro das necessidades de segurança que justifica que os sujeitos não podem usar drogas de nenhuma forma, porque isso colocaria em risco a segurança pública.

Por conta das estratégias de higienização que vem sendo aplicadas em São Paulo (Soares, 2017), podemos ver esses conflitos de governamentalidade ganhando forma. Se por um lado haviam as equipes de saúde, o consultório de rua, buscando conhecer a população em situação de rua, criando vínculo e investindo em uma política de redução de danos. Por outro, tivemos as ações truculentas da polícia que, sem se preocupar com o que está sendo feito no nível da saúde, e justificando a necessidade de segurança de determinados espaços da cidade, agiu de forma truculenta, expulsando toda uma população do território onde está circulava.

Essas ações se justificam porque as leis e todo o ordenamento jurídico que constitui a linha abissal acabam por criar possibilidades para que os próprios agentes do Estado, subjetivados por uma lógica de racismo de Estado relacionado a uma ideia higienista, utilizem a violência como meio de coerção e punição aos sujeitos do lado Sul. Também é fundamentado nessa lógica que esses agentes se permitem tornar-se a própria lei, passando a agir como soberanos capazes de decidir quem merece viver e quem deve morrer. Ou seja, aplicando a tanatopolítica que para Foucault (2005), é uma estratégia de fazer morrer.

Se pensarmos que a preocupação com a saúde, com o fazer viver, surge da necessidade de defender o Estado, impedindo que sua população seja extinta, consideramos que, apesar de os dois dispositivos, de saúde e segurança, confrontarem-se, o primeiro está, de certo modo, dentro do segundo. Em outras palavras, podemos entender que as políticas de saúde servem à necessidade de proteção do Estado, ou seja, ao dispositivo de segurança. Assim, fundamenta-se a necessidade de criar políticas em saúde que visam rastrear e conduzir a conduta da população, de modo a regular até mesmo a quantidade de pessoas que deve existir em determinado Estado, e também, como elas devem viver (Foucault, 2008a).

As populações em situação de vulnerabilidade, como os sujeitos em situação de rua, encontram-se nas margens sociedade, pois, ainda que não estejam completamente incluídos, também não estão completamente excluídos. Esses sujeitos permanecem em uma condição de invisibilidade que Santos (2014) entenderá como o lado Sul do pensamento abissal, o lado onde os sujeitos estão apartados de qualquer acesso ao direto, sujeitos a apropriação e a violência.

Assim, o dispositivo de segurança em relação à população de rua teria, então, dois eixos: um onde se atua pela barbárie, no sentido de eliminar esta população e outro que busca garantir a segurança, partindo de estratégias de normalização, da recuperação do sujeito, seja através de tecnologias de saúde como o consultório de rua ou clínicas de recuperação. Ou, através de estratégias de captura como presídios.

Nesse contexto, surge uma nova espécie de *reality show* onde todos os sujeitos passam a vigiar os espaços e denunciar aqueles que não deveriam estar ali, os passaportes são minuciosamente checados, as festas têm listas de quem pode entrar, e os bancos lista dos nomes de quem não pode obter mais crédito. Esse novo mecanismo social dita quem pode e de que forma pode circular entre os espaços, criando ambientes cada vez mais exclusivos, o *vip* do *vip*. Sofrem aqueles que estão nas periferias, perto dos depósitos de lixo, os que vivem desse lixo, aqueles que se recusam a se adequar à sociedade, os que não têm endereço ou trabalho.

O anormal incomoda, pois, traça linhas de fuga que fogem das estratégias de captura pensadas pela governamentalidade. Forçam a criar outros modos de regulação. E é por conta desse movimento que surgem espaços onde apenas as pessoas com maior potencial de compra poderão circular, como galerias e shoppings, nestes novos espaços, há uma supervigilância que impede a entrada de determinados sujeitos, principalmente desses que se encontram de certo modo desumanizados, relacionados à sujeira e à periculosidade, como a população de rua. Assim,

esses sujeitos podem circular apenas pelos espaços mais populares como os centros das cidades, onde seus cheiros e aparência são tidos como parte da paisagem.

Dentro da lógica dos condomínios fechados, podemos pensar o *shopping* que é um local elitizado, iluminado e pensado para ser uma experiência paralela de tempo e percepção. No *shopping* assim como nos condomínios, tudo é belo, pensado para reportar a experiência da beleza, sofisticação e conforto. Nessa busca constante por aquilo que é belo, as coisas tidas como feias vão perdendo espaço e sendo retiradas do campo de visão, mandadas para o lixo, para as periferias que é, de fato, onde ficam os lixões. Portanto, a população de rua não cabe nestes espaços, ela representa o oposto do que estes espaços devem ser.

Suas figuras já estão naturalizadas nos espaços das ruas, sua presença nas praças e embaixo de viadutos são percebidas com certa familiaridade, por isso eles se sentem à vontade em ocupar esses espaços. É quase como se houvesse um acordo social implícito de que estes espaços são destinados a eles e se pode, então, aceitar que circulem por eles, desde que não entrem nos espaços privados. Com exceção do mercado onde eles circulam, mas mesmo este tem determinadas características que tornam isso aceitável. É popular, no centro da cidade, em frente à praça, frequentado por trabalhadores do comércio, não pode ser considerado um lugar elitizado de como que a figura da população de rua não causa estranheza ali. Se esses mesmos indivíduos tentassem entrar em um mercado que fica fora do centro, já com o objetivo de dificultar certos acessos, pois é necessário carro para entrar, tais sujeitos não seriam tão bem recebidos, pois estariam infringindo o acordo social implícito.

Quando pretendem ir ao centro das cidades as pessoas se arrumam de um jeito diferente de quando pretendem ir ao shopping, por exemplo, elas se preparam subjetivadas pela noção de risco. Sabendo que haverá no centro a população entendida como perigosa, retiram suas joias, trocam as bolsas grandes por outras menores, guardam bem os celulares, não levam muito dinheiro, evitam usar roupas caras. No *shopping*, ao contrário, busca-se mostrar aquilo que se tem. E esse hábito por si só faz com que a população de rua destoe muito mais em um *shopping* do que nas calçadas nos centros.

Os sujeitos que se situam do lado Norte da linha abissal, em meio a tantos estímulos e tanta beleza, passam pela população de rua sem notá-la e prefere assim, já que olhar para um morador de rua nos torna participantes ativos da manutenção desse processo, isto é, na manutenção de tais relações de poder-saber que reafirmam o lugar que a população em situação

de rua ocupa. Produzimos a partir das nossas relações de poder/saber essas possibilidades de existência que se relacionam ao lixo, contribuímos para que esses sujeitos permaneçam na margem social, do lado Sul da linha abissal, no lado da não existência.

Somos diariamente permeados por diversos discursos relacionados à meritocracia e passamos a nos subjetivar por meio deles, em consequência, passamos a culpar o próprio indivíduo pela sua miséria, eximindo a sociedade e os modos de governamentalidade de qualquer responsabilidade pela miséria do outro. Vamos produzindo o discurso a tal ponto que acabamos por limitar possibilidades de negociação do indivíduo com a regra que determina a maneira como o mesmo deve viver. E assim, vamos construindo novas possibilidades de subjetivação que marginalizam os indivíduos pobres, a tal ponto que a única forma de negociação ainda possível é justamente assumir certas ontologias.

Atualmente podemos ver um grande número de notícias veiculadas pela internet, relatando um aumento na quantidade de moradores em situação de rua no Brasil, em consequência da onda de desemprego que assola o país. É importante ressaltar que, por conta da ausência de um endereço fixo, essas pessoas passam a ter ainda mais dificuldades de acesso a emprego, saúde, educação, assistência social e, portanto, de sair da condição de morador de rua. Ainda assim, permeada pelos discursos meritocráticos a sociedade continua a culpabilizar os moradores de rua por sua condição, e as políticas que organizam e investem na sociedade contribuem para essa forma de subjetivação que se torna possível pelos modos como a regulação organiza a circulação nos espaços da cidade. Ou seja, são ontologias que se produzem nesses encontros com os espaços das cidades: espaços das praças, do comércio. Desse modo, os acessos à cidade e na cidade, por meio dos efeitos da linha abissal, das estratégias do claro/escuro constituem focos de experiência da inclusão/exclusão, dos processos de marginalização dentro da própria cidade.

Outro ponto que conduz à marginalização está no fato de que uma vez na rua esses indivíduos são colocados entre parênteses, e a sociedade passa a se relacionar com eles apenas através da condição de moradores de rua, despindo-os de outras características, o que resulta em um processo de desumanização. Como consequência não são poucos os casos de abuso cometidos contra eles que podemos encontrar na internet, muitos deles inclusive cometidos, de acordo com relatos, pelos próprios representantes do Estado, como a polícia. Esses materiais que foram sendo encontrados no rastreio dessa pesquisa, mostram que os abusos ocorrem em

consequência dessa racionalidade que torna possível as práticas de violência contra esta população que é desumanizada diariamente. Dessa forma, podemos compreender que própria lógica da meritocracia é um desses elementos que compõe a linha abissal.

3.2 A cidade e seus dispositivos políticos

De início havia, nos coautores desta pesquisa, certa passividade, uma aceitação de que as coisas são como são. Conforme nossos encontros evoluíram eles passaram a falar mais sobre seus direitos, a questionar mais, a solicitar intervenções que iam para além do assistencialismo. Em determinado ponto, passei a ir visitá-los nas quintas-feiras, dia em que o consultório de rua também ia, para intermediar o contato entre a política e estes sujeitos, principalmente em relação ao Noel, que sempre se queixou muito do trabalho desses profissionais. Ficou claro que havia um imenso déficit na comunicação. De um lado o consultório de rua inserido em uma política que adotava práticas que em sua maioria fugiam do assistencialismo e por outro um indivíduo em situação de rua que não compreendia as intervenções.

Desde o primeiro dia ouvi muitas reclamações. A pergunta mais comum no início era: "Você é daquele povo do consultório de rua? " [*sic*]. A partir daí eles passavam a contar sobre esse "povo", as reclamações diziam respeito a "apreensão de exames", "eles não ajudam ninguém, minha aposentadoria até agora nada, eles só vêm aí ficam perguntando as coisas, mas não resolvem nada", "eles são bons porque eu pego uns remédios com eles, mais ficam tentado mandar em mim " [*sic*].

Todas as reclamações me fizeram perceber que de fato eles sentiam que o contato com o consultório de rua é uma relação de violência, onde eles são submetidos a um inquérito e a uma "punição", que é como eles entendem grande parte das recomendações, sem obter nenhum resultado em troca. Do ponto de vista desses sujeitos, o consultório de rua vem até eles para se apropriar de suas vidas, examinam, questionam, retém exames, fotocopiam documentos, querem saber sobre a vida deles, onde dormem, por onde circulam, porque estão ali, e no fim não sentem que exista uma contrapartida. Como se não tivessem sido ouvidos são atendidos naquilo que o "povo" do consultório de rua acha importante e não no que eles consideram que realmente precisam.

É preciso dizer que tive a impressão de que essa barreira na comunicação se dá na realidade porque os sujeitos que por ali circulam não entendem as ações do consultório de rua. Uma falha desse "povo" que não acha necessário explicar, tanto assim, o que está sendo feito. "Porque ficaram com o exame? "- "O que deu o exame? "- "Porque a aposentadoria do fulano não sai? "- "Para que serve a pomada que eles mandaram passar? " – "E a fotocópia dos documentos para que é? " - "Precisam saber onde eu durmo *pra* que, se não vão me dar um quarto? " – "Quando vão entregar meus óculos? " [*sic*]. A falta de entendimento de ambos os lados sobre o que se passa do outro se constitui como uma barreira que impede a eficiência do serviço. Isso me leva a pensar sobre as epistemologias do Norte.

De acordo com Santos (2014), o pensamento abissal é explicado pelo fato de o pensamento ocidental moderno se dividir em duas linhas: visíveis e as invisíveis, ou epistemologias do Norte e do Sul. Sendo que as invisíveis/Sul constituem o fundamento das visíveis/Norte. Os pensamentos invisíveis/Sul são perpassados por uma linha radical que divide a realidade social em dos universos: o universo "este lado da linha" e o universo "o outro lado da linha". A questão é que o outro lado da linha desaparece enquanto realidade, transforma-se em algo não existente. Não existente, aqui, entendido como nenhuma forma relevante ou compreensível de ser. Sendo que, fundamentalmente, o que caracteriza o pensamento abissal é a impossibilidade da copresença dos dois lados da linha.

O conhecimento e o direito modernos são as maiores representações do pensamento abissal, mais do que isso, eles constituem essa linha abissal que é a maior linha global do tempo moderno, segundo o autor. O conhecimento e direito modernos operam de modo distinto, porém, interdependentes, sendo que cada um desses operadores cria subsistemas de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as visíveis só existem por conta da existência das invisíveis. No campo do conhecimento, o pensamento abissal consiste em conceber a ciência moderna como um campo de distinção entre o verdadeiro e o falso, em detrimento de conhecimentos alternativos. Assim, aquilo que é produzido na Europa, tem mais valor do que é produzido na África, por exemplo. O que a ciência determina é mais verdadeiro do que as crenças populares. Já o direito constitui a linha determinando o que é legal e o ilegal e ignorando qualquer outra possibilidade de existir. Devido a essa maneira como a linha se constitui, do lado Sul/invisível da linha, ficam diversas experiências que não pertencem a nenhum território. Aquilo que não pode ser pensado como verdadeiro e nem falso, como legal e nem ilegal acaba ficando nesse território chamado Colonial.

Podemos entender colonial no sentido daquilo que deve ser colonizado, por isso, é comum que no lado Sul/invisível dessa linha se aplique a apropriação e violência. Sendo que a ciência e os conhecimentos filosóficos desenvolvidos no Norte - e que também constituem essa linha abissal - acabam muitas vezes se ocupando de legitimar essas ações de apropriação e violência, fundamentando a elaboração de estratégias de captura dessas vidas, dos corpos e das experiências, que buscam controlar, calar e normatizá-los. Diversas instituições agem com essa finalidade e acabam dando visibilidade a essas vidas ao mesmo tempo em que reforçam a sua exclusão. São elas as prisões, hospitais psiquiátricos, abrigos, instituições religiosas e outros que, com um conhecimento que determina o que é verdadeiro, o que é valido, buscam docilizar os corpos e mentes a fim de tornar mais fácil o governo destes.

Os sujeitos em situação de rua, assim como todos os outros, aprendem sobre higiene e são cobrados por ela, ou seja, são performados pela lógica em saúde, porém, eles não têm acesso. Uma reclamação frequente deles diz respeito a falta de local para tomar banho, sendo que um rapaz chegou a me perguntar se eu não o deixaria tomar banho na minha casa, pois estava se sentindo mal com tanta sujeira. Os locais onde eles podem tomar banho se limitam aos abrigos que, a fim de permitir o banho, impõe outras condições, como “para tomar banho tem que dormir no local”, “não pode beber, fumar ou usar drogas”, de modo que os sujeitos preferem ficar sem o banho. Esses locais também não oferecem produtos de higiene, e eles mesmos precisam comprar, geralmente com o dinheiro que pedem no estacionamento do mercado.

O dispositivo de saúde, funciona aqui através do investimento numa racionalidade que faz com que os sujeitos sintam a necessidade de estarem limpos, seja por uma questão de bem-estar pessoal, ou uma exigência social, que faz com que eles precisem estar minimamente normalizados no que diz respeito a aparência e aos cheiros para circularem em determinados espaços sociais. Desta forma, a higiene opera dentro da lógica da inclusão, exigindo que estes sujeitos estejam dentro de um padrão para serem inclusos minimamente na sociedade, mesmo entre eles. Ao mesmo tempo em que funciona, também, como quesito que reforça a exclusão desses sujeitos, já que a política pública destinada a eles não prevê o investimento na higiene, o que resulta na necessidade de buscarem instituições assistencialistas para ter acesso ao banho, por exemplo. Eles relatam que essas instituições, em sua maioria religiosas, colocam condições para permitir o banho, geralmente ligadas a necessidade de pernoitar no lugar, não fazer uso de

cigarros, drogas ou álcool, além disso, algumas não dão material de higiene, como sabonete e shampoo.

Em Campo Grande, MS, temos o Centro de Referência Especializado em Assistência Social para População em Situação de Rua - CENTRO POP que tem por objetivo possibilitar a reinserção dos indivíduos na sociedade, fornecendo documentação, acompanhamento médico, atendimento psicológico, cursos, encaminhamento para o mercado de trabalho, dentre outros serviços. E temos o Centro de Triagem e Encaminhamento do Migrante - CETREMI. A ideia é que após passar pelo Centro Pop os sujeitos em situação de rua sejam acolhidos pelo CETREMI, onde podem residir enquanto são atendidos pelos serviços socioassistenciais que, além e auxiliar no acesso a diferentes serviços, busca encontrar os familiares dos indivíduos, incentivando-os a retornar para o convívio destes. Quando se obtém sucesso com relação à família, é comprada a passagem para que o sujeito possa retornar para a sua cidade de origem e reencontrar os familiares. É importante ressaltar que o CETREMI se encontra em um bairro distante do centro da cidade, próximo ao anel viário de modo que não é fácil o acesso, nem mesmo por transporte público. Assim, a própria localização do CETREMI já é um fator de exclusão que impede que estes sujeitos possam, por exemplo, utilizar o local para banho.

Muitos dos moradores com quem conversei reclamavam do fato de que não podem estar sob efeito de nenhuma droga ou álcool para ficar no lugar: “eu não aguento, não deixam fumar meu cigarrinho, nem tomar um golinho da minha pinga, mas eles não tratam a gente não, eles só proíbem mesmo, ai não dá! “ [*sic*]. Outro me disse: “Tô há anos na rua, vou contar pra você, eu uso a minha droga entendeu? Aí tá frio eu vou dormir lá não pode usar nada. Às vezes, eu até vou fico uns dois dias mais aí não aguento, saio *pra* poder usar minha droga mesmo” [*sic*]

Durante nossas conversas ficou claro que os moradores com quem conversei não faziam distinção se os espaços nos quais se refugiavam em dias muito frios, tomavam banho ou se alimentavam eram ligados a igrejas ou ao Estado, de modo que eu sempre precisava perguntar e eles respondiam com “aquele pessoal da prefeitura” [*sic*], “lá na casa *das freira*” [*sic*], “o pessoal que vem aqui falar de Deus e ai chama quem quer ir” [*sic*]. Intrigada passei a questionar se sabiam que existiam diferenças, explicando que eles tinham direito a serem acolhidos, se alimentar, ter acesso a higiene e aos seus documentos, mas logo ficou evidente que eles consideravam bobagem, Bonifácio me disse um dia num om bastante compassivo:

> "Direito *nóis* tem minha filha, mas chega lá não é assim que funciona, eles nunca têm as coisas, não tem remédio, não tem casa, tudo tem que esperar não sei quem, então não adianta. *Tô* há anos na rua, isso não vai mudar não. Se o cara quiser sair daqui e ele tem que querer mesmo, aí depende dele ne? " [*sic*]

Ou, ainda:

> "Esse povo do consultório de rua mesmo já falei *pra* eles não virem mais aqui, que é pra me deixar em paz. Porque ficam aqui falando, falando, mais não tem remédio, aí me levam no médico e tem que ficar um tempão lá na fila, eu não vou" [*sic*].

Percebi que se podia dizer que eles preferem as instituições ligadas à igreja, pois lá recebem doações de roupas e o que mais precisarem, também é lá onde se fala em direitos, o direito de ser feliz, de constituir família, que Deus vai ajudá-los a sair do vício e das ruas. É muito mais fácil também conseguir internação em comunidades terapêuticas a partir dos religiosos: "é só falar que quer ir que eles vêm aqui e levam, eu já fui duas vezes aí, mas saí de lá e a vontade falou mais alto *neh*? Uma hora dessas quero ir de novo, mais vai ser a última vez" [*sic*].

Para Silva (2004) considerando que na idade média os religiosos eram os senhores da cidade e, portanto, eram ao mesmo tempo religiosos e representantes do Estado, é possível entender porque a ideia de "ajuda" aos menos favorecidos, permanece muitas vezes em uma zona de indicernibilidade entre o que é papel do Estado e da igreja.

Além disso, na prática o assistencialismo é bem menos burocrático que os serviços da Assistência Social e, por isso, mais eficiente. Quando Bonifácio foi atropelado, por exemplo, ao sair do hospital o Sistema Único de Saúde não tinha a medicação que foi receitada pelo médico e o consultório de rua ficou responsável por conseguir, nesse meio tempo voluntários da igreja conseguiram comprar não apenas a medicação como também os curativos dos quais Bonifácio necessitava, além disso, levaram roupas para ele.

De modo que para Bonifácio "esse pessoal do consultório é tudo falador, mas não faz nada" [*sic*]. Enquanto os voluntários da igreja são os que realmente ajudam. Segundo ele:

“quando a pessoa realmente quer ajudar ela ajuda minha filha, esse povo aí (referindo-se ao consultório de rua) eles não querem nem saber, acham um monte de dificuldades” [*sic*].

Outro exemplo diz respeito aos óculos do Bonifácio que o consultório de rua conseguiu, mas através da doação do dono de uma ótica na cidade. Ou seja, não veio através da política da garantia do acesso a saúde, e sim de “um empresário muito bom, ele sempre ajuda, até propôs que o Bonifácio fosse lá para escolher” [*sic*]. Assim, para a população daquela praça a ajuda vem de fato do “pessoal das igrejas”, e não do Estado.

Um ponto que sempre foi unanime entre os moradores que encontrei era o pavor do CENTRO POP e do CETREMI, as queixas eram muitas, de roubo a maus tratos. Um dos moradores relatou que não dormia no CETREMI, pois “só tem *noíado* lá, não dá nem para dormir que roubam *tudo suas coisas*. Uma vez eu até coloquei meu radinho em baixo do travesseiro, dormi só um pouquinho, acordei e não *tava* mais lá” [*sic*]. Havia em menor quantidade relato de abusos, esses eram sempre feitos em um tom baixo de forma superficial e que não permitia aprofundamento, o fato é que os indivíduos com quem conversei na praça sempre alegavam que o CETREMI era muito pior do que na rua: “aqui a gente escolhe quem são os amigos, quem dá *pra* confiar, lá tem um monte de gente, de nego doido” [*sic*].

Uma matéria vinculada pelo site *Top Mídia News*, feita por Airton Raes, em 14 de outubro de 2017 (Raes, 2017), traz uma denúncia sobre o estado precário do CETREMI de Campo Grande, MS. Na reportagem, ilustrada com fotos dos aposentos do local, fala-se em percevejos, falta de limpeza e estrutura. Ainda de acordo com a reportagem, os usuários relataram estar com medo de dormir no local devido à falta de segurança e o uso livre de drogas que é feito lá. Segundo a matéria, as pessoas chegam e saem sem nenhum controle por parte dos funcionários, portando, facas e até armas, o que é claro, compromete a segurança. Muitos também dormem no chão do pátio do local, uma vez que os colchões se encontram em mal estado de conservação, com os tais percevejos e malcheirosos.

Assim, o local que deveria ser de acolhimento para os sujeitos que já estão em condição de abandono e vulnerabilidade tem funcionado no sentido de reforçar essa condição. Essas falas que mostram a vulnerabilidade dos atendimentos fornecidos pelas instituições que representam o Estado revelam, também, a falta de investimento que pode ser entendida como estratégia de governo de desinvestimento na vida dessa população, em outras palavras, uma estratégia da governamentalidade que visa deixar morrer (Foucault, 2005).

A ausência de locais onde esses sujeitos possam apenas tomar banho e fazer suas necessidades, reforça a posição destes do lado Sul da linha abissal, neste local de não acesso a cidadania e a direitos básicos. De modo que estes sujeitos precisam se sujeitar as normas das instituições que lhes possibilitam o acesso à higiene ou acabam sendo condenados a vagarem sujos pelas ruas, buscando outras alternativas que compõem linhas de fuga que permitem que eles possam acessar minimamente um direito de modos que não foram previstos pela governamentalidade. Assim, essas vidas evitam ser capturadas e normatizadas por essas instituições de sequestro ao mesmo tempo em que seguem negociando com as normas, ao encontrar locais como o mercado que permitem que usem o banheiro, construções ou casas abandonadas.

Peralta e Noel afirmam com orgulho que ser morador de rua não é sinônimo de sujeira. Eles relatam que tomam banho e lavam suas roupas com regularidade. “Nessas construções sempre tem torneira, aí depois que acaba a obra eu vou lá tomo meu banho, lavo minha roupa, meu tênis”. – “E onde seca? ” – “No corpo ué, já coloco no corpo e aí vou ali no sol, rapidinho ta seco” [*sic*]. Assim, entende-se que essas práticas que fogem daquilo que é esperado, que se criam da necessidade de evitar a apropriação do corpo, constituem de fato linhas de fuga que permitem que eles deem para outros espaços uma função diferente daquela para a qual foram pensados.

As construções são geralmente o lugar onde eles dormem também ou, em casas e prédios abandonados. Conheci um casal de homens que estavam buscando uma casa nova. “O lugar onde a gente morava *tava* abandonado mais foi vendido, daqui a pouco teremos que sair de lá. Já estamos procurando um outro lugar” [*sic*]. Muitas vezes os operários das construções e os donos dos estabelecimentos sequer sabem que o lugar é utilizado.

Foucault (2015) traz que quando um sujeito comete um delito a sociedade inteira se sente ameaçada, desse modo este sujeito que comete o delito passa a ser percebido como um inimigo social. A noção de delito, de criminoso, altera-se, também, com a mudança na sociedade, sendo que com o fim da idade Média e com o início da revolução industrial, o vagabundo deixa de ser aquele que tira parte do consumo sem trabalhar e passa a ser aquele que perturba a produção. Assim, o vagabundo não é o desempregado que acaba por mendigar e a vagar, mais sim aquele que recusa a oferta de trabalho. Através dessa racionalidade cria-se um duplo entre recusa ao trabalho e violência.

Desse modo é sugerido que existe uma contra sociedade dentro da sociedade, formada por indivíduos que se recusam a participar da sociedade, que são malvados, com uma natureza ruim dos quais só pode-se esperar a violência e maldade. E em contrapartida há uma sociedade de homens bons, puros e inocentes, vítimas desses criminosos que preferem viver fora dos mecanismos que regulam a sociedade. Assim, se dos sujeitos da contra sociedade só se pode esperar violência, só resta aos indivíduos da sociedade se relacionar com estes por meio de estratégias de captura e aprisionamento.

Podemos entender a noção de sociedade como o lado Norte da linha abissal pensada por Boaventura Santos, e a contrassociedade como o lado Sul. Assim, esses sujeitos que se encontram do lado Sul, são entendidos como vagabundos, delinquentes e, portanto, perigosos para a sociedade do lado Norte, que é formada por homens bons, que governam a si mesmos dentro do que lhe é esperado, por meio do investimento no próprio potencial, dependendo minimamente do Estado.

Novamente caímos na coisa da vida que não deixa vestígios, que é infame, invisível, a passagem deles só é registrada caso o dono do imóvel ou mestre de obra perceba sua existência e crie algum problema, que geralmente envolve a polícia. Que mais uma vez não está aqui operando no sentido de garantir o acesso do sujeito de rua a seus direitos mais básicos, mas afim de evitar que ele transite em certos espaços. O que nos leva a considerar que não tem nenhuma tecnologia que guarde a vida desses sujeitos, já que a polícia que teoricamente teria também está finalidade, atua com o intuito de punir.

Noel sempre conta que os dias de chuva podem ser difíceis:

> Outro dia fui em baixo de um toldo da loja e a mulher veio dizer que eu não podia ficar ali, que ela ia chamar a polícia. Eu expliquei pra ela, minha senhora, tá chovendo eu sou morador de rua não tenho pra onde ir, vai molhar tudo minhas coisas. Mas, ela continuou insistindo que ia chamar a polícia, daí eu disse: Pode chamar, porque *tô* na rua e não na sua loja, aqui é público. A polícia não apareceu então acho que ela não chamou[*sic*].

Ao pensarmos a partir de uma lógica cartesiana, compreendemos que as tecnologias expressam o interior delas, revelando na realidade a sua finalidade. Uma bomba é feita para um fim e sua existência por si só já revela a lógica que justifica a sua própria existência. Ao

pensarmos a polícia como uma tecnologia do dispositivo de segurança, compreendemos que ela é toda forjada dentro de uma lógica de violência. Analisando o discurso que liga a ideia de polícia à necessidade de defesa, somo levados a questionar: Defender quem? E do quê?

Em relação à população em situação de rua, percebemos que a polícia nestes casos, existe apenas para proteger os cidadãos de bem dessa população, considerada perigosa. Além disso, é também a polícia que regula os espaços pelos quais estes sujeitos circulam. Assim, a polícia que teoricamente deveria proteger e facilitar acessos aparece, aqui, como uma ameaça ao morador de rua, aplicando a apropriação e a violência, a fim de garantir que o cidadão de bem não se sinta ameaçado. Garantindo também que o morador de rua volte para as sombras, para seu local de invisibilidade. A polícia se forja dentro da lógica da barbárie, ela atua por meio da barbárie. E sendo assim, não existe nenhuma tecnologia que guarde a vida dos sujeitos em situação de rua, porque na verdade elas estão deixadas para morrer.

Os dispositivos de segurança são estratégias da governamentalidade que buscam capturar essas vidas, constituem-se, também, através dos discursos de segurança, que produzem a noção de risco ligado a determinadas populações. Assim, esses dispositivos atuam determinando os parâmetros de risco e segurança, de medo, de periculosidade, amarrando determinadas formas de vida a estes conceitos. De modo que ao final não é mais possível pensar determinados sujeitos sem sentir-se em risco. Em relação a população de rua isso surge com muita intensidade, pois é por meio deste duplo que se forma entre a figura do morador em situação de rua e o perigo, que se cria uma ideia de que todo morador de rua é bandido, violento, usuário de drogas sujo, maltrapilho etc. A lógica que associa o bandido a pobreza também performa aqui a ideia de que o sujeito em situação de rua por estar em condição de vulnerabilidade é criminoso.

Assim, as estratégias traçadas pelos dispositivos de segurança vão criando uma imagem desta população para o qual ela mesma traz a solução que está ligada à ideia de aprisionamento e higienização. Muitas vezes, isso se dá por meio de instituições religiosas que não estão diretamente ligadas ao Estado, mas ainda sim estão a serviço desta governamentalidade que precisa disciplinar os corpos, tornando-os dóceis e mais facilmente governáveis.

Ao pensar que a partir da exclusão as pessoas criam novas possibilidades de existência, podemos considerar que pensar com as epistemologias do Sul é necessariamente pensar o devir. Por outro lado, no lado Norte da vida onde opera uma lógica biopolítica, ou seja, se fazer viver temos a aplicação de estratégias de regulação e emancipação do outro. A população de rua circula

entre esses dois lados, o da invisibilidade em termos de lado Sul da linha e o da visibilidade em termos de dispositivo de segurança, através de contatos com os dispositivos de segurança e da negociação com as normas. Assim, a população é invisível até que sua existência faça contato com o ordenamento jurídico que constitui a linha abissal, como no caso do consultório de rua, causando assim um estranhamento, e sendo capturada por alguma instituição ou discurso de saber. Caso sua existência não faça contado com a linha abissal, sua vida é invisível, sua fome, sua dor, sujeira ou morte não é percebida, de modo que as estratégias de segurança não precisam atuar sobre ela. Cabe trazer aqui que se sua vida for tirada de forma violenta então ela passa a ser visível, não por si mesma, mas sim porque alguém infringiu a lei.

Entendemos que os voluntários que chegam até esses sujeitos muitas vezes assumem posições discursivas que levam o morador de rua a entrar em uma determinada lógica na qual o sujeito em situação de rua precisa negar determinadas práticas a fim de alcançar certos direitos. Assim, os princípios vigentes na sociedade civil que se aplicam do lado Norte da linha, não se aplicam do lado Sul. Como propõe Foucault (2002) "as leis são boas, para os pobres; infelizmente os pobres escapam às leis, o que é realmente detestável. Os ricos também escapam às leis, porém isso não tem importância alguma pois as leis não foram feitas para eles" (p. 94).

Portanto, podemos dizer que nossa sociedade é politicamente democrática e socialmente fascista. De modo que é possível que os operadores das políticas públicas voltadas para população de rua se apropriem da vida desses sujeitos, por meio da apropriação de exames médicos, de documentos e do conhecimento. Exercendo uma tutela sobre esses cujos conhecimentos, discursos e necessidades ficam invalidados, entendidos como falsos.

Nos casos em que o Estado se omite diante da existência desses indivíduos, ainda assim indiretamente exerce sua governamentalidade uma vez que os discursos religiosos passam a se ocupar dessas vidas, com o objetivo de "resgatá-las" para que possam vir a luz, para o lado Norte da linha abissal. Performada pela ideia de confissão, arrependimento e penitência, a religião toma para si o papel de cuidar destes sujeitos, em contrapartida exige que eles governem a si mesmo dentro de uma lógica específica, abdicando de outras práticas de liberdade que constitui o sujeito.

Por isso muitos dos moradores com quem conversei quiseram ter certeza de que eu não era de nenhuma religião antes de conversar. Relatavam ter medo de serem levados para abrigos, onde as regras eram muito rígidas. Alguns relatavam que estas instituições eram boas, e ao serem questionados do porque haviam voltado para a rua então, apontavam a rigidez dos lugares como

algo que tirava a liberdade. “Lá é bom, mas não pode beber, nem fumar. Olha, eu até fico sem a bebida, mas, sem fumar não fico. Ai, venho pra rua que aqui eu fumo meu cigarrinho, tomo minha pinga e ninguém enche meu saco ” [*sic*].

Os conhecimentos produzidos pela ciência é que tornam possível que as práticas que constituem esses seres humanos sejam muitas vezes resumidas a um diagnóstico resultando na elaboração de estratégias de governo dessa população que tem o objetivo de “curar”, normalizar e controlar. Esses diagnósticos jogam uma luz sobre esses aspectos dos sujeitos, ignorando tudo o que fica no escuro, tudo aquilo que não se vê e não se sabe, de modo que as práticas acabam sendo ineficientes porque não se ocupam do sujeito, mas sim de um diagnóstico.

Essa pesquisa, buscando trilhar outro caminho, procura iluminar esses outros aspectos que estão para além do que pode ser visto, do que é dito ou percebido. Busca-se jogar a luz sobre outros aspectos, resgatar as epistemologias do Sul, dando visibilidade aos discursos desses sujeitos. E fugindo da apropriação dessas vidas, não pretende apenas analisar os sujeitos a partir dos autores que constituem o conhecimento do lado Norte. Mas, seguir os rastros junto com eles para que se possa pensar diferente do que se pensa, apontando a relação entre essas diferentes modalidades de conhecimento e de invenção de realidades.

3.3 População de rua e modos de habitar

O encontro com a população de rua e seus espaços na cidade com seus dispositivos, permitiu que eu me aproximasse da questão de pesquisa de outros elementos de contato com o poder que se constituem pelas circulações feitas naquilo que na cidade vai se tornando possível em termos de modos de viver. São espaços que essa população habita. Com eles acabo por me aproximar de dimensões menores da cidade, dimensões que fazem o cotidiano dessas pessoas e o modo como forjam certas possibilidades de vida. São elementos que indicam pistas de certas negociações com os espaços da cidade.

Essa pista na trajetória de pesquisa apontou que são nas construções que meus coautores encontram torneiras para lavar a roupa, tênis e até para o banho, são nesses locais também que esses indivíduos se abrigam da chuva e dormem a noite. Se a construção estiver abandonada eles podem até residir lá por um tempo. Essa população relata que só é possível ficar na praça durante o dia, quando há luz. A luz também, às vezes, os protege da própria sombra que constitui suas

vidas. Com a chegada da noite se torna necessário ir para locais mais isolados e mais escuros, ficar na praça durante a noite é uma sentença de morte. Pois, relatam que durante a noite se corre o risco de apanhar, ou podem ter fogo ateado ao corpo, “esses moleques param o carro e batem mesmo, pra eles é diversão”. Na sociedade chamada por Bauman (2005) de líquido–moderna onde os sujeitos são classificados como lixo ou luxo, quanto mais perto do lixo se está menos acessos se têm. A partir disso, torna-se possível refletir que os sujeitos em situação de rua, estão tão perto do lixo que quase se misturam a ele, tendo assim poucos acessos e sendo muito descartados, seja dos espaços sociais, do mercado de trabalho ou da própria vida.

Outro ponto importante diz respeito ao fato de que esses sujeitos se escondem dos próprios moradores de rua, durante o dia ficam juntos, conversam, são parceiros, mas à noite cada um vai para um lugar. Amizade verdadeira é raridade na rua, muitas vezes vendo-os conversar sem nenhum receio, dividindo o cigarro e a comida, me levou a pensar que fossem conhecidos de longa data ou até mesmo amigos, e logo pude descobrir que haviam acabado de se conhecer. Por outro lado, pude observar que quando se formam laços na rua eles são profundos, permanentes, no melhor estilo mexeu com os meus, mexeu comigo. Diante de toda a vulnerabilidade encontrada por esses sujeitos, é através dos laços de amizade que eles vão sobrevivendo, um exemplo disso diz respeito aos dois sujeitos regulares na praça, que são os principais coautores desta pesquisa. Peralta e Noel, o primeiro contou ser traficante e usuário de drogas e, trabalhava como carregador em um restaurante na frente da praça, era ele quem cuidava de Noel, um senhor já bastante debilitado devido à idade e as sequelas de um atropelamento.

Além disso, e nessa linha dos rastros, é possível considerar o que foi apontado anteriormente como vínculo com a saúde, no caso do consultório de rua, como um fio da teia que compõe as redes de cuidado do lado Norte da linha abissal e que penetra no lado Sul e produzem novas relações de poder/saber que acabam por criar ou ao menos reforçar regimes de verdade. Quando falo sobre a importância de escovar os dentes como estratégia de cuidado de si, por exemplo, e acabo por reforçar neles uma lógica que leva a uma necessidade de acesso a determinadas práticas de higiene que se conformam dentro do lado Norte. Ao mesmo tempo, o vínculo funciona, também, como o elo que liga o sujeito ao mundo externo, e o que liga ao cuidado de si ao cuidado do outro. E também o que une Peralta e Noel, em um elo de amizade que atravessa os anos em um ambiente tão hostil quanto as ruas.

Benjamin (2013) propõe que a experiência é aquilo que pode ser comunicado e que produz coisas a partir dessa comunicabilidade, o vínculo pode ser entendido como um foco de experiência. Pois, ele comunica uma lógica de cuidado do outro que permite que o outro se performe a partir de diferentes enunciados, alterando o modo como o outro exerce as práticas de cuidado de si e do outro. Ou seja, podemos entender o vínculo como algo que produz diferentes formas de constituição de si. Essas novas possibilidades de constituição de si permitem que o sujeito se relacione de modo diferente com os enunciados e práticas que o interpelam e passe a se subjetivar de modo distinto: é tanto uma forma de governo do outro como uma tecnologia de si, no caso de vínculos de amizade.

Certo dia ao chegar na praça me deparo com o Peralta machucado, ele conta que pegou a moto emprestada de um amigo "*tava* muito louco, parecia o *batman* pilotando, e ai bati num carro, só que era da polícia e eles mesmos me levaram pro hospital" [*sic*]. Peralta mostrou o documento de liberdade provisória onde se lia que para se manter livre até o julgamento precisava apresenta-se em determinado local com documentos e o comprovante de residência. É necessário abrir aqui um adendo para falar sobre o fato de que Peralta tendo batido a cabeça e feito um corte profundo não foi submetido a nenhum exame no hospital para onde foi levado, lhe deram os pontos e um papel onde era solicitado que voltasse em quatro dias para a realização de uma tomografia. Obviamente Peralta não tinha como comprovar sua residência e acabou sendo recolhido.

Em outro encontro, Noel muito angustiado me contou que outros moradores relataram ter visto Peralta sendo levado pela polícia. Passei então a buscar o destino de Peralta e descobri que ele se encontrava no Presídio de Transito de Campo Grande- MS (PTRAN). Com os pedidos de Noel para ver o amigo, busquei informações de como poderia ser feita a visita e descobri que presidiários podem receber visita apenas de parentes de primeiro grau. Relatei a informação a Noel que desatou a chorar "Quero ver meu amigo, eles não podem me proibir de ver meu amigo, eu não fiz nada, não tenho passagem só quero levar umas frutas para ele" [*sic*]. Afirmei que entendia a angústia dele e que veria o que poderia ser feito, Noel apenas chorava "É meu amigo, ele pode ter feito coisa errada, mas isso não me interessa, ele é meu amigo, ele cuida de mim e eu dele, como que podem me proibir de ver ele? "Seguido de "Eu aconselhei ele, tinha emprego, tava solto, mas não teve jeito. Mesmo assim continua sendo meu amigo, não interessa o que ele fez" [*sic*].

Diante da descrença de Noel de que o Estado realmente pudesse fazer isso liguei para o presídio em questão e no viva-voz expliquei a situação para o agente, que respondeu a mesma coisa que já havia sido dito anteriormente: “Não tem jeito, só parente de primeiro grau mesmo que pode fazer a carteirinha pra visita” [*sic*].Noel ainda chorando argumentou, pediu e a resposta permaneceu a mesma, questionei se com alguma ordem judicial a visita poderia ser feita, ao que a agente respondeu que sim, “Mas, acho difícil o juiz dar viu” [*sic*]. Noel, ainda pediu “Posso levar umas frutas aí? Daí você entrega pra ele, eu nem passo do portão, só te dou e ai você entrega” [*sic*]. Ao que a agente respondeu: “Não podemos entregar nada aos presos, só a visita pode entrar com alimento, a gente não pode pegar não” [*sic*].

Noel chorou bastante, nos encontros posteriores estava sempre ansioso, questionando se havíamos feito contato. Nós não conseguimos fazer contato com ele, mas ele nos ligou de um celular lá dentro, explicou que estava bem, pediu uns produtos de higiene, e combinamos que solicitaria ver a psicóloga para que conseguíssemos a visita. Só permitiam a visita de uma psicóloga de modo que a voluntária que já o acompanhava a mais tempo pediu para ir, assim ela fez a visita e realizou a entrega dos produtos, após avisamos para o Noel que Peralta estava bem, ele chorou, sem entender porque nós podíamos visitar seu amigo e ele não.

Dentro da lógica do racismo de Estado os moradores de rua que não aceitam as condições impostas pelos abrigos, têm suas vidas desqualificadas, de modo que vivem nas ruas praticamente sem serem notados, são presos, adoecem, morrem e são enterrados sem que sua existência adquira algum valor, sem “eternizar” sua passagem. É importante ressaltar que a recusa em ir para os abrigos muitas vezes é percebida pela sociedade como um ato de delinquência.

Exceto, como nos diz Foucault (2003), pelo breve contato com o poder, como esse contato do Peralta que ao ser preso, tem um breve registro de sua existência, um registro que atesta a sua periculosidade. Isso pode ser ilustrado na minha conversa com o delegado que me informou para onde Peralta havia sido levado “Nunca tinha visto uma ficha criminal tão extensa, o currículo do cara é bom! ”[sic]. E leu a sua ficha inteira para mim, tirando a vida de Peralta da total invisibilidade, a iluminando pelo poder, representado aqui pela lei, para após arquivar novamente essa ficha, devolvendo-a para total invisibilidade. Invisibilidade essa que torna impossível que seu amigo o veja, e que torna difícil até mesmo que as psicólogas o acessem. Ele só é visível agora para os outros invisíveis, que estão excluídos com ele. Para todos os outros, ele se torna algo abstrato que se sabe existir, mas não pode ser visto ou tocado, como um corpo sem

forma, mas que na realidade está sendo performado em um outro espaço de onde se espera que ele saia com uma forma digna de ser vista, apenas para ser depois novamente invisibilizada.

Torna-se importante ressaltar também que esta luz, que é jogada pela lei em Peralta através do registro de suas passagens pela polícia, ressalta apenas um âmbito da vida deste sujeito, desconsiderando assim todo o resto, tudo mais que ele é. Ilumina-se, desse modo, apenas a potência do crime, não se considera o devir deste sujeito, todas as outras coisas que ele é, e que poderia ser sob outras condições. A lei opera aqui como a linha abissal, permitindo que este sujeito seja incluso do lado Norte apenas pelo seu âmbito criminoso, desprezando toda a complexidade de suas práticas que ocorrem do lado Sul da linha abissal e reduzindo toda a sua experiência a uma vida de crimes. É aqui que esta pesquisa se torna então um elemento importante que permite que esse sujeito seja percebido para além do contato com a lei, porque permite registrar que ele é muito mais do que um sujeito criminoso. Em outras palavras, o registro feito ao longo deste trabalho permite que Peralta seja incluso do lado Norte da linha abissal por outro âmbito que não o da lei.

A governamentalidade (Foucault, 2006) tece esse jogo que permite que o indivíduo seja iluminado e depois condenado a retornar para a invisibilidade, como uma estratégia do próprio dispositivo de segurança a fim de justificar as estratégias de governo dessa vida que serão aplicadas. Assim, ao iluminar suas ações criminosas e apenas elas se fundamentam a racionalidade de um sujeito que é criminoso, que tem uma essência criminosa, e pode então deste modo justificar uma série de estratégias de apropriação e de violência contra este sujeito. As ações de barbárie são aceitas, então, quando praticadas contra estes sujeitos, pois entende-se que eles não são nada mais que criminosos, despidos de humanidade e que não merecem ser tratados com humanidade.

Assim, apesar de adquiri visibilidade no lado Norte da linha abissal, o sujeito tem sua vida rastreada e seu corpo apropriado com a finalidade de normalizá-lo, ao mesmo tempo em que se utiliza de uma série de estratégias, como a própria ficha policial para que se justifique sua exclusão. Desse modo, o uso das construções e a própria prisão tornam-se espaços em que a invisibilidade se torna por um lado um modo de se proteger das luzes e de outro um modo de captura pelas luzes. Os contatos com o poder tanto os afastam das luzes quanto os ilumina em um jogo no qual ontologias se produzem: proteção de si e cuidado com o outro ao mesmo tempo proteção da cidade e cuidado com a sociedade.

Nos rastreios da pesquisa, encontramo-nos com outra modalidade de contato com o poder que se produz nessa relação entre a população de rua e os espaços que habita. É por meio de uma aproximação do voluntariado com a população de rua que outros focos de experiência se produzem, traçando tanto modalidade de contato com o poder, quanto as próprias ontologias que se forjam nesses encontros com o poder. O voluntariado se aproxima desses espaços como modo da própria população sair desses espaços. São também estratégias de captura que articulam a salvação pelo trabalho. Então, as estratégias de proteção de si, de cuidado com o outro que conformam os espaços por eles habitados se encontram com estratégias de captura, não aquelas da proteção da cidade e cuidado da sociedade, mas do assistencialismo pelo acesso ao trabalho.

Meu acesso à população da praça em questão se deu por meio de uma psicóloga que há um ano realizava um grupo na praça, ela iniciou seu trabalho por meio da igreja católica, da qual faz parte: “No começo eu queria fazer algo por aquelas pessoas, conseguir emprego, tirar da rua. Mas, depois percebi que eles não queriam isso, então agora acompanho eles sem esperar por uma grande mudança” [*sic*]. É comum que as pessoas se disponham a trabalhar com os sujeitos em situação de rua, almejando retirá-los desse local, os voluntários muitas vezes chegam a essas pessoas permeadas por uma lógica religiosa, de fazer o bem para o outro para salvar a si mesmo. Muitos voluntários não entendem quais são as necessidades desses sujeitos, uma vez que buscam apenas levar a sua verdade para eles. Ou seja, tentam governar o outro de acordo com o modo como se governam, sem considerar as peculiaridades nos modos como a população de rua se relaciona consigo mesma, da forma como negociam com as tecnologias de poder e verdade, das linhas de fuga que estabelecem e do modo como são performados em relação à saúde, trabalho, entre outros.

A pobreza é algo anterior à construção das políticas de saúde, quem se ocupava dela antes do Estado eram as organizações religiosas, que agiam por meio de estratégias assistencialistas. Apenas com o surgimento do Estado Nação é que essa população deixa de ser uma questão da religião para se tornar uma questão de Estado, já que agora não se governavam mais territórios, mas sim vidas que ocupam determinados territórios. De modo que a vida dos indivíduos pobres passa a ser problematizada e regulada. Ainda assim, religião e Estado se ocupam dessa população, em alguns momentos suas estratégias chegam a colidir criando zonas de indicernibilidade, onde se torna difícil rastrear a qual das lógicas a estratégia aplicada está servindo.

De acordo com Foucault (2014), através da confissão o sujeito se torna o autor - porque ele mesmo fala sobre sua experiência, testemunha - já que ele sabe dos fatos e conta sobre o que viu/vivenciou e o próprio objeto da verdade - porque é a ele que se aplicam os efeitos. Fundamentados nessa percepção percebemos então como essas zonas de indicernibilidade se tornam possíveis, entendendo que os procedimentos assistenciais criam espaços de confissão, na medida em que permitem que os sujeitos, assim como na confissão, ocupem o papel de autor, testemunha e objeto da verdade.

Certo dia cheguei para o encontro com os moradores da praça e a moça que me acompanhava me falou que, naquele dia, iria um outro rapaz que desejava conhecer a população de rua para criar um centro profissionalizante para os mesmos. O rapaz em questão cursava arquitetura e acreditava que seria uma boa solução "dar a esses sujeitos a oportunidade de se profissionalizar, de aprender o serviço de pedreiro, de pintor, pra poder sair da rua" [*sic*]. Após o único morador presente na praça aquele dia concordar com a presença dele, este questionou o que o Noel achava da ideia deste projeto. Noel explicou que considerava interessante a ideia, mas que os sujeitos ali não iam deixar de usar droga para trabalhar, que eles tinham oportunidades, mas, que era uma escolha de viver essa liberdade da rua. Questionado pelo rapaz se ele participaria do projeto, Noel garantiu que não, que ele apenas sairia da rua se fosse para morar numa chácara e cuidar da chácara, mas que não iria trabalhar como pedreiro.

Há, nesse jogo de contato com o poder, um encontro entre diferentes experiências: uma ontologia que se faz pela população de rua e aquilo que a faz habitar a rua, como um modo de viver; outra ontologia assistencialista que recai sobre o sujeito aproximando-o de certas possiblidades de inclusão, que são elas mesmas formas de exclusão, seja no sentido de dobrar-se a uma certa regra de conduta, seja no sentido de dobrar-se ao que sua condição de menoração/anormalidade permite como vínculo com o trabalho. Aqui a condição esquizo, tal como apontamos anteriormente, permite que a população de rua não se dobre a esses jogos, não há uma captura que permita uma forma de colonização desses modos de viver. Neste caso, o lado Sul não se resigna as apropriações pelo lado Norte: seja pelos afetos, pelas amizades, mas também pelas insistências em certas modalidades de viver a partir dos modos como habitam o espaço.

3.4 Rastros de insistências

No rastreio dessas insistências em negociar com os contatos com o poder, outras visibilidades começam a aparecer. A população de rua me oferece outros óculos para conseguir ver outras ontologias nos jogos de poder. E com esses óculos um encontro se fez importante para seguir os rastros das insistências. Estava sentada na praça com os sujeitos que estavam por ali naquele dia, de repente senti um vento gelado, um frio que não podia ser parado apertando um botão ou fechando uma porta. Logo depois, durante nossa conversa, começou a cair uma garoa, meu primeiro pensamento foi obvio, precisamos sair da chuva e me preparei para levantar a fim de correr dos pingos que engrossavam. Mas ninguém ali esboçava reação de sair, depois de alguns segundos de completo estranhamento, percebi que não havia o porquê sair, aquelas pessoas não tem um teto no qual se abrigar da chuva. Essa experiência me revelou a grande diferença no modo como lidamos com o clima meteorológico, alguns que correm para se proteger e outros que deixam ser, que se molham. Dei-me conta de que ali, naquela praça, os sentidos funcionam de outra maneira, o calor, o frio, o sol, a chuva, o vento, os sons e cheiros são todos diferentes, mais reais, difusos. A própria experiência de tempo é distinta, o semáforo que abre e fecha sem descanso, os carros que passam aos montes, os pedestres, ônibus, centenas de pessoas que por ali circulam, tudo passa tão rápido, o tempo ali é outro, mais preguiçoso. Resultado do fato de que a pessoa que ali se encontra não tem um lugar para chegar, um horário para cumprir, ali já é o próprio destino, no tempo que eles mesmos estabelecem. Dessa forma, as pessoas que passam em volta e pela praça com passos apressados, buzinas, de cabeças baixas olhando o celular, parecem pertencer a outro mundo. Outra experiência de estranhamento sempre ocorria na hora de partir, sair deste lugar onde as horas não fazem sentido, entrar no carro e ingressar no transito era como retomar meu posto em uma corrida. Por alguns minutos, parecia que todos corriam demais e que não há sentido nesse frenesi.

Pensando sobre isso e a resistência de Noel de aguardar por atendimento nos postos de saúde, dei-me conta de como o tempo é experimentado de modo tão diferente por ele, e como não faz realmente sentido esperar semanas por um atendimento se a dor é agora. Aguardar horas por um remédio se o corpo pede uma solução imediata.

Peralta é um rapaz alto, moreno, acelerado, meio desconfiado, não quis muita conversa quando cheguei na praça. Mas, depois de três encontros sentou-se para conversar de fato comigo.

> Minha mulher morreu aqui, nesse banco, teve um troço e caiu morta aqui. Ela era bem brava, a baixinha. Morria de ciúmes de mim, e arrumava briga mesmo. Ali naquela árvore, ela cozinhava pra gente, tinha a lata dela e eu arrumava as coisas, ai ela cozinha, era boa a comida não era seu Noel? [*sic*].
>
> Noel assentiu com a cabeça:
>
> Perdi ela e meu filho antes disso, agora minha família é o Noel ali, a gente se conhece há uns 15 anos já. Eu trabalho ali naquele restaurante, sou carregador, e aí eles me pagam e me dão marmita no almoço. É muita comida então divido com meu amigo aqui (apontado para o Noel) [*sic*].

Peralta também é quem cuida do amigo Noel, além disso, trabalha no restaurante e cuidando carros, diz que o dinheiro que ganha nesses trabalhos ele coloca no banco, "tenho um bom dinheirinho no banco já" [*sic*].

Quando conheci Peralta ele me olhava desconfiado, me chamou para conversar e quis saber sobre minha vida. Naquele dia haviam vários moradores de rua na praça e todos queriam falar, assim todos conversando ao mesmo tempo, comigo e entre eles, e algum momento confundi o que um havia dito, achando que tinha sido o outro, Peralta prontamente me olhou sem paciência e disse: "Aluno que não presta atenção tira zero na prova" [*sic*]. Perguntei se eu estava sendo avaliada e ele respondeu que todo mundo que ia ali estava.

Peralta sempre fez questão de me levar até o carro, a outra voluntária também, perguntei o porquê e ele respondeu "Aqui é nossa casa, esse banco é o nosso sofá, então vou levar você até a porta pra você voltar" [*sic*]. De fato, a relação que esses dois sujeitos, que são fixos na praça, estabelecem com o espaço é de pertencimento, todos sabem que podem encontrar eles ali, naquele banco, mas só durante o dia, tal como as pessoas que ficam durante o dia nas áreas em comum da casa e a noite se retiram para seus quartos. É nessa área comum, ou na sala da casa, que um morador de rua deixa de ser o criminoso, anormal, perigoso, para se tornar outras ontologias: trabalha, guarda dinheiro em banco, tem horário de almoço, tem ciúmes, avaliam e vigiam. São modalidades que a princípio os colocaria no lado Norte da linha abissal, na medida

em que se tratam de registros que a própria governamentalidade regula como modo de acesso e pertencimento ao lado Norte. Mas essas ontologias acabam por se constituírem de outras formas também, quando se constituem com as possibilidades da rua. O que se quer apontar é que ao mesmo tempo em que seriam rastros de uma normalização das condutas, ao acontecerem em outros espaços, como a rua, se fazer por meio de processos de negociação com as condições do espaço. O que os óculos que me oferecem registram como insistência da vida não subsumida, tampouco exterminada pelos contatos com o poder.

Noel vinha a vários encontros falando sobre os óculos que ele precisava, tinha feito exame e o consultório de rua ficou com a receita, mas isso fazia mais de mês e ele ainda não tinha recebido. Eis que após o Natal finalmente o consultório de rua entregou os óculos, pouco mais de um mês depois já estava ele sem óculos novamente. “Noel, cadê os óculos do senhor? ” - “Perdi, agora vou ter que pedir outro”. Conversamos sobre os encaminhamentos para um novo pedido e eis que no próximo encontro, ao reclamar do serviço do consultório de rua, ele diz

> Aqueles óculos, eu não perdi não, eu quebrei. Eram muito grandes e não combinavam com o meu rosto, não gostei. Porque quando alguém vai comprar um par de óculos, não é assim, tem que ir lá na loja ver o tipo de rosto do sujeito, escolher o que combina mais. Aquele não combinava, não gostei, aí estava com raiva daquilo lá e quebrei [*sic*].

Ao imaginarmos um vidro, entendemos que qualquer sujeira pode ser limpa e apagada como se nunca tivesse existido. Apenas em alguns casos, se a marca for muito grande, pode então incomodar quem olha e atrapalhar a vista para o outro lado. Tratando-se da população de rua, pode-se pensá-los como uma pequena sujeira no vidro: quando olhando através do vidro do carro vê-se em meio a paisagem bonita de uma praça aquela figura. Ou quando se olha através dos óculos de sol: em um banco onde se poderia sentar há, entretanto, uma figura suja deitada. Assim, como sujeiras ou marcas em um vidro, se estiverem em muitos, em bando, acabam por incomodar e provocar uma necessidade de limpeza do espaço. É preciso retirar a mancha do cenário, apagar seus rastros a fim de restaurar a paisagem original. Andando sozinhos eles incomodam menos, apresentam menor periculosidade e por tanto, tem mais chances de permanecer em determinados espaços.

Por outro lado, se pensarmos o vidro como algo que separa, esses sujeitos veem o mundo sempre por meio deste vidro, onde do outro lado estão todas as coisas que não podem alcançar, que não lhes pertencem e que podem ver, mas não tocar. Trata-se das fronteiras entre o lado Norte e o lado Sul: algumas pontes se fazem, quando o Norte vai ao Sul levando óculos, mas o Sul não vem ao Norte, apenas o faz quando investido pelo dispositivo de segurança que estabelece a modalidade de contato com a norma. As possibilidades estão para além do vidro, dos carros, das casas, dos escritórios, etc. As políticas deveriam funcionar como uma passagem que permite o acesso desses sujeitos ao outro lado do vidro, mas na realidade acabam operando como uma pequena fenda de onde saem apenas as coisas suficientes para que o sujeito não chegue a quebrar/atravessar o vidro.

Os óculos do Noel deveriam servir para que ele enxergue melhor e apenas isso, mas ele pode observar pelas vitrines das óticas outras armações, outras possibilidades que lhe agradariam mais. Porém, lhe foi negada a vivência de ultrapassar esse vidro que separa a loja da rua, a fim de escolher um destes objetos para si mesmo, de modo que ao invés de quebrar o vidro, coube-lhe quebrar os próprios óculos. A governamentalidade opera por meio dessa regulação das anormalidades: há uma forma de inclusão por meio do acesso aos óculos, de modo a responder a uma certa anormalidade, mas isso implica marcar a própria anormalidade de modo a normatizar as próprias escolhas. A anormalidade justifica a própria condição de não escolha. Entretanto, a escolha insiste e persiste. O olhar através do vidro, efeito da governamentalidade e da linha abissal, permite um acesso que não é a regulação do acesso, mas aquilo que seria possível acessar. Trata-se também de um jogo com os contatos com o poder, em que luzes e sombras se tornam focos de experiência, ou seja, a articulação entre normatividades, verdades e formas de subjetividades possíveis.

Nesse trajeto das insistências, outra forma começa a ganhar visibilidade. Virou tradição, que nos finais de ano a voluntária que me possibilitou o acesso a essa população leve a roupa de Papai Noel para que Noel possa se vestir e distribuir balas no semáforo em frente à praça. No final do ano de 2015, não foi diferente, Noel começou a cobrar sua roupa de Papai Noel ainda no final de novembro, “Não esqueçam minha roupa de papai noel e traz uma coisa *pra* ser a barriga, tô muito magro e papai noel sem barriga não pode” [*sic*] e eis que no último encontro do ano uma semana antes do natal a voluntária levou a roupa.

Noel, ao ver a roupa, ficou bastante animado e foi ao banheiro do supermercado para se vestir, voltou aparentemente gordinho, com um saco de balas e feliz. Foi para o semáforo e ficou distribuindo balas por cerca de meia hora, ao retornar falou “Chega já trabalhei muito por hoje” [*sic*]. Alguém questionou se estava feliz, e ele respondeu “Eu sou feliz, aqui tem amigos, tem vocês que vem me ver, tem comida, eu sou feliz”[*sic*].

Certo dia, questionamos Noel se ele sentia solidão ali, ele nos perguntou o que era solidão, ao que respondemos: “É se sentir sozinho”, e ele disse:

> Não, eu fico sentado aqui e passa um monte de gente, eu vejo um monte de gente converso, tenho meus amigos, vocês que vem aqui falar comigo, de dia nunca tô sozinho. E a noite eu também não sinto não, eu vou lá na pizzaria comer, eles são meus amigos sempre me dão comida lá; ou vou em outro lugar, porque a gente não pode ir no mesmo sempre, tem que mudar, senão fica chato. Nunca me sinto sozinho, eu me sentiria sozinho se eu ficasse preso num quarto escuro aí sim, mas aqui sempre tem gente e coisas pra ver[*sic*].

A população da praça onde se deu a pesquisa habita um espaço das coisas que são evidentes, mas não suficientemente claras. Apesar de estarem completamente expostos aos olhares dos pedestres, comerciantes, motoristas e outros, eles não são realmente percebidos. Talvez por isso se fantasiar de papai noel e distribuir balas se torna tão importante, afinal, neste momento não é o morador de rua quem está ali, mas o papai noel. E este é visto por todos, as pessoas lhe enxergam de fato e interagem, dando visibilidade para outro aspecto para além da situação de rua daquele sujeito. O ser papai noel permite cruzar a fronteira da linha abissal. Assim como a escolha dos óculos, há aqui um jogo com o contato com o poder. A governamentalidade que os coloca em uma condição de invisibilidade é ela mesma dobrada por certas formas de negociação que escapam ao seu regime de luzes. Ser papai noel é não ser morador de rua, o que permite a condição de morador de rua ficar no escuro. Trata-se de um modo em que o próprio regime de verdade que exclui, isto é, a condição de luminosidade que os coloca do outro lado do vidro, ser atravessada e utilizada para tornar-se uma outra luminosidade possível.

3.5 Quem tem medo do escuro?

Nas conversas que tive na praça, nas notícias que li e ouvi, um fato esteve sempre muito presente, as práticas e discursos de ódio contra a população de rua. De modo que pretendo aqui discutir o que torna possível a monstruosidade contra o morador de rua.

Segundo Furedi (citado por Mendes, 2012), o medo passou a fazer parte no século XXI das estratégias de governo das vidas, ou seja, do modelo biopolítico. Através da produção de uma política do medo, que parte da ideia de iminência de morte, para implantar determinadas ações, o Estado passa a sugerir novas práticas de existência, assim como justificar o extermínio de algumas populações.

Os discursos de morte associados a ciência que cumpre aqui um papel de legitimação de determinados enunciados, fazem com que a população se subjetive a partir do medo. De modo, que se torna justificável toda e qualquer ação que venha no intuito de impedir a morte dos cidadãos que habitam o lado Norte da linha abissal. Assim, até mesmo o extermínio dos sujeitos do lado Sul assume o sentido de segurança. Pois toda essa política do medo cria uma noção de consenso, que para Agamben (2002) a legitimidade do poder não está em relação com a legalidade, mas, sim com o consenso. Deste modo, é que se tornam possíveis políticas de extermínio ou de deixar morrer, como é o caso da população de rua.

Assim, podemos pensar na produção de uma política do medo, que visa conduzir a conduta dos indivíduos a partir da implantação de uma subjetivação de iminência de morte. A ciência contribui com provas que tornam o risco perceptível, mensurável e possibilita que os enunciados relacionados à segurança assumam um tom de verdade alarmante, de modo que as pessoas passam a seguir as orientações e a reproduzir os discursos sem problematiza-los, uma vez que a humanidade “se encontra em risco de extinção”. Assim, o dispositivo de segurança se utiliza do dispositivo de saúde para normatizar os sujeitos, inserindo hábitos na população que vão desde a higienização das mãos, ao uso de medicamentos, passando por submeter-se a exames periódicos, tomar medicamentos preventivamente, fazer exercícios, mudar alimentação, etc. As práticas que a política do medo produz estão relacionadas à saúde e há hábitos de segurança concomitantemente.

Diante dessa forma de governo pelo medo, os relatos de crimes e de violência ganham visibilidade de modo que a experiência do medo é constantemente utilizada para construção de

subjetividades. Guzelian (citado por Furendi, 2012), afirma que a causa do medo na atualidade é a "comunicação do risco", ou seja, a comunicabilidade da experiência. Diariamente programas de TV, jornais e redes sociais vinculam novos relatos, em tons alarmantes que fazem pensar que ninguém está seguro nunca, e que a violência não só pode como irá fazer do interlocutor uma vítima a qualquer momento. Em consequência, as pessoas vão se subjetivando dentro desta lógica e, ansiosas esperam pela sua vez de serem vítimas, ao mesmo tempo em que passam a exercer diversos atos que visam a produzir proteção. Reforçam as fechaduras, contratam empresas de segurança privada, pagam seguros de vida, fazem outras rotas para o trabalho, mudam-se para prédios, constroem condomínios fechados e altamente vigiados.

Essa cultura do medo que vai se alastrando na sociedade faz com que a experiência humana passe a ser entendida como um risco potencial, principalmente aquelas que se performam através de possibilidades de existência distintas da norma. Por isso, o anormal passa a ser evitado e excluído e as estratégias de governo se aplicam ainda mais para capturar e normalizar as práticas dos esquisitos. A ciência surge, aqui, como uma forte aliada dessas estratégias, pois ao invés de buscar compreender essas possibilidades de existência que se diferenciam, se dedicam a elaborar estratégias que objetivam normaliza-las, como medicamentos e instituições.

Todo os dias em mídias de grande circulação são vinculados discursos que buscam desumanizar esses sujeitos que circulam pelas ruas, patologizando suas ações e associando-os a uma noção de animalidade. Essa ideia de um sujeito animalesco que escapa a domesticação exerce um fascínio social ao mesmo tempo em que causa receio, pois foge da previsibilidade.

Como resultado a imagem destes sujeitos vai sendo associada a impulsividade, criminalidade e a periculosidade de modo que as pessoas passam a se relacionar com eles como se fossem um perigo iminente. Naturalmente a relação posta dessa forma produz medo e, o medo evitação, assim os cidadãos passam a pedir que essas figuras sejam retiradas dos espaços pelos quais circulam, deixam de conversar, cumprimentar e de trata-los como os humanos.

É esse tipo de lógica, de duplo que se cria entre a figura o criminoso e do morador de rua que possibilita que as pessoas chamem a polícia simplesmente pela presença desses sujeitos. Ou seja, cria-se uma lógica onde a própria existência do morador de rua é entendida como uma infração.

De acordo com Borraz (2012), podemos considerar que algo é um risco quando não podemos antecipar sua ocorrência ou ação com antecedência e um certo nível de confiança. Em

relação a população de rua isso aparece bastante latente, pois desenvolvem suas próprias regras e práticas de conduta de modo distinto do resto da sociedade. Assim, caro leitor, considerando que o lado Sul da linha abissal é marcado pela elaboração de linhas de fuga, a própria existência desses sujeitos passa a representar um risco, uma vez que não há previsibilidade dos seus atos. Busca-se então meios de controlar esses sujeitos, delimitando o espaço por onde circulam, por exemplo, de modo que eles podem continuar negociando com as normas, mas dentro de espaços que são destinados a eles.

> Para se considerar que uma determinada atividade é de risco, é preciso que ela seja extraída do seu meio natural, familiar ou habitual. Dito de outro modo, tem de perder o aspecto de familiaridade para passar a ser vista como não natural, deslocada, fora de controle, ameaçadora (Borraz, 2012, p. 57).

Por isso, entendemos que, isolados em espaços onde se esperam que estejam, a população de rua incomoda menos, porque há uma previsibilidade de que estarão neste lugar, ou seja, é natural estarem lá. Mas, quando tentam ir a outros lugares são constantemente impedidos, porque passam a ser um risco, rompem com a ideia de naturalidade, de habitual, assim, não se vê sentido em um morador de rua querer frequentar um shopping, por exemplo. Sem conseguir antecipar o que ele pretende, já se nega o seu direito de ocupar este território, tudo isso justificado pela lógica da segurança, que pretende controlar as atividades, limitar os efeitos e diminuir os riscos para aqueles que habitam o Norte.

O morador de rua é vigiado e controlado, de modo a ser impedido de circular em espaços que não lhe são naturais, ele pode ficar fora de controle, desde que seja nos espaços que lhe são destinados, fora destes torna-se ameaçador qualquer comportamento que venha a esboçar.

Durante o mestrado trabalhei algumas vezes em um cerimonial, aos finais de semana. Um dos trabalhos que fui chamada para realizar era um casamento que iria ocorrer na igreja em frente à praça onde desenvolvi minha pesquisa. Como de praxe o cerimonial chegou no final da missa, para já ir preparando o local para os convidados que chegariam a qualquer momento. Eis que no último banco estava um morador em situação de rua, ele ficou o tempo todo nos observando e, quando acabou a missa, levantou-se e veio perguntar o que estávamos fazendo. A menina a quem ele se dirigiu explicou que haveria um casamento e que estávamos preparando a igreja. Ele

prontamente disse: “Vou ficar! Quero ver a noiva” [*sic*], disse isso assim em tom de defesa dando a impressão de que estava ainda um pouco bêbado, e se sentou no banco novamente. Observei a cena de longe e me causou estranhamento a figura daquele senhor malvestido naquele espaço, destoava em tudo, suas roupas escuras e pesadas em contraste com a decoração clara e delicada, sua sujeira e cheiro de álcool se destacando em meio a limpeza do local. A menina com a qual ele falou, deve ter sentido isso também, pois se agitou ao ver que ele se sentava e disse que ele teria de sair, pois haveria um casamento ali. “Não vou sair, a igreja é o espaço de Deus, todo mundo é bem-vindo aqui! Ninguém vai me tirar e eu vou ver a noiva” [*sic*].

Ficamos ali, eu e ela nos olhando sem reação, sem saber o que fazer. Afinal, ele estava certo, tinha todo o direito de ocupar aquele lugar, mas ao mesmo tempo e se a noiva se incomodasse? E se ele fizesse algo que estragasse o casamento? Sua figura não era natural ali, não era familiar, destoava, causava estranhamento. Eu estava naquele momento não como a pesquisadora, mas como parte da equipe de um cerimonial e me vi em dívida[4]*, por um lado queria defender o direito dele de estar ali, por outro havia o medo do que ele pudesse fazer e como isso poderia prejudicar todo o trabalho da equipe.

Um dilema...

Entendi que era fácil defender esta população lá, no território onde normalmente circulam, mas que em outros espaços, mesmo eu me incomodava. Recorri, então, à minha chefe que, por acaso, é também pesquisadora, da mesma linha de pesquisa e que compreenderia meu ponto de vista. Concordou comigo, disse que não poderia retirá-lo dali ele poderia ficar se quisesse... UFA!

Ele ficou, observou todo o nosso trabalho, fez algumas perguntas. Se levantou quando a noiva entrou, assistiu toda a cerimônia, sentamos as daminhas e os pajens do seu lado, ele se encolheu um pouco, na certa com medo de incomodar, mas, não incomodou. E no final, me disse: “Muito linda noiva, é difícil o trabalho de vocês né?! Mais ficou lindo! [*sic*].

Agora entendo que a angústia que sua figura causava era justamente por estar deslocada do espaço que lhe foi destinado. Era a ansiedade do risco que ele representava pela ausência de

[4] Tornou-se importante ressaltar que a palavra que eu pretendi usar inicialmente era dúvida. Porém, ao refletir sobre esse equívoco, entendi que realmente me senti em dívida para com aquela figura, uma vez que ele representava os moradores que me acolheram e contribuíram para a construção deste trabalho. Compactuar com a sua retirada, sua exclusão daquele espaço, seria como negar todo este trabalho e uma forma de traição aqueles que dele participaram. Aquele morador tinha o direito de estar ali e eu tinha uma dívida com essa população, de modo que não havia outra coisa a se fazer a não ser defender esse direito, caso fosse necessário.

uma previsibilidade confiável, que fazia surgir o medo de que não segue os padrões, não respeitasse as normas sociais que são implícitas nestes momentos de pompa.

A política do medo se constrói a partir da noção de risco e pressupõe a junção de vários fatores, assim o morador de rua por si só não constitui um risco grande, mas a lógica que cola sua imagem com questões de drogas, falta de higiene, aumento dos casos de roubo, latrocínio, estupros, depredação de bens, desvalorização de imóveis, etc. Conforme essa população vai sendo associada a crises na segurança, na saúde e na economia, vai se construindo a noção do morador em situação de rua como uma ameaça social, que como tal precisa ser combatido para garantir a sobrevivência do Estado.

Borraz (2012) propõe uma análise da construção dessa política do medo, que vou analisar aqui já adaptada para questão da população em situação de rua. Segundo o autor, em primeiro lugar força-se a inclusão da questão na agenda nacional, associando o tema a outras noções de risco, de modo que ao final se tenha um conjunto de problemas ligado a população em questão. Ao relacionar fatores como ambiente, saúde e segurança pública, cria-se, também, uma familiaridade nas pessoas pois, estes outros problemas que já estão postos na sociedade. Isso facilita o papel dos meios de comunicação na apresentação da questão, bem como a percepção do público sobre aquilo que está supostamente em jogo.

A partir daí a existência da população de rua em determinado local passa a representar uma ameaça aos gestores desse espaço, o que leva a adoção de medidas restritivas que visam proteger as autoridades públicas e, a questão assume uma natureza de cunho político. Nesse ponto, a questão da população de rua já sendo percebida como um risco e estando nas pautas políticas do país, passa a ser objeto também da ciência, que é chamada para avaliar o problema e empresta os seus instrumentos de modo a mensurá-lo.

Como não se vive apenas de pesquisa, fui numa noite dessas encontrar amigos, depois de várias voltas buscando um lugar para estacionar, avistei uma vaga do outro lado da rua, já era tarde e não havia movimento de modo que fiz o retorno ali mesmo no meio da quadra. Quando meu carro ficou alinhado de frente com a calçada os faróis iluminaram um homem, magro, malvestido, com uma latinha cortada ao meio e um isqueiro na mão. Ele se assustou com a luz e antes que eu pudesse compreender o que acontecia, se escondeu em uma entradinha, daquelas que ficam entre uma casa e outra, onde geralmente tem o registro. O homem entrou ali neste vão e se abaixou de costas para a luz, numa tentativa de passar despercebido. Mas, minha mente já

estava registrando esse ato e depois relembrando percebi que o homem em questão fugiu da luz, com um pavor típico de quem corre das sombras. E me questionei: O que leva alguém a buscar refúgio no escuro?

Se olhássemos bem de cima, poderíamos ver que a cidade, tal qual um formigueiro, é formada por caminhos que parecem confusos e desencontrados, também é cheia de formiguinhas que se movimentam de modo aleatório, de diversas formas e velocidades por esses caminhos. Porém, ao nos aproximarmos, esses caminhos ganham forma e percebe-se que são organizados de modo a cumprirem uma função: cada um dos espaços da cidade é gerenciado de modo facilitar o governo das vidas que por ali circulam. As luzes exercem um papel importante nesse gerenciamento, pois são elas que ditam as áreas que são seguras e o que deve ou não ser enxergado pela população.

Desse modo, entendemos porque a figura do morador em situação de rua é relegada a uma zona escura desse sistema, em espaços que são centrais, próximos da maior parte da população e ao mesmo tempo distantes, cheios de pessoas e de cantos onde podem se esconder. Colocá-los nesses espaços é um modo de deixá-los visíveis o suficiente para se controlar minimamente suas práticas e invisíveis o suficiente para não gerar a necessidade de investimentos em suas vidas.

Assim, essas figuras que circulam pelos centros, que se situam na frente de comércios e em praças, são de certo modo visíveis durante o dia, não como seres humanos em situação de vulnerabilidade, mas como um algo que se tolera. Muitas pessoas passam por eles sem notarem sua presença de fato e quando notam, se sentem ameaçadas, desviando como quem desvia de um cachorro bravo. Este incômodo não é o suficiente, porém, para que se considere exigir medidas eficientes para melhorar a condição de vida desses sujeitos.

O fato de ocupar as áreas centrais da cidade colabora para a manutenção da invisibilidade, uma vez que permite que a população de rua seja visível apenas durante o dia diante da luz do sol, sentados em praças, trabalhando e conversando em estabelecimentos que lhes prestam auxílio. Mas, com o cair da noite e o encerramento dos trabalhos do comércio, as pessoas retornam para suas casas, deixando apenas aqueles que não têm para onde retornar nos centros, de modo que esses espaços se tornam praticamente desertos. Diferentemente de muitos bairros mais afastados que são melhor iluminados, os centros são escuros, a iluminação é mínima, apenas a necessária para garantir a segurança dos prédios ao redor.

Pensando a partir da questão da gestão das vidas na cidade pela governamentalidade, entendemos que existe um investimento para que a população de rua ocupe esses espaços, assim os estabelecimentos de entretenimento, os bairros mais nobres, praças com melhores estruturas são construídos mais próximos das periferias, das casas das pessoas que devem frequentar esses espaços. Consideramos que o investimento relacionado a população de rua existe somente no sentido de delimitar o espaço onde circulam e a maneira como circulam, a fim de garantir a segurança do "cidadão de bem", o cidadão do lado Norte da linha. Assim, podemos entender que manter a população de rua nos centros escuros e desertos é um efeito do racismo de Estado, no sentido de que estas vidas não são consideradas merecedoras de investimentos e, relegando esses sujeitos às zonas escuras, excluindo-os e destinando a invisibilidade, torna-se desnecessário investir nessa população que "não existe".

Podemos pensar então, em um deixar morrer, já que esses sujeitos são deixados no escuro a própria sorte e toda a segurança gira em torno de impedir que eles saiam das sombras e venham a ferir os homens de bem que circulam nas luzes. Ou seja, as estratégias do dispositivo de segurança, aparecem neste contexto para garantir a segurança de uma determinada parcela da população, mesmo que para isto tenha que fazer morrer outra, considerada menos importante.

Em função disso, com a chegada da noite, a população de rua busca assim como os "cidadãos de bem", lugares seguros, mas ao contrário do primeiro grupo, os lugares onde se sente segura, onde se escondem são aqueles onde é possível ficar invisível, quase como se deixassem de existir. Porque, diferentemente dos sujeitos que habitam o lado Norte, os sujeitos do lado Sul estão quase sempre mais protegidos na escuridão.

Suas figuras são como o "bicho papão" dos adultos, na luz do dia não causam tanto medo, mas a noite tomam outras formas, tenebrosas, ninguém quer verificar se estão mesmo dentro do armário. Assim, os cidadãos do lado Norte evitam os espaços onde esses possam estar e, os centros das cidades e as praças tornam-se realmente desertos. Diferentemente das crianças, não nos escondemos embaixo das cobertas, mas sim em outros pontos da cidade mais iluminados, cercados de câmeras, policiais e outras formas de vigilância, na esperança de que estes sujeitos não nos alcancem. Assim, nos sentimos mais seguros nas luzes, onde podemos ser vistos e, eles no escuro onde se tornam invisíveis. Afinal muitos de nós representamos uma ameaça para as figuras que habitam os espaços escuros, como no desenho onde os monstros têm medo das crianças.

E, por isso, o morador de rua iluminado pelo farol do meu carro se escondeu, na tentativa de não ser visto, não ser agredido ou denunciado. Uma tentativa de não esbarrar comigo, uma vez que este encontro poderia resultar em um contato com o poder que me garante o acesso a segurança e para isso viola este sujeito.

É preciso, aqui, problematizar minha própria escrita, pois subjetivada pelas tecnologias de mídia e polícia, relacionei quase sem perceber o sujeito em situação de rua e o monstro, apenas depois de já ter escrito é que pude perceber que este duplo revela o quanto a imagem desses sujeitos é desumanizada.

Para compreender melhor vou retomar um pouco ao modo como esta ideia se construiu. Nos deparamos cotidianamente com inúmeros programas policiais na mídia, que trabalhando em conjunto com a polícia, tem o intuito de "informar" a população. Esses programas têm na realidade a finalidade de vigiar e fazer punir determinados sujeitos, que são entendidos como tendo uma essência criminosa. Não é raro, e na verdade é comum que as fichas criminais desses sujeitos sejam enunciadas nesses programas, de modo a criar uma imagem deles, e produzir uma ideia de verdade sobre sua essência que conduzem a população a se tornar juíza, pedindo a condenação dos mesmos.

Uma das verdades que se produzem é a criação da imagem dos usuários de drogas como "zumbis" aquelas figuras da ficção científica que não tem humanidade e se alimentam do cérebro dos outros seres humanos e que podem morder transformando aquele que recebeu a mordida também em um *zumbi*. Na realidade, em questão de aparência, assemelham-se muito as duas figuras: magros, sujos, com os olhos fundos, muitas vezes sem os dentes, falando pouco, andando em outro ritmo, mais lento que o nosso, sem pressa, pois não há para onde ir. Inclusive, coincidentemente em algumas obras de ficção os *zumbis* só aparecem a noite.

A população de rua não é, de modo algum, composta na sua totalidade por usuários de drogas, mas essa é a impressão que muitos de nós temos sobre eles. Talvez porque seja difícil entender por que outra razão alguém escolheria viver nas ruas. Demorei algum tempo para compreender que as ruas permitem uma liberdade que não pode ser encontrada em outros espaços, uma possibilidade de existência que abrange outras possibilidades de constituição de si, de percepção do social. E a totalidade dos sujeitos com quem conversei, acabaram indo para as ruas por problemas nas relações familiares, seja por uso de drogas, álcool ou por grandes perdas familiares, preconceito, etc.

No fim das contas, o fato é que não nos preocupamos em compreender o que leva esses sujeitos a escolher este modo de vida com uma opção de liberdade, mas munidos de imagens verdadeiras, sobre esses sujeitos na ausência da luz, nós os evitamos. Os serviços de saúde, os voluntários, todos atuam apenas durante o dia, raramente alguém se arrisca a fazer contato a noite, e quando o faz nunca é sozinho. Esse comportamento só reforça o fato de que a noite, eles estão deixados à própria sorte, sem nenhum acesso ao lado Norte da linha abissal, e consequentemente à cidadania. São, deste modo, tratados tais como os *zumbis* que precisam ser evitados a todo custo, pois representam o perigo. Os dispositivos de segurança não problematizam o que seria o perigo para eles, e deste modo se torna o próprio perigo para a população.

Para além disso, podemos entender que o medo é um dos objetivos dessas políticas de segurança que estão em função de um dispositivo que precisa não gerar apenas uma solução, mas antes uma demanda. De modo que se cria o medo da população de rua, e esse medo cria uma necessidade, a de capturar essas vidas e normalizar suas práticas. Assim, pode-se justificar a elaboração e aplicação de uma série de estratégias que visam capturar a vida desses sujeitos, governando seus corpos, tornando-os dóceis. Em outras palavras, sem a racionalidade que relaciona a população em situação de rua à noção de risco, não haverá como justificar as práticas de segurança direcionadas a ela. Não haveria como justificar, por exemplo, a limitação dos espaços por onde circulam.

Através disso, concluímos que os dispositivos de segurança investem na política do medo com a finalidade de justificar sua existência e suas práticas que são, muitas vezes, marcadas pela violência e apropriação dos saberes, das histórias, dos corpos e das vidas. Essas vidas que o racismo de Estado entende como perigosas, inimigas da sociedade e que, portanto, devem ser contidas e até mesmo eliminadas.

Assim, com o objetivo de fazer viver a parcela da população que é vista como uma potência produtiva, a lógica de segurança enxerga as vidas que se diferem da norma como matáveis. Esse modo de matar relacionado à rua se dá de diversas formas, desde brigas entre a própria população, passando por ataques que sofrem de cidadãos “de bem” enquanto dormem.

Há, também, outro modo de aniquilar a população em situação de rua, que se dá muitas vezes através da negligência dos serviços de saúde que, muitas vezes, não percebe o morador de rua como prioridade, isso somado ao fato de não terem família, ou seja, a quem reclamar da

negligência do atendimento e/ou erro médico. Essas questões tornam essas vidas ainda mais vulneráveis. Segundo nota pública vinculada no site Brasil de Fato (2013), redigida pela instituição Centro Gaspar Garcia de Direito Humanos: “A recusa do SAMU em prestar atendimento a pessoa em situação de rua é recorrente” (não paginado). Assim, como o caso das mortes violentas, o número de reportagens que falam sobre a recusa do Sistema de Atendimento Médico de Urgência - SAMU em atender moradores de rua é grande. Uma dessas inúmeras matérias chamou minha atenção pelo depoimento de um dos populares que ajudou a socorrer um idoso em situação de rua, após inúmeras ligações para o SAMU: “A resposta que recebi do SAMU é que eu estava congestionando a linha” (Piripiri Repórter, 2018, não paginado). Nesses casos, temos não a polícia, mas os profissionais de saúde que estão cumprindo o papel de agentes do Estado, tornando-se a própria lei e decidindo quem é digno de viver e quem não é.

A recusa do serviço de saúde em atender a população de rua mostra novamente a lógica do racismo de Estado que possibilita aqui a aplicação da tanatopolítica, entendida por Foucault (2005), como uma estratégia de fazer morrer uma parcela da população em prol de fazer viver outra. Ao pensar a partir da linha abissal, entendemos que a tanatopolítica faz morrer os sujeitos do Sul, com o objetivo de proteger e fazer viver melhor as vidas do lado Norte. Outro ponto que justifica a aplicação dessa estratégia de governo é o fato de que a população de rua é percebida como um perigo em potencial para o crime, assim sua morte deixa de significar um homicídio para ser percebida como o resultado de uma escolha do sujeito, para além disso, a morte destes sujeitos é entendida como uma prevenção.

A vida da população em situação de rua é matável e insacrificável, são vidas que podem ser aniquiladas sem nenhum valor de sacrifício, já que não representam nada para a sociedade. Assim, apesar de o Estado não as aniquilar diretamente, também não as protege e, por fim, essas mortes não são noticiadas, não geram comoção, não são dignas de serem investigadas e seus autores não são punidos.

É neste meio que surgem as práticas que se articulam como linhas de fuga, a internação do Bonifácio foi uma delas. Em dado momento, já suficientemente bem, mas, visto que ele se recusava a ir para o CETREMI, o hospital concordou em não dar alta para ele, mantendo-o em residência permanente no hospital de modo que se pudesse cuidar de sua saúde[5]. Quando fui

[5]É importante ressaltar que o Hospital em questão é o São Júlião, cuja origem remete à época da epidemia de lepra. O Hospital ainda é a residência de muitos dos que ali foram internados no passado. Se localiza afastado da cidade e é

visitar Bonifácio, com a voluntária que acompanhei durante o início do trabalho, o encontramos embaixo de uma árvore e ela falou: "Bonifácio aqui é igual tua praça *neh? Cêta* na tua praça cara" [*sic*]. Ele concordou e esboçou ter o desejo de continuar ali, mas, duas semanas depois assinou sua própria alta e retornou para a praça.

constituído por várias casas térreas que abrigam diferentes setores, com muitas árvores, onde se pode sentar em bancos e descansar ao ar livre.

4. “O consultório de rua é tudo cascão. Não dá nada *pra* ninguém”

“O lugar que mais ajuda a gente... A igreja! Esse povo ajuda bastante com comida, com tudo”[*sic*]

Foto: Pablo Kalios

Registro: Ao fundo está a igreja São Francisco, onde aconteceu o casamento que já foi narrado neste trabalho.

"Se essa rua
Se essa rua fosse minha
Eu mandava
Eu mandava ladrilhar
Com pedrinhas
Com pedrinhas de brilhante..."
(Cantiga popular).

É importante dizer que esta pesquisa nunca objetivou compreender o que leva o sujeito a estar na rua, ou questionar a escolha por essa modalidade de vida. Também não se buscou saber se faziam ou não uso de drogas ou se procurar meios para retirá-los das ruas. O que este trabalho pretendeu desde o seu início é compreender os processos sociais que tornam essa população possível na nossa sociedade e de que modo se pode considerar o acesso a outras possibilidades de vida, para esses sujeitos sem que eles tenham que deixar os espaços por onde circulam.

Através das problematizações propostas no início desta pesquisa, tornou-se possível desnaturalizar as práticas diárias da população em situação de rua, buscando compreender quais os processos de inclusão e exclusão que regulam suas práticas e possibilidades de circulação pelos espaços da cidade e que objetivam pressionar os sujeitos tidos como anormais a se adequarem as práticas de normalidade.

Ao analisar as possibilidades de existência e modos de subjetivação destes indivíduos, somos levados a considerar que na nossa sociedade os discursos de verdade, em especial os midiáticos, constituem-se como uma das tecnologias de saber e poder que são utilizadas para responder a esta necessidade social de normatização dos sujeitos. Percebeu-se que essas tecnologias fundamentam uma classificação entre sujeitos normais, anormais e patológicos, o que acaba por conduzir a uma prática de desumanização dos indivíduos.

Assim, problematizando esses discursos que nos interpelam e a população de rua no cotidiano, foi possível analisar os processos que possibilitam que eles contribuam para a formação de uma racionalidade que atrela a figura do morador em situação de rua ao marginal, ao criminoso e ao vagabundo, alterando as possibilidades de relacionamento dos sujeitos entre si e

com o meio em que vivem. E produzindo práticas discriminatórias que se naturalizam na nossa sociedade.

Torna-se, portanto, cada vez mais evidente a importância de se refletir sobre a forma como os discursos de poder-saber que circulam pela sociedade recaem sobre os indivíduos e quais ontologias da realidade possibilitam. Pois apenas através do exercício de problematizar os discursos de verdade é possível evitar que ocorra a marginalização dos sujeitos que escolhem outras possibilidades de existência. Ao longo da construção deste trabalho, verificou-se que a população em situação de rua é muitas vezes percebida como algo que tem de ser "consertado, curado, normalizado". E essa pesquisa buscou se esquivar de ser mais um desses instrumentos de veridicção da verdade que contribui para essa racionalidade que acaba por fundamentar uma série de práticas e discursos que pregam a violência para com esses sujeitos, produzindo mais sofrimento. Ao contrário disso, busquei relatar como morar na rua se constitui como uma prática de liberdade, como uma escolha, uma possibilidade de existência que poderia ser menos sofrida, caso fosse aceita e investida.

Apesar da política pública destinada a população em situação de rua entender que se trata de um grupo heterogêneo, o que se pode perceber, na prática, é que as ações são homogêneas e não contemplam todos os sujeitos, o que somado a uma racionalidade meritocrática faz com que apenas os sujeitos que "realmente querem sair dessa situação", o consigam fazer. Não se prevê, também, melhores condições de acesso a higiene, saúde e segurança para aqueles que preferem essa modalidade de vida das ruas. Isso ocorre porque existe uma dificuldade por parte dos profissionais que atuam na política de compreender as diferenças entre os sujeitos, resultando no fato de que as instituições que acolhem essa população e os serviços de saúde não levam em conta as especificidades de cada indivíduo.

Assim, torna-se fundamental que os profissionais que atuam junto a esses indivíduos deixem de ter como objetivo retirar esses sujeitos das ruas, entendendo a importância de escutá-los no intuito de auxiliar no acesso aos seus direitos sem julgamentos e considerando as necessidades e dificuldades de cada um. Podendo, assim, compreender e respeitar que para alguns, viver nas ruas é apenas mais uma possibilidade de existir. E que, neste caso, é função do Estado garantir que o sujeito tenha acesso a seus direitos mesmo nesta modalidade de existência "anormal".

Em outras palavras é necessário e, busquei mostrar ao longo deste trabalho possível, que os profissionais que trabalham com essa população em situação de rua, não se relacionem com ela a partir do lado Norte da linha abissal. Evitando, assim, de exercer a apropriação dos saberes e das experiências desses sujeitos. Mas que se possa se despir dos conhecimentos científicos que nos performam, para de fato ouvir estes sujeitos a partir do lado Sul da linha abissal. Impedindo que os conhecimentos que ditam o que é verdadeiro ou falso, e que são considerados absolutos permitam a desqualificação dos saberes, das práticas, da modalidade de vida e dos próprios sujeitos, transformando a relação com estes sujeitos uma relação de apropriação e violência.

Deste modo, seria possível que o consultório de rua pudesse acessar esses sujeitos de modo menos superficial. É possível dizer isso, pois se observou que o vínculo que une os profissionais do consultório de rua é bastante tênue e perpassa uma ideia de permissividade por parte da população de rua. Vou explicar melhor, a fim de ter acesso a alguns direitos os sujeitos da praça se permitiam ser "violados" pelos profissionais. Assim, apesar de se queixarem, submetiam-se a exames e entregavam documentos, como um meio de ter acesso a roupas, comida e, outras coisas que o consultório proporciona. Ou seja, esses sujeitos não entendem os profissionais como aliados, mas os "suportam" como o único elo que são para acessar os seus direitos. O consultório de rua nunca está do lado Sul da linha abissal, ele apenas faz um breve contato com as vidas infames afim de garantir o mínimo necessário e em troca ter algum controle sobre elas.

A Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua apenas será, de fato eficiente quando, assim como nesta pesquisa, for construída com eles e não para eles. A partir da escuta e das discussões essa população poderá adquirir a visibilidade necessária para que seja governável. Fazendo, assim, com o que o Estado se ocupe em elaborar estratégias que façam viver essas populações. É fundamental que a sociedade passe a se ocupar de elaborar políticas públicas que possam "ensinar a alma a viver a sua vida e não a salvá-la" (Deleuze & Parnet, 1998, p. 80-81).

REFERÊNCIAS

Agamben, G. (2002). *Homo Sacer: o Poder Soberano e Vida Nua.* Belo Horizonte: Ed. UFMG.

Andrade, C.D. de. (2012). *A rosa do povo* (1 ed.). São Paulo: Companhia das Letras.

Barbosa, L. (1999). *Igualdade e Meritocracia - A Ética do Desempenho nas Sociedades Modernas*.Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.

Barros, M. (2010). *Poesia completa*. São Paulo: Leya. Recuperado de http://recursos.bertrand.pt/recurso?&id=9976318

Bauman, Z. (2005). *Vidas Desperdiçadas*. Rio de Janeiro. Ed. Jorge Zahar.

Benjamin, W. (2013). *Rua de mão única*. R. R. Torres Filho (Trad.). São Paulo: Editora Brasiliense.

Borraz, O. (2012). Risco e regulação. In J. M. Mendes. *Os lugares impossíveis da cidadania - Estado e risco num mundo globalizado.* (pp. 53 -73). Rio de Janeiro: Edições Almeidina.

Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial da União.* Brasília, DF: Senado Federal. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

Brasil. (2005). Portaria nº 1.028, de 1º de julho de 2005. Determina que as ações que visam à redução de danos sociais e à saúde, decorrentes do uso de produtos, substâncias ou drogas que causem dependência, sejam reguladas por esta Portaria. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF. Recuperado de http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2005/prt1028_01_07_2005.html

Caldeira, T. P. R. (2011). *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34; Edusp.

Deleuze, G. &Parnet, C. (1998).*Diálogos*. São Paulo: Editora Escuta.

Deleuze, G., &Guatarri, F. (2010). *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia.* São Paulo: Editora 34.

Deleuze, G., &Guattari, F. (1995). *Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia*. Rio de janeiro: Ed. 34.

Deleuze, G., & Guattari, F. (1996). *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol. 3.*Rio de Janeiro: Ed. 34.

Esposito, R. (2007).*Communitas: Origen y destino de la comunidad*. Buenos Aires: Amorrortu.

Foucault, M. (1995). O sujeito e o poder. In H. Dreyfus, & P. Rabinow (Ed.). *Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica* (pp. 231-249). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, M. (1999). *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas (8.Ed.). São Paulo: Martins Fontes.*

Foucault, M. (2002). *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau.

Foucault, M. (2003). *Estratégia, Poder-Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, M. (2005). *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976).* São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (2006). "A vida dos homens infames". M. Foucault. *Estratégia, poder-saber: ditos e escritos, vol. IV*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, M. (2006). A "Governamentalidade". In M. Foucault. *Estratégia, poder-saber: ditos e escritos, vol. IV* (pp. 281-305). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, M. (2008a). *O nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979).* São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (2008b). *Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977-1978).* São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (2009). *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, M. (2010). *A ordem do discurso*. São Paulo: Editora Loyola.

Foucault, M. (2015). *A* sociedade punitiva*: curso no Collège de France (1972-1973)*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.

Frayze-Pereira, J. A. (1984). *O que é a loucura*. São Paulo: Editora brasiliense.

Furendi, F. (2012). Para uma sociologia do medo. In J. M. Mendes. *Os lugares (im)possíveis da cidadania - Estado e risco num mundo globalizado.*(pp. 23 -48). Rio de Janeiro: Edições Almedina.

Gênesis. ([20--]). Capítulo 1. *Bíblia Católica*. Recuperado de https://www.bibliacatolica.com.br/biblia-ave-maria/genesis/

Lopes, M. (2014). Aumento no número de moradores de rua reflete na criminalidade da Capital. Campo Grande, MS, *Campo Grande News*. Recuperado de https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/aumento-no-numero-de-moradores-de-rua-reflete-na-criminalidade-da-capital

Mello, D. (2017). Vaga de emprego em programa para moradores de rua exige "dentes em bom estado". São Paulo, SP, *Agência do Brasil*. Recuperado de http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-09/vaga-de-emprego-em-programa-para-moradores-de-rua-exige-dentes-em-bom-estado

Oliveira, V., & Campos Jr., R. (2016). Cetremi reabre, mas contando com doações moradores preferem a rua. Campo Grande, MS, *Campo Grande News*. Recuperado de https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/cetremi-reabre-mas-contando-com-doacoes-moradores-preferem-a-rua

Pelbart, P. P. (2002). Poder sobre a vida, potência de vida. *Revista Trópico*. Recuperado de http://www.revistatropico.com.br/tropico/html/textos/1462,1.shl

Piripiri Repórter. (2018). Sem atendimento do SAMU, morador de rua é socorrido por populares em Piripiri. Piauí. Recuperado de http://piripirireporter.com/noticias/18501/sem-atendimento-do-samu-morador-de-rua-e-socorrido-por-populares-em-piripiri.html

Prado Filho, K., & Teti Montalvão, M. (2013). A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, (38): 45-59. Recuperado de https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/2471/2743

Raes, A. (2017). Criado para acolher moradores de rua, Cetremi está abandonado e sem estrutura. *Top Mídia News,* Campo Grande, MS. Recuperado de http://www.topmidianews.com.br/reporter-top/reporter-top-imagens-mostram-precariedade-e-abandono-do-cetremi-na/77876/

Santos, B. de S. (2007). Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, 3-46. Recuperado de http://www.scielo.br/pdf/nec/n79/04.pdf

Santos, B. de S. (2014). *Epistemologías Del Sur*. Madrid, Espanha: Sector Foresta.

Scisleski, A. C. C., &Hüning, S. M. (2016). Imagens do escuro: reflexões sobre subjetividades invisíveis. *Ver. Polis e Psique*, 6(1), 8-25. Recuperado de http://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/61374

Silva, R. N. (2004). Notas para uma genealogia da Psicologia Social. *Psicologia & Sociedade*, 16(2): 12-19. Recuperado de http://www.scielo.br/pdf/psoc/v16n2/a03v16n2

Soares, W. (2017). Doria realoca moradores de rua em quadra de futebol para Cidade Linda. São Paulo, SP, *G1*.Recuperado de https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/doria-realoca-moradores-de-rua-em-quadra-de-futebol-para-cidade-linda.ghtml

Souza, H. F. P. de. (2014). A perspectiva biopolítica de Agamben: alguns conceitos para se (re)pensar o direito atual. *Revista Eletrônica Direito e Política*, 9(1), 407-430. Recuperado de https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rdp/article/viewFile/5761/3138

Turato, E. R. (2005). Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. *Rev. Saúde Pública* 39(3), 507 - 14. Recuperado de http://www.scielo.br/pdf/rsp/v39n3/24808.pdf.